



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

**O "EFEITO BUMERANGUE" A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS DE
PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E SUAS MOTIVAÇÕES NAS QUESTÕES
PÚBLICAS**

**JOÃO PESSOA/PB
2024**



AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

O "EFEITO BUMERANGUE" A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E SUAS MOTIVAÇÕES NAS QUESTÕES PÚBLICAS

Trabalho de tese apresentado como requisito para o Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração:

Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Gestão

Estratégica, Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos

Eduardo Cavalcante

**JOÃO PESSOA/ PB
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO DO DOUTORADO

AMANDA FLORENSE ALVES AMORIM

O "EFEITO BUMERANGUE" A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E SUAS MOTIVAÇÕES NAS QUESTÕES PÚBLICAS

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutora em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade, Ênfase- Estado e Trabalho.

Defesa da tese aprovada em: 05 / Fev /2024

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



CARLOS EDUARDO CAVALCANTE
Data: 14/02/2024 15:21:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente



SAMIR ADAMOGLU DE OLIVEIRA
Data: 19/02/2024 12:06:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Samir Adamoglu de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO JOSE DA COSTA
Data: 14/02/2024 16:44:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco José da Costa
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente



PATRICIA TRINDADE CALDAS
Data: 08/02/2024 15:41:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROFA. DR. PATRICIA TRINDADE CALDAS
Universidade Federal de Campina Grande
(Avaliador externo)

Documento assinado digitalmente



MARCO AURELIO MARQUES FERREIRA
Data: 19/02/2024 15:34:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira
Universidade Federal de Viçosa
(Avaliador externo)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524e Amorim, Amanda Florense Alves.

O "efeito bumerangue" a partir das relações entre os níveis de participação dos cidadãos e suas motivações nas questões públicas / Amanda Florense Alves Amorim. - João Pessoa, 2024.

168 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Cidadania. 2. Participação cidadã. 3. Conselhos de Orçamento Democrático. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 172(043)

AGRADECIMENTOS

Ao único **Deus**, o autor e consumidor da minha fé. Meu Pai cuidadoso que, apesar de toda sua grandeza, importa-se em detalhes com a minha vida, dando-me forças e perseveranças quando julgo não mais suportar a caminhada. Aquele que é o meu maior Mestre, ensinando-me sempre o quanto posso crescer, avançar, sonhar, concretizar.

Aos **meus pais** por natureza, opção e amor. Meus heróis e amores maiores!

Aos **meus irmãos** que em muitos momentos são filhos, confidentes, colunas de sustento.

Aos **docentes**, formadores de opinião, construtores de sonhos. Às mãos que me direcionaram com toda dedicação, mostrando-me um caminho que não tem fim, mas que é capaz de transformar o meu dia-a-dia através da dádiva do conhecimento.

Aos **verdadeiros amigos** que são feitos do amor de Deus para me abençoar com braços estendidos, ouvidos interessados em me ouvir, boa vontade em servir, críticas construtivas e forças multiplicadas.

A todos os **integrantes do GETS** por se constituírem parceiros para discussões que agregam e meios de crescimento acadêmico e pessoal. Com eles pude mergulhar no mundo do Terceiro Setor, fazer novas descobertas e crescer nas diferenças.

Aos **professores da Banca Examinadora**, que prontamente aceitaram e dedicaram tempo na apreciação deste estudo, contribuindo, assim, para o seu aperfeiçoamento.

Ao **meu orientador e professor Carlos Eduardo**, profissional que aprendi a admirar pela excelência com que desempenha suas atividades e, sobretudo, por ter um coração paterno, que apesar de exigir prazos, deixar clara a realidade da vida acadêmica, ao mesmo tempo, se importa, pegando na mão dos seus orientandos para lhes mostrar o caminho das pedras.

A todos que, direta ou indiretamente, acrescentam na minha vida de modo a tornarem-se parte das minhas conquistas, a minha mais sincera gratidão.

RESUMO

Esta tese de doutorado abrange quatro estudos que exploram a participação cidadã, utilizando uma abordagem interdisciplinar e metodológica variada. O ESTUDO 1 conduziu uma revisão sistemática para construir um *framework* sobre os níveis de participação cidadã, mapeando 33 estudos e propondo um modelo teórico geral. Já o ESTUDO 2, originado dessa revisão, apresentou um modelo multidimensional para mensurar os níveis de participação cidadã no contexto brasileiro, destacando fatores como "Informação", "Consulta", "Parceria" e "Delegação de Poder". Esse modelo foi validado por meio de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, fornecendo uma ferramenta robusta para futuras pesquisas. O ESTUDO 3 focou na mensuração da participação dos conselheiros do Orçamento Democrático da Paraíba, adotando uma abordagem baseada no individualismo metodológico de Hayek. A pesquisa, quantitativa e aplicada, revelou diferentes níveis de participação, com ênfase nas etapas iniciais e desafios nas dimensões de "Parceria" e "Delegação de Poder". Por fim, o ESTUDO 4 investigou a relação entre motivação para trabalho voluntário e participação cidadã entre conselheiros voluntários. Utilizando abordagem funcionalista-positivista e escalas de Cavalcante (2016) e Amorim (2023), o estudo encontrou uma correlação entre motivações e práticas de cidadania, sugerindo que motivações altruístas estão associadas a níveis mais elevados de participação. Esses estudos em conjunto proporcionam uma visão abrangente da participação cidadã, desde a revisão sistemática e construção de *frameworks* até a aplicação prática desses modelos em contextos específicos, como os conselhos do Orçamento Democrático da Paraíba.

Palavras-chave: Participação; Cidadania; Níveis; Conselhos de Orçamento Democrático.

ABSTRACT

This doctoral thesis encompasses four studies that explore citizen participation, employing an interdisciplinary and varied methodological approach. Study 1 conducted a systematic review to build a framework on levels of citizen participation, mapping 33 studies and proposing a general theoretical model. Study 2, stemming from this review, presented a multidimensional model to measure levels of citizen participation in the Brazilian context, highlighting factors such as "Information," "Consultation," "Partnership," and "Delegation of Power." This model was validated through exploratory and confirmatory factor analyses, providing a robust tool for future research. Study 3 focused on measuring the participation of advisors in the Democratic Budget of Paraíba, adopting a methodological individualism approach. The quantitative and applied research revealed different levels of participation, emphasizing early stages and challenges in the dimensions of "Partnership" and "Delegation of Power." Finally, Study 4 investigated the relationship between motivation for voluntary work and citizen participation among volunteer advisors. Using a functionalist-positivist approach and scales from Cavalcante (2016) and Amorim (2023), the study found a correlation between motivations and citizenship practices, suggesting that altruistic motivations are associated with higher levels of participation. Together, these studies provide a comprehensive view of citizen participation, from systematic review and framework construction to the practical application of these models in specific contexts, such as the Democratic Budget councils of Paraíba.

Keywords: Participation; Citizenship; Levels; Democratic Budget Councils.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Modelo teórico	16
Figura 2-Etapas da RSL	22
Figura 3-Descrição da busca.....	23
Figura 4-Descrição da busca.....	26
Figura 5 -Escada de participação cidadã.....	32
Figura 6- Framework dos níveis de participação cidadã na literatura	36
Figura 7- Fusão dos níveis de participação cidadã encontrados na literatura.....	38
Figura 8- Modelo conceitual da Participação cidadã.....	39
Figura 9- Diretrizes para desenvolvimento e validação de uma escala	50
Figura 10-Framework dos níveis de participação cidadã na literatura	54
Figura 11-Passos da análise de mensuração	62
Figura 12- Diagrama da Escala.....	75
Figura 13- Fusão dos níveis de participação cidadã encontrados na literatura...	90
Figura 14- Pressuposto teórico	118
Figura 15-Modelo teórico e hipóteses de pesquisa.....	119
Figura 16-Sub hipóteses de pesquisa	120
Figura 17- Modelo teórico	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Percurso metodológico da tese	18
Quadro 2- Critérios de inclusão e exclusão	23
Quadro 3- Critérios de exclusão (1).....	24
Quadro 4- Critérios de exclusão (2).....	24
Quadro 5- Critérios de inclusão e exclusão (3).....	26
Quadro 6- Detalhamento dos critérios de exclusão	26
Quadro 7- Artigos selecionados.....	28
Quadro 8- Conceitos de participação.....	30
Quadro 9- Níveis de participação	34
Quadro 10: Conceitos dos níveis de participação do modelo.....	37
Quadro 11- Níveis de participação	52
Quadro 12- Conceitos dos níveis de participação do modelo.....	55
Quadro 13- Perfil dos especialistas.....	56
Quadro 14- Itens após validação de face e conteúdo.....	57
Quadro 15- Critérios para exclusão de itens.....	62
Quadro 16- Exclusões de itens de níveis de participação cidadã	65
Quadro 17- Itens da escala final de níveis de participação cidadã	73
Quadro 18- Conceitos dos níveis de participação do modelo.....	89
Quadro 19- Instrumento para coleta de dados	92
Quadro 20- Parâmetros de análise para medidas de posição	97
Quadro 21- Funções do voluntariado e exemplos de VFI	113
Quadro 22- Motivos para se voluntariar	114
Quadro 23- Hierarquia do Trabalho Voluntário	114
Quadro 24- Hipóteses de pesquisa.....	119
Quadro 25- Dimensões e fatores dos instrumentos utilizados.....	125
Quadro 26- Resumo dos status das hipóteses	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Dados sociodemográficos da 1ª amostra	60
Tabela 2- Comunalidades	63
Tabela 3- Matriz de componente rotativa	66
Tabela 4- Itens selecionados após limpeza da escala de participação	67
Tabela 5- Dados sociodemográficos da 2ª amostra	68
Tabela 6- Índices de adequação e confiabilidade	69
Tabela 7- Comunalidades, matriz e variância total	70
Tabela 8- Cargas fatoriais	71
Tabela 9- Análise das validades convergente e discriminante	72
Tabela 10- Dados sociodemográficos da 2ª amostra	94
Tabela 11- Análise fatorial exploratória	95
Tabela 12- Medidas descritivas dos fatores e suas variáveis.....	97
Tabela 13- Caracterização da amostra	128
Tabela 14- Análise fatorial exploratória de Motivação	129
Tabela 15- Análise fatorial exploratória de Níveis de Participação Cidadã	130
Tabela 16- Validade convergente e discriminante.....	132
Tabela 17- Variáveis preditoras de Informação.....	133
Tabela 18- Variáveis preditoras de Consulta.....	134
Tabela 19- Variáveis preditoras de Parceria	135
Tabela 21- Variáveis preditoras de Delegação de Poder	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO INTEGRATIVA	13
2- Estudo I- Níveis de Participação Cidadã: uma Revisão Sistemática da Literatura	19
2.1 INTRODUÇÃO.....	20
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.3 RESULTADOS	28
2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
2.4.1 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	30
2.4.2 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	32
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
3- Estudo II- Desenvolvimento e validação de escala dos níveis de participação cidadã.....	45
3.1 INTRODUÇÃO.....	46
3.2 DEMARCANDO O ESCOPO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	47
3.3 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DA ESCALA.....	50
3.3.1. Passo 1 - Especificação do Domínio do Construto:	51
3.3.2 Passo 2 – Geração e redação dos itens e validação de face e de conteúdo	56
3.3.3 Passo 3 – Decisões sobre as respostas.....	59
3.3.4 Passo 4 – Construção do instrumento de pesquisa	59
3.3.5 Passo 5 – Primeira atividade de amostragem	60
3.3.6 Passo 6 – Procedimentos de limpeza da escala	61
3.3.6.1 <i>Análise fatorial exploratória</i>	61
3.3.7 Passo 7 - Trabalhos de campo adicionais.....	67

3.3.8 Passo 8 - Procedimentos de limpeza da escala adicionais.....	68
3.3.9 Passo 9 - Análise Fatorial Confirmatória (AFC).....	69
3.3.9.1 <i>Análise das validades convergente e discriminante</i>	71
3.3.10 Passo 10 - Recomendações de uso	75
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	77
4- Estudo III- Níveis de participação cidadã: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba.....	80
4.1 INTRODUÇÃO.....	81
4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	83
4.2.1 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ SOB A LENTE DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO DE HAYEK	83
4.2.2 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	87
4.3 METODOLOGIA	90
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	93
4.4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS AMOSTRAS.....	93
4.4.2 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	94
4.4.3 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS CONSELHOS DO ODE-PB.....	96
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
5-Estudo IV- A motivação para participação cidadã: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba.....	106
5.1 INTRODUÇÃO.....	107
5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	109
5.2.1 A RELAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O VOLUNTARIADO	109
5.2.2 MOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO.....	111

5.2.3 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O VOLUNTARIADO: PROPOSIÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA	116
5.3 METODOLOGIA	124
5.4 RESULTADOS	127
5.4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	127
5.4.2 PERFIL DA AMOSTRA	128
5.4.3 MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO: ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (AFE)	129
5.4.4 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (AFE)	130
5.4.5 VALIDADE CONVERGENTE E DISCRIMINANTE DAS MEDIDAS	131
5.4.6 ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONCEITUAIS	132
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS INTEGRATIVA	150
REFERÊNCIAS GERAIS	153
APÊNDICE A – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA ESCALA DE NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	167
APÊNDICE B – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA ESCALA DE MOTIVAÇÃO	168
APÊNDICE C – PUBLICAÇÃO DO ENSAIO TEÓRICO DA TESE	169

1 INTRODUÇÃO INTEGRATIVA

O bumerangue é um objeto desenvolvido há mais de 10.000 anos, usado como arma ou prática esportiva, o qual, ao ser arremessado corretamente, é submetido a forças aerodinâmicas resultando em uma trajetória circular que o faz regressar ao ponto de partida. Logo, iremos nos apropriar da imagem do arremesso de um bumerangue para a apresentação do fenômeno discutido aqui neste estudo: a motivação para a participação cidadã e exercício da cidadania a partir do individualismo metodológico, sob a defesa da premissa de que a motivação dos indivíduos influencia essa participação nas questões públicas, gerando o exercício da cidadania que, por sua vez, de maneira cíclica, retroalimenta a participação, a exemplo de um bumerangue.

Imergindo nessa relação que envolve a motivação, participação e cidadania, e amparando-nos na teoria do Individualismo metodológico de Hayek, partimos da premissa de que as motivações dos indivíduos correspondem ao impulso que, uma vez lançado para a participação dos cidadãos nas questões públicas, estimulam o exercício da cidadania e esta mesma cidadania retorna gerando mais participação. Portanto, podemos observar que não se trata de eventos sucessivos, tal qual um efeito dominó, mas sim de um efeito circular, uma vez que há um feedback positivo, ou seja, uma retroalimentação entre essas variáveis com a capacidade de ir e retornar ao ponto inicial.

Contudo, é importante ressaltar que para uma devida apropriação da analogia do bumerangue, apresentada para a correlação entre a participação cidadã e a cidadania, é preciso o que Nide Geraldo Couto, engenheiro do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) chama de força de sustentação e força centrípeta. Assim, é pertinente lembrar que até mesmo para um bumerangue, objeto aparentemente simples, há variáveis que influenciam a eficácia da sua execução, e é sobre as peculiaridades que envolvem a relação entre a motivação, a participação e a cidadania sob a luz dos indivíduos que iremos refletir.

Neste trabalho, o termo participação cidadã é compreendido como as práticas pelas quais os cidadãos podem ou pretendem influenciar alguma dimensão do que é público (Pimenta; Mendes; Ferreira; Silva, 2016; Barddal; Torres, 2020). Logo, ressalta-se que ela não assume uma característica dicotômica, ou seja, participa ou não participa, mas se trata de algo ordinal apresentando diferentes níveis, além das variadas formas. Adianta-se também que, independentemente do grau e da maneira pela qual um indivíduo participa, há uma característica

geral que faz parte do processo de participação cidadã, e esta consiste no fato dela ser de escolha voluntária, individual.

Desse modo, torna-se relevante refletirmos sobre o que de fato faz com que uma pessoa voluntariamente decida participar das questões públicas. Se não há um imperativo que obrigue a se envolver, o que a motiva para a participação? Essas indagações chamam a atenção para o fator individual da participação cidadã, sendo esta uma abordagem negligenciada nos estudos sobre essa temática.

Nessa perspectiva, foi realizada uma investigação na literatura com o propósito de mapear as lacunas teóricas referentes à participação cidadã. Assim, após revisões sistemáticas, utilizando a base de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, entre os períodos de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, observou-se estudos os quais têm buscado narrar a evolução da temática na mudança do paradigma centrado no Estado para a participação cidadã partindo dos indivíduos (Sorensen; Torfing, 2011; Carothers; Kwak, 2019). No entanto, esses trabalhos, predominantemente, apresentam o Governo e a Sociedade civil como lados conflitantes, não aprofundando uma discussão onde estes atuam sinergicamente em parceria para o bem comum.

Outra vertente encontrada de maneira massiva nos estudos é a relação da participação com a teoria de capital social (Stern; Fullerton, 2009), os quais direcionam as discussões para uma perspectiva coletivista, considerando a atuação em rede dos cidadãos e a representação da sociedade civil a partir de organizações participativas. Portanto, buscando suprir esta lacuna, a discussão da participação cidadã aqui realizada será conduzida a partir do individualismo metodológico, tendo como foco, as ações dos indivíduos e não as instituições.

Nesse sentido, estabelecemos como unidade de análise dessa tese os “indivíduos em sociedade”, ou seja, suas ações sociais. Com isso, não negamos a relevância das instituições, ou a existência de uma coletividade que atua, afinal, o coletivo existe e corresponde à soma das ações individuais (Mises, 2010). Mas, decidimos discutir a participação cidadã sob a lente do individualismo metodológico de Hayek, tendo em vista que acreditamos ser os indivíduos os que agem e interagem, seja na realização de uma ação social específica ou em um esforço de coprodução contínua, na participação junto a instâncias do núcleo público e privado para a prestação de serviços públicos na sociedade.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a participação aqui abordada envolve a geração de espaços de diálogo entre os cidadãos, mas também com o Estado, onde estes trabalham conjuntamente na divisão de responsabilidades quanto à prestação de serviços públicos, conforme preconiza a Teoria da interdependência (Salamon, 1995). Assim, em uma ação

complementar, o Estado tem como função promover e mediar espaços participativos, enquanto os cidadãos podem atuar de diferentes maneiras, tais como: a coprodução, atividades voluntárias, participação política, em eventos sociais, atividades extracurriculares, etc.

Assim, a participação passou a ser destaque nas investigações sob o argumento de que a sua prática aumenta a responsabilidade, transparência, eficiência e empoderamento dos cidadãos. Corroborando, estudos sobre a temática afirmam que o envolvimento mais ativo do cidadão incentiva o mesmo a se sentir parte e responsável na vida pública, gerando assim um senso de comunidade e engajamento, fortalecendo assim a cidadania (Pateman, 1970; Putnam, 2000; Aguiar; Cunha, 2017).

Complementarmente, os estudos de Andrade (2003), Monteiro e Castro (2008) Sintomer, Herzberg e Röcke (2012), Elstub (2018), bem como Barddal e Torres (2020) indicam que o desenvolvimento da cidadania tem resultado em novas configurações que buscam fazer com que o povo se torne parte principal do processo de promoção social através da participação, responsabilidade cívica compartilhada, emancipação e deveres, demonstrando assim uma relação positiva na qual a prática da cidadania gera participação dos indivíduos.

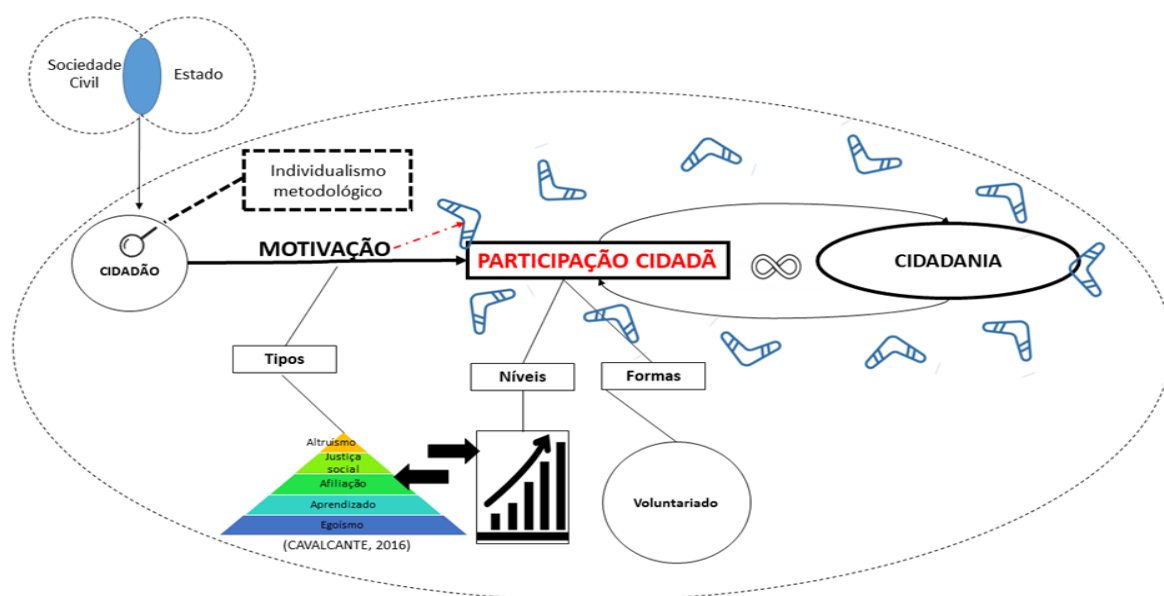
De acordo com o Ipea (2018), vem crescendo no Brasil e em vários países, a propagação da participação cidadã e a expansão da prática de uma cidadania ativa. Contudo, autores como Nelson e Wright (1995) e Dorsner (2004) chamam-nos à atenção para a quase utópica ideia conferida à participação de que essa é a chave resolutiva de problemas sociais por conseguir transferir o poder para os locais. Afinal, há limitações e problemáticas a serem superadas nos projetos de participação cidadã, como os fatores contextuais sociodemográficos que podem estabelecer barreiras à participação, além da dificuldade em identificar os meios motivadores capazes de engajar os indivíduos nas questões públicas (La Due Lake; Huckfeldt, 1995; Caetano, 2018).

Nesse sentido, Esaú (2007) defende que a mídia, os políticos e até mesmo o Governo concordam com a problemática dos cidadãos conseguirem participar de maneira significativa, sendo rejeitados ou desconhecidos por meio dos indivíduos os arranjos participativos existentes. Portanto, defendendo a premissa de que estamos tratando de um ciclo em que a participação gera a cidadania, e a cidadania gera participação, torna-se relevante compreender esse processo para analisar as limitações dos projetos participativos e, conseqüentemente, visar uma melhoria no seu desenho.

Diante do exposto, retomando a analogia realizada no início desta tese, consideramos a motivação do cidadão a força que impulsiona o arremesso do bumerangue. Assim, esta terá

diferentes intensidades e origens, as quais podem mover o cidadão a participar por questões diversas. O fato é que independentemente do tipo de impulso, ou seja, da motivação, a relevância está no direcionamento da mesma para a participação, pois concordando com Holanda (2012), assumimos que é pela maximização do envolvimento individual do cidadão que a verdadeira participação nas questões públicas viabiliza a promoção da cidadania, e esta mesma cidadania configura-se base para a que haja participação, gerando assim o efeito circular do bumerangue, assim como demonstra a Figura 1 a seguir:

Figura 1- Modelo teórico



Fonte: Elaboração própria (2023)

Conforme evidenciado na Figura 1, é fundamental salientar que a participação no âmbito social se desdobra em diversos níveis e é impulsionada por uma variedade de motivações que abrangem desde motivos “altruístas” até aqueles de natureza “egoísta” (Cavalcante, 2016). De fato, acreditamos que os diferentes tipos de motivação impulsionam os indivíduos a se envolverem, podem ser comparados a um movimento de "bumerangue", gerando um efeito cíclico que alimenta tanto a participação cidadã quanto o exercício da cidadania.

Torna-se importante ressaltar que a relação exposta encontra respaldo em estudos que sustentam a tese de que a cidadania desempenha um papel crucial na influência da participação cidadã na governança local (Marshall, 1967; Pateman, 1996; Turner, 2001; Cunha, 2017). Essas pesquisas evidenciam que a efetiva participação está intrinsecamente vinculada a condições

cidadãs adequadas, bem como a ação voluntária dos indivíduos. Portanto, ao tratarmos de participação, não nos referimos apenas a um conceito, mas a um catalisador importante que estimula o envolvimento efetivo e voluntário dos indivíduos nas questões públicas.

Nesse sentido, é relevante pesquisar se diferentes impulsos, ou seja, diferentes motivações apresentam relações com diferentes níveis de participação (Holanda, 2012; Alamoudi; Abido; Lam, 2022). Com efeito, acreditamos ser possível melhorar os níveis de participação cidadã com a compreensão dos motivos que levam os indivíduos a participarem, bem como contribuir para maior prática de cidadania ativa a partir do alcance aos níveis mais altos de participação.

Diante do exposto, emergiram outros questionamentos que ainda precisam ser supridos, tais como: quais os níveis de participação dos cidadãos no contexto brasileiro? Quais as motivações que impulsionam os cidadãos, voluntariamente, a participarem ativamente? Será que as motivações dos indivíduos interferem no nível de participação dos mesmos? (Cavalcante, 2016; Pinsky, 2016; Ferraz, 2017; Caldas, 2020).

Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais as relações entre os níveis de participação com as motivações dos cidadãos ao participarem ativamente nas questões tidas como públicas?

Refletindo sobre o questionamento e identificando que há uma limitação teórica e metodológica para analisar a participação cidadã no nosso contexto brasileiro e, até mesmo, regional, quando nos concentramos na realidade do Estado da Paraíba, a presente tese tem como objetivo geral: Analisar a relação dos níveis de participação com as motivações dos cidadãos se engajarem nas questões públicas. De modo que para o alcance de tal objetivo, esta tese contará com os seguintes objetivos específicos: (1) Desenvolver um modelo teórico de níveis de participação cidadã a partir da Revisão sistemática da literatura; (2) Criar uma escala de níveis de participação cidadã; (3) Mensurar os níveis de participação dos conselheiros do Orçamento democrático do Estado da Paraíba; (4) Testar a relação entre os níveis de participação cidadã dos voluntários conselheiros e as suas motivações.

Nesse sentido, este trabalho está estruturado a partir de uma reunião de artigos, sendo estes estudos complementares, contribuindo assim para a construção da tese. Portanto, além desta introdução integrativa, seguem quatro estudos interdependentes, provenientes dos objetivos específicos.

O Estudo I compreende a revisão sistemática da literatura, na qual mapeou em diferentes trabalhos os possíveis graus de envolvimento dos cidadãos nos interesses públicos, possibilitando assim a criação de um *framework* referente aos níveis de participação cidadã.

O Estudo II corresponde a criação de uma escala para identificar níveis de participação cidadã.

O Estudo III aborda a aplicação da escala de participação cidadã junto aos conselheiros voluntários que atuam no Orçamento democrático do Estado da Paraíba, a fim de identificar seus níveis de participação.

O Estudo IV contempla a análise a partir de regressões múltiplas sobre as relações entre os níveis de participação e a motivação dos cidadãos.

Objetivando uma melhor visualização da construção dessa tese, a seguir, demonstra-se no Quadro 1 o percurso metodológico desta pesquisa:

Quadro 1- Percurso metodológico da tese

PROBLEMA: Quais as relações entre os níveis de participação com as motivações dos cidadãos ao participarem ativamente nos assuntos públicos?			
OBJETIVO GERAL: Analisar a relação dos níveis de participação com as motivações dos cidadãos se engajarem nas questões públicas			
ESTUDOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO DE COLETA	MÉTODO DE ANÁLISE
1-Níveis de participação cidadã: Uma revisão sistemática da literatura	Desenvolver um modelo teórico empírico de níveis de participação cidadã a partir da Revisão sistemática da literatura.	Revisão sistemática da literatura; - Busca nas bases de dados: Web of Science, SPELL e SciELO;	Pesquisa Qualitativa: análise bibliométrica e de conteúdo;
2-Desenvolvimento e validação de uma escala dos níveis de participação cidadã	Criar uma escala de níveis de participação cidadã.	Dimensões desenvolvidas a partir do estudo 1 (RSL)	Análise dos especialistas; Pesquisa Quantitativa: análise fatorial exploratória (AFE) e análise fatorial confirmatória (AFC);
3-Níveis de participação: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba	Mensurar os níveis de participação dos conselheiros do Orçamento democrático do Estado da Paraíba.	Aplicação do instrumento desenvolvido e validado no estudo 2;	Pesquisa Quantitativa: análise fatorial confirmatória (AFC) e estatística descritiva;
4-Níveis de participação cidadã e motivação ao voluntariado: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba	Testar a relação entre os níveis de participação cidadã dos voluntários conselheiros e as suas motivações.	Resultados do estudo 3 (Níveis de participação) e da pesquisa de Leite (2023) (Motivação)	Pesquisa Quantitativa: análise fatorial exploratória (AFE), testes de validade e Regressões múltiplas.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Por fim, ressalta-se que após os 3 estudos mencionados, esta tese ainda apresenta as considerações finais com a apresentação das suas contribuições, limitações e direções para pesquisas futuras.

2- Estudo I- Níveis de Participação Cidadã: uma Revisão Sistemática da Literatura

RESUMO

Esta revisão sistemática teve por objetivo construir um *framework* referente aos níveis de participação dos indivíduos nos interesses públicos. Portanto, inicialmente se obteve uma amostra geral de 1.738 artigos, os quais foram examinados e submetidos a critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de 33 estudos. As análises dos artigos demonstraram que, na literatura específica, os níveis de participação cidadã variam amplamente, desde a não participação, até a autonomia plena dos cidadãos. Assim, essa revisão mapeou e unificou os diferentes níveis de participação encontrados nos estudos, possibilitando uma proposição de um modelo teórico geral, no qual acreditamos que nos possibilitará ter a base da criação de uma escala de participação cidadã. Por fim, em termos de contribuição prática, defendemos ainda a premissa de que compreender as diferentes dimensões de participação cidadã é crucial para os formuladores de políticas, acadêmicos e cidadãos interessados em fortalecer a democracia e melhorar a governança.

Palavras-chave: Participação cidadã; Níveis; Cidadãos; Revisão sistemática.

ABSTRACT

This systematic review aimed to build a framework regarding the levels of participation of individuals in public interests. Therefore, initially a general sample of 1,738 articles was obtained, which were examined and subjected to inclusion and exclusion criteria, resulting in the selection of 33 studies. Analysis of the articles demonstrated that in the literature, levels of citizen participation vary widely, from non-participation to full autonomy of citizens. Thus, this review mapped and unified the different levels of participation found in the studies, enabling the proposition of a general theoretical model, which we believe will enable us to be the basis for creating a scale of citizen participation. Finally, in terms of practical contribution, we also defend the premise that understanding the different dimensions of citizen participation is crucial for policymakers, academics and citizens interested in strengthening democracy and improving governance.

Keywords: Participation; Citizenship; Levels; Citizens; Systematic review

2.1 INTRODUÇÃO

A participação cidadã é um pilar fundamental de sociedades democráticas, sendo uma força motriz para a tomada de decisões políticas, formulação de políticas públicas e para a construção de comunidades mais inclusivas e igualitárias. Ao longo das últimas décadas, a pesquisa acadêmica sobre participação cidadã cresceu substancialmente, refletindo o interesse global em compreender como as pessoas se envolvem ativamente na esfera pública. (Caparas et al., 2016)

Nessa perspectiva, os estudos sobre essa temática demonstram que, ao longo das últimas décadas, a participação cidadã tem evoluído de maneira significativa, impulsionada por avanços tecnológicos, mudanças culturais e uma crescente conscientização sobre a importância da voz dos cidadãos nas decisões políticas (Dorsner, 2004). Logo, isso levou à diversificação das formas de engajamento cívico que vão desde a simples atenção às questões públicas até o ativismo político direto.

Dentre as diversas razões que explicam o crescente interesse na participação cidadã, destacam-se a sua capacidade de educar os cidadãos para participarem ativamente nas tomadas de decisões públicas, integrar os indivíduos na esfera política, bem como aumentar a confiança na formulação de políticas públicas (Verba et al., 1995; Kinyondo; Pelizzo, 2019).

De acordo com Dorsner (2004), a prática da participação não apenas empodera os cidadãos, mas melhora a qualidade dos serviços públicos por meio da transparência. Isso é reforçado por estudos que afirmam ter uma relação positiva entre a participação cidadã e o fortalecimento da cidadania, uma vez que os indivíduos que participam sentem-se responsáveis pela vida pública (Pateman, 1970; Putnam, 2000; Aguiar; Cunha, 2017).

Em termos empíricos, a participação cidadã tem aumentado em diversos países. Por exemplo, nas Filipinas, houve uma notável revitalização da participação cidadã após a introdução do código do Governo Local, que aumentou significativamente o envolvimento da sociedade na governança local (Caparas; Agrawal, 2016; Arrabaca; Base, 2020). Na África Ocidental, em países como Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Libéria, Mali, Nigéria e Senegal, tem-se promovido ativamente a participação dos cidadãos em nível local (Krawczwk; Sweet-Cushman, 2017; Kinyondo; Pelizzo, 2019). Mais próximo do contexto brasileiro, no Chile, foi criada a Lei 20.500, que deu origem ao projeto "Instalação de Conselhos da Sociedade Civil e Proposta de Construção de dois mecanismos de Participação Cidadã de acordo com a realidade territorial" (Aravena; Silva, 2019).

No Brasil, a participação cidadã também tem mostrado crescimento significativo. Em janeiro de 2022, o portal do Senado relatou um aumento na participação popular no Portal e-Cidadania. Em 2019, cerca de 30% dos acessos eram atribuídos à participação dos cidadãos, um número que aumentou para 45,9% em 2020 e atingiu quase 60% em 2021.

No entanto, torna-se importante enfatizar que a participação dos indivíduos nas questões públicas não é um fenômeno monolítico, mas sim um espectro complexo de envolvimento, que varia em termos de intensidade, abrangência e impacto. Assim, compreender essas diferentes dimensões de participação cidadã é crucial para os formuladores de políticas, acadêmicos e cidadãos interessados em fortalecer a democracia e melhorar a governança.

Nesse sentido, como pesquisadores, reconhecemos a importância de imergir no processo de compreender a realidade que nos envolve, de modo que acreditamos ser imperativo aprofundar nossa compreensão desse fenômeno social, buscando modelá-lo de maneira mais abrangente. Para tal, a condução de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) se revela essencial como instrumento para delinear as fronteiras do conhecimento no campo da participação cidadã.

Nesse contexto, realizamos uma revisão sistemática da literatura utilizando as bases de dados: *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, entre os períodos de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, tendo como foco a participação cidadã. Assim, foi verificada a dispersão dos níveis de participação na literatura devido os diferentes autores estabelecerem nomes distintos dos graus de envolvimento do cidadão para conceitos semelhantes.

Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo geral construir um *framework* referente aos níveis de participação dos indivíduos nos interesses públicos. Para tal, pretende-se: (1) delinear uma visão geral das principais discussões acerca da participação cidadã levantadas nos artigos; (2) desenvolver uma categorização dos níveis de participação cidadã presentes na literatura, por meio de um *framework* conceitual; e, por fim, (3) apresentar uma agenda de pesquisas futuras na temática.

Em suma, espera-se que este trabalho, ao alcançar o objetivo geral proposto, forneça uma visão abrangente e atualizada do estado da arte no campo da participação cidadã, não apenas suprimindo as lacunas identificadas na literatura, mas conduzindo-nos a futuras investigações. Ainda, espera-se que esta revisão sistemática seja capaz de fornecer uma plataforma sólida para pesquisadores, formuladores de políticas e ativistas, ajudando a orientar esforços futuros no sentido de fortalecer e promover a participação cidadã como um pilar central de sociedades democráticas em constante evolução.

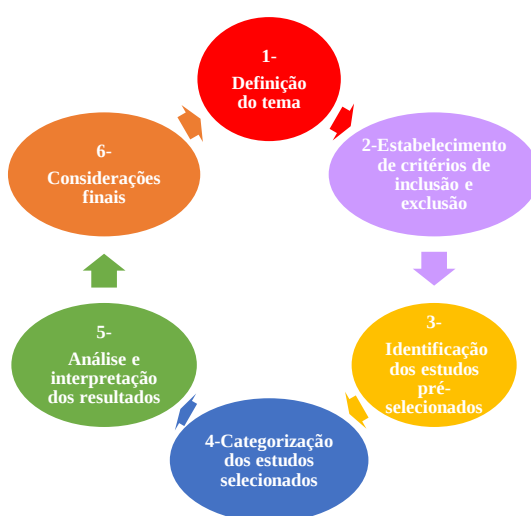
Para o alcance dos objetivos, o estudo está estruturado da seguinte forma: após essa introdução, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa (seção 2). Na seção 3, uma demonstração geral dos resultados da revisão sistemática, seguindo para a seção 4 com a análise dos mesmos referentes à participação cidadã e aos níveis encontrados na literatura, os quais subsidiam o desenvolvimento do *framework* teórico. Por fim, segue-se para seção 6 com as considerações finais sendo apresentadas as contribuições, limitações e direções para pesquisas futuras.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão sistemática da literatura corresponde a um método de pesquisa que objetiva identificar, agrupar e ordenar os estudos anteriores disponíveis sobre uma determinada área e temas de estudo (Kitchenham, 2004; Botelho *et al.*, 2011). Portanto, conforme afirma Mendes *et al.* (2008), dentre as contribuições desse referido método encontra-se: mapear o estado da arte dos temas de interesse, obter maior rigor metodológico e científico, identificar lacunas teóricas, e consequentemente, percursos para pesquisas futuras.

Nesse sentido, este estudo seguiu as etapas de uma revisão sistemática propostas por Botelho *et al.* (2011), sendo estas apresentadas na Figura 2:

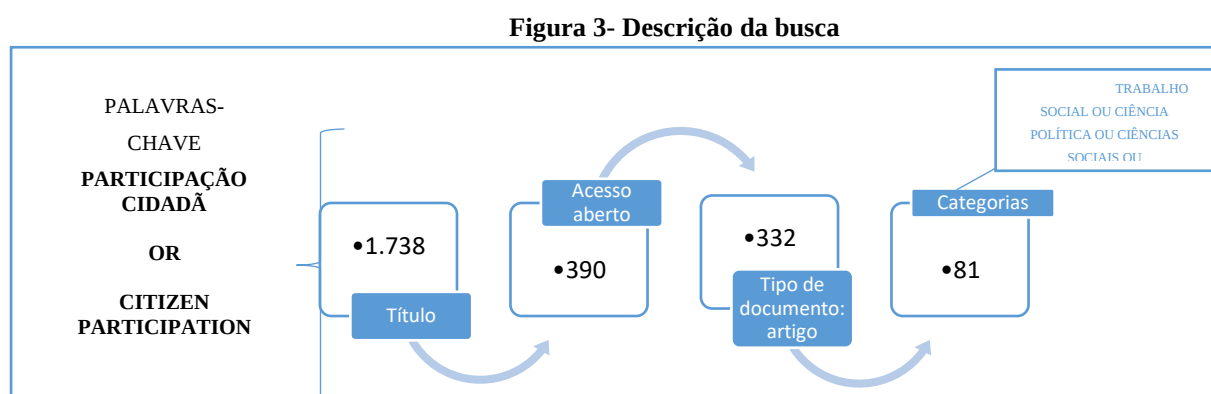
Figura 2-Etapas da RSL



Fonte: Elaboração própria (2023)

Diante do exposto, iniciamos a primeira etapa estabelecendo as *strings* de buscas nas bases, sendo estas: **Participação cidadã OR Citizen participation**. É importante ressaltar que foram escolhidas a partir da definição subjetiva (Zhang; Babar; Tell, 2011), mediante análises exploratórias da literatura para identificação de *strings* usados em outros trabalhos que desenvolveram RSL nesta temática. Logo, as buscas sistemáticas ocorreram entre os períodos de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, utilizando a *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, tendo em vista que estas são consideradas as bases bibliográficas multidisciplinares de maior prestígio na área acadêmica (Wang; Waltman, 2016).

Assim, em um primeiro filtro exploratório, cuja busca deu-se por título, foram obtidos 1.738 estudos. No entanto, outros filtros foram aplicados, sendo os mesmos detalhados a seguir na Figura 3:



Fonte: Elaboração própria (2023)

Após a aplicação dos filtros demonstrados na Figura 3, foram pré-selecionados 81 estudos. Contudo, cumprindo a segunda etapa do processo, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, os quais estão elencados no Quadro 2:

Quadro 2- Critérios de inclusão e exclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Estudos que abordam a Participação cidadã como foco central	X Estudos que não abordam a Participação cidadã como foco central
✓ Estudos com foco no indivíduo atuando em questões públicas	X Estudos que tratem de outras participações diferentes do indivíduo atuando em questões públicas
✓ Estudos publicados na íntegra	X Estudos não publicados na íntegra
	X Estudos duplicados

Fonte: Elaboração própria (2023)

A partir dos critérios demonstrados no Quadro 2, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos, sendo estabelecido que, para serem aceitos, os estudos precisariam cumprir simultaneamente todos os critérios de inclusão. Enquanto, seriam rejeitados aqueles que se enquadrassem em algum dos critérios de exclusão. Dessa forma, dos 81 artigos pré-selecionados, foram excluídos 29 artigos por estarem fora do escopo determinado nesta revisão, como se pode observar em mais detalhes no Quadro 3:

Quadro 3- Critérios de exclusão (1)

Nº	Foco do estudo fora do escopo
1	Diferenças de gêneros na motivação emocional
2	Engajamento no trabalho
4	Engajamento e saúde mental de crianças nas aulas remotas durante a pandemia
5	Desenvolvimento sustentável da indústria de veículos elétricos e engajamento das partes interessadas
6	Participação de copesquisadores em todas as fases de um projeto
7	Motivação e engajamento de clientes
8	Engajamento do empregador e políticas no mercado de trabalho
9	Motivação do aluno no ensino médio
10	Liderança paternalista/ engajamento dos funcionários
11	Modelo de engajamento no treinamento de segurança
13	Adaptações dos assistentes sociais nas escolas durante a pandemia
15	Participação contra o crime com enfoque nos aspectos políticos legais
17	Efeito da religião na democracia
18	Recursos de vídeo e YouTube na educação odontológica
19	Participação eleitoral
20	Relação da participação cidadã com o pagamento dos impostos
21	Participação Eletrônica
25	Participação em espaços digitais
26	Abordagens inclusivas de aprendizagem dentro e fora da Prisão
27	Inclusão digital nas políticas públicas
28	Preocupações dos pais com os riscos da internet
29	Participação de eventos de intercâmbio de conhecimento

Fonte: Elaboração própria (2023)

Em seguida, os 52 artigos selecionados foram submetidos ao filtro da leitura integral de suas introduções, sendo excluídos 27 trabalhos, nos quais os critérios são apresentados no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4- Critérios de exclusão (2)

Nº	Foco do estudo fora do escopo
1	Foco em transparência financeira e investigação dos cidadãos
2	Artigo em língua Turca sem possibilidade de tradução
4	Análise da exposição acidental e intencional dos cidadãos nas mídias sociais

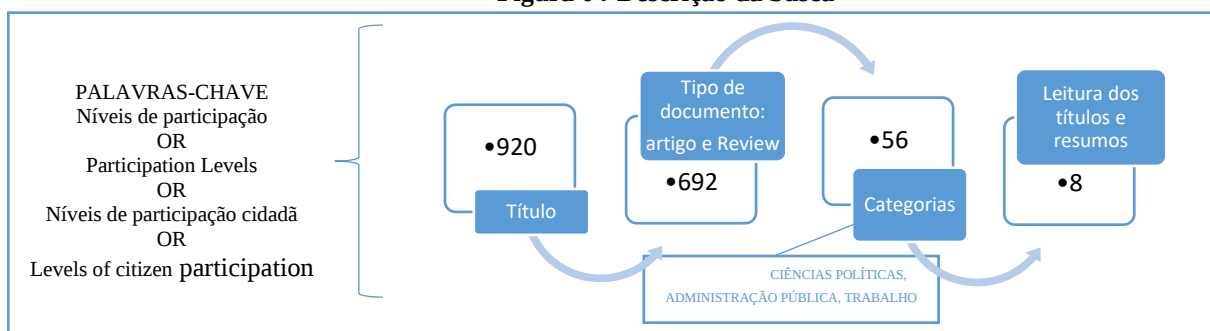
5	Foco em desnutrição e participação na saúde pública
6	Foco em participação política
7	Trata-se exclusivamente de participação em uma rádio comunitária
8	Foco na lei da transparência
9	Foco em participação política
10	Foco em voluntários atuantes em horta comunitária
11	Foco em participação política (voto e em membros de partido)
13	Aborda sobre prevenção e julgamento na participação política
15	Foco na estrutura interna organizacional de entidades sem fins lucrativos
16	Resumo de um artigo original já aceito
17	Artigo duplicado
18	Foco em participação na saúde
19	Foco em participação dos idosos para o seu bem-estar
20	Participação digital
21	Foco em participação política
22	Participação dos eleitores
23	Foco em participação em partidos políticos
24	Artigo duplicado
25	Foco em participação política
26	Participação infantil
27	Artigo duplicado

Fonte: Elaboração própria (2023)

Assim, após as leituras das introduções dos trabalhos, chegou-se a um quantitativo de 25 artigos que foram organizados em uma planilha no MS Excel para extração das informações e a análise dos mesmos, sendo estes detalhados na próxima seção. Logo, seguindo para a quarta etapa, conforme propõe Botelho *et. al.* (2011), procedeu-se à categorização, mediante análise completa das publicações selecionadas. Dessa forma, ressalta-se que nesse processo foi utilizada a técnica análise de conteúdo, na qual permite analisar dados obtidos ou gerados durante um estudo a partir de uma abordagem sistemática, por meio de aplicações qualitativas, quantitativas ou ambas (White; Marsh, 2006).

Nessa perspectiva, naturalmente a pesquisa seguiria para a quinta etapa- discussão dos achados. No entanto, foi identificada a necessidade de uma segunda busca nas bases, especificando nas *strings* os níveis de participação cidadã, uma vez que este é o objetivo geral deste estudo. Portanto, apresenta-se na Figura 4 o detalhamento dos filtros e resultados obtidos para o refinamento da pesquisa.

Figura 04-Descrição da busca



Fonte: Elaboração própria (2023)

Como demonstra a Figura 4, após a leitura dos títulos e resumos dos 56 artigos filtrados, foram excluídos 48 estudos sob os seguintes critérios de inclusão e exclusão apresentados a seguir:

Quadro 5-Critérios de inclusão e exclusão (3)

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
✓ Estudos que apresentam diferentes níveis de participação cidadã	X Estudos que não apresentam diferentes níveis de participação cidadã
Estudos com foco no indivíduo atuando em questões públicas	X Estudos que tratem de outras participações diferentes do indivíduo atuando em questões públicas
✓ Estudos publicados na íntegra	X Estudos não publicados na íntegra
	X Estudos duplicados

Fonte: Elaboração própria (2023)

Ademais, visando um melhor detalhamento do motivo de exclusão dos artigos, apresenta-se no Quadro 6 o foco destes estudos, estando estes incompatíveis com os critérios estabelecidos:

Quadro 6- Detalhamento dos critérios de exclusão

Foco do estudo fora do escopo		
1-Ideologia de gênero	17-Foco em programas contra a violência juvenil	33-Foco na mudança de poder na Inglaterra
2-Envolvimento do cidadão no processo eleitoral no Japão	18-Objetivo explorar o risco percebido e a vontade relatada de se envolver em dirigir de risco em uma amostra de jovens motoristas australianos	34-Engajamento escolar
3-Engajamento em sala de aula	19-Foco em emprego remunerado no setor sem fins lucrativos	35-O papel da realidade no realismo político
4-Transferência de conhecimento	20-Foco em cidadãos que fazem reclamações as autoridades	36-Análise do nível de confiança nas instituições políticas

5-Participação cidadã na política	21- Participação política nas eleições	37-Espaço profissional participativo
6-Participação do idoso na política	22-Participação restrita ao combate ao crime	38-Envolvimento cidadão no voto e assembleia
7-Democratização alimentar	23-Atividades físicas par indivíduos com doença de Parkinson's	39-Relação assistentes sociais, pais e crianças
8-Foco em organizações não governamentais	24-Motivação para comportamentos pro ambientais	40-Sentimentos positivos na escola
9-Participação eleitoral	25-Serviços de promoção de saúde de idosos	41-Foco no ensino a escrita para crianças carentes
10-Foco em funcionários públicos	26-Foco em redes de discussão política	42-Foco na psicopatologia
11-Engajamento das igrejas – Participação relacionado a religiosidade	27-Motivação para engajamento de alunos em sua saúde mental	43-Envolvimento de crianças contra a obesidade
12-Contato involuntário de justiça criminal	28-Inclusão de jovens	44-Membros do parlamento
13-Comunicação de risco	29-Processo democrático dentro da universidade	45-Foco em modelos democráticos em ciência e tecnologia
14-Participação de pessoas que vivem em manicômios	30-Engajamento político em processos eleitorais	46-Participação em voto eleitoral
15-Participação digital em consumidores	31-Migrações transnacionais na Europa	47-Foco em participação online
16-Foco na teoria da confiança para capital social.	32-Participação eleitoral de jovens	48-Participação de idosos para qualidade de vida

Fonte: Elaboração própria (2023)

Diante do exposto, foram selecionados 8 artigos os quais foram analisados na íntegra. Dessa forma, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa e indutiva para identificar os níveis de participação cidadã a partir das etapas recomendadas por Elo e Kyngäs (2008) que inclui: (i) codificação aberta e planilhas de codificação, (ii) criação de categorias e (iii) abstração, sendo estas detalhadas a seguir:

- (i) **Codificação aberta e planilhas de codificação:** Durante a leitura dos artigos, buscou-se identificar e escrever notas sobre os níveis de participação dos indivíduos. As informações foram extraídas e organizadas em uma planilha no MS Excel.
- (ii) **Criação de categorias:** Os níveis apresentados na literatura foram identificados, já a partir da codificação aberta, foram agrupadas em categorias mais amplas a partir das semelhanças de seus conceitos.
- (iii) **Abstração.** Os constructos foram analisados chegando ao quantitativo de 4 níveis de participação cidadã. Esses foram os constructos que deram origem ao framework teórico dessa pesquisa. Vale ressaltar que todo esse processo foi acompanhado e validado por dois pesquisadores.

Seguindo com o processo analítico, o qual requer do pesquisador o esforço de dar sentido aos dados e obter um senso de totalidade (Elo; Kyngas, 2008), seguiu-se para a quinta etapa na qual se discutiram os achados. E, por fim, a sexta e última etapa com a síntese do conhecimento por ela viabilizada, permitindo a construção do *framework* conceitual dos níveis de participação cidadã.

2.3 RESULTADOS

Conforme anteriormente mencionado, a operacionalização nas duas buscas realizadas para esta pesquisa resultou em um total de 36 estudos. Portanto, a seguir, no Quadro 7 estão listados os artigos que satisfizeram todos os critérios estabelecidos nessa revisão sistemática, sendo apresentados seus títulos, bem como os seus respectivos autores e anos de publicação.

Quadro 7- Artigos selecionados

1ª BUSCA			
Nº	Título	Autores	Ano
1	A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?	Aguiar e Cunha	2017
2	<i>Terceiro Setor: o dialogismo polêmico.</i>	Alves	2002
3	<i>Nonprofit Organizations: theory, management, policy.</i>	Anheier	2005
4	Uma escada da participação cidadã.	Arnstein	2002
5	Sociedade Civil e participação no Brasil democrático.	Avritzer	2009
6	La incidencia de la participación ciudadana en la eficiencia: El caso del Fondo de Infraestructura Social Municipal (FISM) en Hidalgo.	Belmont e Neria	2021
7	Mapping public participation. <i>Australian Journal of Public Administration</i>	Bishop	2002
8	Why words like participation may lose their magic.	Carothers e Brechenmacher	2014
9	Participação social, senso de comunidade e bem-estar social: um estudo sobre estudantes universitários americanos, italianos e iranianos.	Cicognani et al.	2008
10	Civic engagement scale: A validation study.	Doolittle e Faul	2013
11	Psychodynamic, behavioral, and organizational development perspectives.	Heller	1984
12	Towards participation as transformation: critical themes and challenges. Participation: From tyranny to transformation?	Hickey e Mohan	2004
13	Draft framework on indicators for Active Citizenship.	Hoskins	2006
14	Deconstructing the multi-layered nature of citizen participation in Vietnam: conceptual connotations, discourses of international development, and the country's institutional context.	Kwak	2019
15	Does participation generate democratization? Analysis of social participation by institutional means in Argentine, Brazilian and Uruguayan foreign policies.	Mesquita e Lope	2018

16	O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias.	Milani	2008
17	Participación y evaluación de la participación. In: Participación y calidad democrática: Evaluando las nuevas formas de democracia participativa.	Parés	2009
18	“Public deliberation in an age of direct citizen participation”.	Roberts	2004
19	A typology of public engagement mechanisms.	Rowe e Frewer	2005
20	Partners in public service: Government-nonprofit relations in the modern welfare state.	Salamon	1995
21	Civic engagement in the digital age.	Smith	2013
22	Enhancing collaborative innovation in the public sector.	Sørensen e Torfing	2011
23	Cidadania e globalização	Vieira	2001
24	Putting more public policy analysis.	Walters, Aydelotte, e Miller	2000
25	Citizen participation and community organizations.	Wandersman e Florin	2000
2ª BUSCA			
Nº	Título	Autores	Ano
1	Uma escada da participação cidadã	Arnstein	2002
2	Revisão crítica da participação dos cidadãos na conquista de cidades inteligentes sustentáveis	Alamoudi; Abidoye; Lam	2022
3	Aprofundamento democrático em democracias de terceira onda: experiências de participação na Cidade do México	Harbers	2007
4	Participação e teoria democrática	Pateman	1970
5	Variedades de participação em governança complexa	Fung	2006
6	Processos diferentes, resultados diferentes? Avaliação dos impactos individuais da participação pública	Jo; Nabatchi	2021
7	Instantâneos da participação cidadã em nível local durante o primeiro peronismo	Salamón	2016
8	Sociedade Civil e Participação Política: Que Tipo de Participação Política é Influenciada pelo Envolvimento a Nível Comunitário na Sociedade Civil?	Lundasen	2015

Fonte: Elaboração própria (2023)

Os artigos demonstrados no Quadro 7 foram submetidos a uma leitura integral, possibilitando assim uma adequada descrição e análise dos mesmos, conforme discorre as próximas sessões.

2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.4.1 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A partir da análise dos artigos observou-se que a participação dos indivíduos em questões públicas tem sido tema de debate desde meados de 1970, tendo um crescimento mais expressivo a partir dos anos 2000, nos quais passaram a discutir suas implicações, benefícios, bem como os desafios do protagonismo dos indivíduos atuando como cidadãos ativos (Hickey; Mohan, 2004; Torfing, 2011; Kwak, 2019).

Desse modo, nos diferentes estudos filtrados foram identificadas associações entre a participação cidadã e temas como: “participação social” (Cicognani *et al.* 2008), “cidadania ativa” (Hoskins, 2006) e “engajamento cívico” (Doolittle; FAUL, 2013). No entanto, iremos nos deter à participação em si, reconhecendo que a tentativa de defini-la é algo desafiador por se tratar de algo que pode ter diferentes interpretações a partir do contexto social ou organizacional, ideologias, e até mesmo a visão de mundo do pesquisador (Parés, 2009; Aguiar; Cunha, 2017). Portanto, na tentativa de minimizar essa limitação, será apresentado no Quadro 8 a compilação de alguns conceitos encontrados na literatura.

Quadro 8- Conceitos de participação

CONCEITO	AUTORES
“Participação” é um conceito demasiadamente amplo, podendo ser participação popular, cidadã, democrática, institucional entre outras denominações usadas para referir-se à inclusão dos cidadãos no processo decisório das políticas públicas	Milani (2008), Aguiar e Cunha (2017)
Processo no qual os indivíduos participam da tomada de decisões nas instituições, programas e ambientes que os afetam”	Heller et al. (1984) -Wandersman e Florin (2000) Cicognani et al (2008)
A participação cidadã é um elemento primordial para a governança democrática das políticas públicas estando diretamente ligada à cidadania e aos padrões democráticos e suas formas de organização coletiva.	Avritzer (2009) Smith (2013) Mesquita e Lopes (2018)
A participação pode ser compreendida como o compartilhamento de poder que fará com que os cidadãos sejam efetivamente inseridos em processos decisórios e suas ações promovam reformas significativas na sociedade	Arnstein (2002)

Fonte: Elaboração própria (2023)

Diante do exposto, destaca-se que a participação cidadã abordada neste trabalho compreende o envolvimento dos cidadãos em questões consideradas públicas. Reforçando tal conceito, conforme afirma Belmonte e Neria (2021), defendemos que participar ativamente envolve a contribuição dos indivíduos na vida política, sociedade civil e vida comunitária.

Nessa perspectiva, de acordo com os artigos selecionados, identificou-se que as discussões sobre a participação cidadã na década de 1970 e 1980 eram movidas a partir do Estado, ou seja, o envolvimento dos indivíduos com a iniciativa do Governo, sendo este o detentor do poder (Pateman, 1970; Roberts, 2004; Torfing, 2011; Kwak, 2019). Logo, apesar desta constatação ser de cunho geral nos estudos sobre a temática, a mesma alinha-se com a realidade do Brasil, pois assim como relata Carvalho (2016), estas décadas citadas foram marcadas por regimes governamentais assistencialistas e paternalistas, os quais alimentaram por muitos anos uma tradicional baixa participação cidadã.

Todavia, a Constituição Cidadã no Brasil foi criada em 1988, sendo tal conquista um marco regulador para avanços da Cidadania brasileira (Carvalho, 2016). Fato este que também se alinha às mudanças na abordagem da participação cidadã nos estudos a partir de 1990, intensificando o seu crescimento nos anos 2000. Assim, observou-se, nas análises dos artigos, que os estudos do século XXI tendem a descentralizar o poder do Estado, conferindo aos indivíduos a autonomia de serem cidadãos participativos (Alves, 2022; Anheier, 2005; Carothers; Brechenmacher, 2014).

Nessa perspectiva, observou-se uma evolução ao longo dos anos nos discursos abordados nos artigos, que passaram por uma transformação significativa. Ao invés de retratar os indivíduos e o governo como polos antagônicos, onde o primeiro se envolve para denunciar a ineficiência do segundo, a temática agora enfoca a cooperação entre essas partes (Bulgarim et al., 2011). Essa mudança sinaliza uma abordagem mais colaborativa e construtiva, indicando uma transição em que as relações entre os cidadãos e o governo são percebidas não apenas como confrontos, mas também como oportunidades para sinergias e parcerias benéficas para o bem comum. E é sob essa vertente que nos apoiamos por acreditarmos na maior eficiência da prestação dos serviços públicos quando há uma coprodução desempenhada entre os cidadãos, Estado e o Terceiro Setor.

Nesses termos, os estudos apontam a participação cidadã como um meio de resposta às necessidades sociais mediante a melhoria das políticas públicas, e o aumento da confiança pública no governo, além de legitimar o processo democrático e a realização da cidadania

(Hickey, 2004; Carothers, 2014; Aguiar; Cunha, 2017). No entanto, há diferentes meios, formas e graus de participação, os quais possibilitam amplas discussões.

Quanto aos meios, existem vários mecanismos participativos de acordo com a literatura, tais como: assembleias, os júris de cidadãos, os grupos focais, plebiscitos, orçamentos participativos, referendos, painéis de pesquisa, bate-papos interativos e páginas de internet (Walters, 2000; Bishop, 2002; Ceneviv; Farah, 2006). Assim, os cidadãos podem atuar de diferentes maneiras, seja ela: na coprodução, voluntariado, participação política, em eventos sociais, culturais, atividades extracurriculares, etc.

Nesse sentido, também observamos nos estudos que a participação cidadã não trata-se de um conceito dicotômico, ou seja, participa ou não participa, mas apresenta diferentes níveis na sua prática (Lundasen, 2015; Salamón, 2016; Abidoye, 2022). Sendo tal questão discutida na próxima sessão.

2.4.2 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Diante dos artigos apresentados no Quadro 7, foi realizada a leitura integral dos mesmos com o objetivo de identificar níveis de participação cidadã. Assim, verificamos que a autora Arnstein foi pioneira nessa temática, desenvolvendo um estudo cujo título é “*A ladder of citizen participation*” em 1969, apresentando assim um modelo teórico de 8 níveis que se sobrepõe ao outro de maneira crescente, na qual assume a imagem de uma escada ilustrada na Figura 5.

Figura 5 -Escada de participação cidadã



Fonte: Elaboração própria (Baseada em Arnstein (2002))

Conforme se pode observar na Figura 5, os níveis de participação cidadã de acordo com Arnstein (2002) é composto por: 1. “Manipulação” e 2. “Terapia”, os quais têm por objetivo permitir que os detentores do poder de decisão possam "educar" ou "curar" os participantes, sem que haja a participação cidadã. Avançando, os degraus 3. “Informação” e 4. “Consulta”, teoricamente possibilitam que o cidadão possa ouvir e ser ouvido, mas na prática o poder de participação é concedida de maneira limitada, não podendo assegurar que as opiniões dos mesmos serão aceitas por aqueles que detêm o poder.

O degrau 5. “Pacificação”, permanece com uma concessão limitada de poder, pois apesar de possibilitar que os sem-nada tenham voz para aconselhar os poderosos, os mesmos não têm o direito de tomar a decisão final. Em seguida, encontra-se o degrau 6. “Parceria”, no qual apresenta-se o poder cidadão nas tomadas de decisão de maneira crescente por permitir a negociação igualitária entre os envolvidos. Por fim, nos degraus superiores, 7. “Delegação de poder” e 8. “Controle cidadão”, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.

Diferentemente de Arnstein, Pateman (1970) apresenta os graus de participação de uma maneira mais sintetizada, afirmando que há um primeiro nível no qual ele chama de “Pseudoparticipação”, que como o nome já demonstra trata-se da não participação forjada na falsa ideia de que os cidadãos estão participando mediante formalidades que os induzem a aceitarem algo previamente estabelecido. Em seguida o cidadão tem a “Participação parcial” na qual permite que os indivíduos opinem, e por último, a “Participação plena” que dá autonomia aos cidadãos tomarem decisões.

Segundo Fung (2006), a participação primeiramente passa pelo nível do “espectador”, ou seja, o cidadão apenas ouve e fica ciente de questões relevantes, em seguida há os níveis 2 e 3 nos quais os mesmos podem expressar suas preferências sobre o assunto em pauta. O quarto nível é a “Agregação e barganha” dos indivíduos junto ao Estado permitindo negociação e parceria, chegando então ao último nível no qual oportuniza aos mesmos o poder de decisão. Complementarmente, Harbers (2007) afirma que a capacidade deliberativa dos cidadãos também é composta por um conjunto de cinco níveis, sendo estes: monitoramento e implementação, institucionalização dos processos, resolução de problemas concretos, deliberação face a face e legitimidade do processo deliberativo.

Nesse sentido, de acordo com a Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) a participação dos indivíduos nas questões públicas apresenta 4 graus, sendo estes: 1- Informar, auxiliando os cidadãos na compreensão dos temas; 2- Consultar, permitindo

receber o feedback dos mesmos; 3- Envolver através de uma parceria entre os cidadãos e o poder público; e o 4 Colaborar- e empoderar, no qual possibilita a autonomia dos cidadãos em cada aspecto da decisão.

Por fim, entre os estudos analisados, identificamos que a Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) definiu três níveis de envolvimento participativo: (1) informação, sendo esta uma relação unilateral tendo o Estado produzindo e provendo informações. (2) consulta, grau intermediário no qual os cidadãos podem opinar nas questões estabelecidas e gerenciadas pelo Governo; (3) participação ativa, que envolve efetivamente o cidadão no processo de tomada de decisão. Portanto, seguindo uma linha conceitual de cidadania plena, Denhardt e Denhardt (2003) aponta para a necessidade de se buscar alcançar este terceiro nível, pois concordando com Marshal (2004), é nessa dimensão que a participação cidadã atua estabelecendo suas necessidades, bem como preservando suas ações.

Ante o exposto, a seguir apresenta-se no Quadro 9 os níveis de participação cidadã encontrados na literatura de acordo com diferentes autores:

Quadro 9- Níveis de participação		
Níveis de participação	Característica	Autores
8 Controle Cidadão	Poder cidadão: o cidadão detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.	Arnstein (2002) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
7 Delegação de Poder		
6 Parceria	Poder cidadão: Indivíduos participantes nas tomadas de decisão de maneira crescente por permitir a negociação igualitária entre os envolvidos	
5 Pacificação	Concessão limitada de poder: Apesar de possibilitar que os cidadãos tenham voz para aconselhar os poderosos, os mesmos não têm o direito de tomar a decisão final.	
4 Consulta	Concessão mínima de poder: cidadãos ouvem e são ouvidos	
3 Informação		
2 Terapia	Não participação	
1 Manipulação		
3 Participação ativa	Relacionamento baseado numa parceria com o governo, em que os cidadãos participam ativamente no processo de elaboração de políticas.	Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011)
2 Consulta	Relacionamento bidirecional em que os cidadãos fornecem feedback ao governo. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões dos cidadãos vão ser auscultadas, e facultam informações relevantes	
1 Informação	Relacionamento unidirecional em que o governo produz e fornece informações para os cidadãos.	

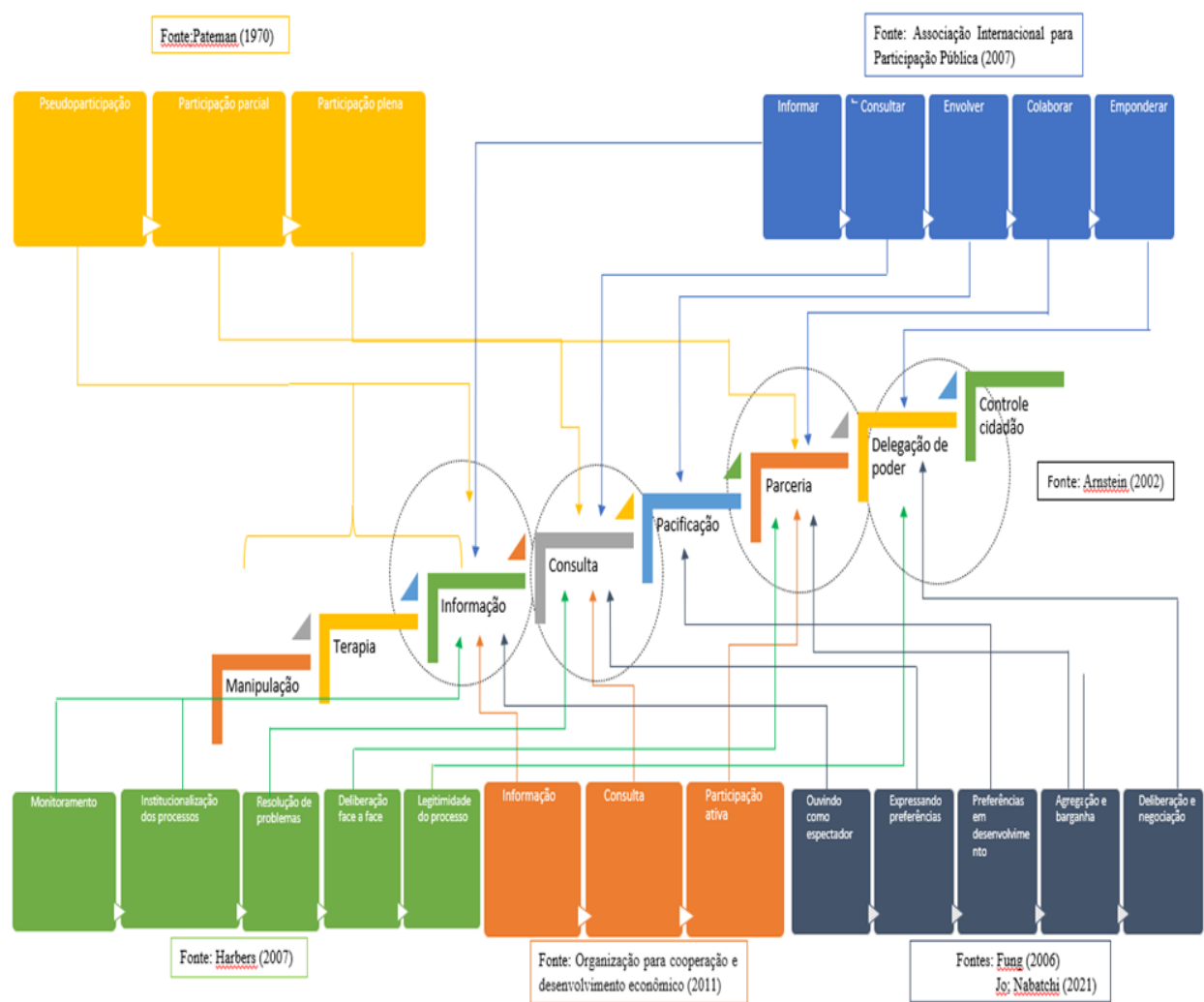
5 Empoderar	Colocar a decisão final nas mãos do cidadão	Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007)
4 Colaborar	Estabelecer parcerias com os cidadãos em cada aspecto da decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções.	
3 Envolver	Trabalhar com o público durante todo o processo, de modo a garantir que as preocupações e aspirações dos cidadãos são consistentemente entendidas e consideradas.	
2 Consultar	Auscultar a comunidade para obter o feedback dos cidadãos sobre a análise e a identificação de alternativas e/ou decisões.	
1 Informar	Disponibilizar informação equilibrada e objetiva, de modo a auxiliar os cidadãos na compreensão do tema, de alternativas, oportunidades e/ou soluções.	
5 Legitimidade do processo deliberativo	Cidadão com autonomia de decisão.	Harbers (2007)
4 Deliberação face a face	Cidadão com voz ativa participando presencialmente.	
3 Resolução de problemas concretos	Indivíduos opinam para resolver problemas da comunidade.	
2 Institucionalização dos processos	Indivíduos participam de reuniões, mas não têm voz	
1 Monitoramento	Cidadãos têm acesso às informações públicas podendo monitorá-las.	
3 Participação plena	O grupo de interessados é autorregulado, toma suas próprias decisões.	Pateman (1970)
2 Participação parcial	O cidadão pode opinar, mas sem a garantia que de fato será levado em consideração.	
1 Pseudoparticipação	Faz acreditar, através das devidas formalidades, que houve um livre debate, mas induz a aceitação de algo já anterior e materialmente decidido, sem participação dos subordinados.	
5 Deliberação e negociação	Oportunidade de decisão	Fung (2006) Jo; Nabatchi (2021)
4 Agregação e barganha	Trabalhar na construção de consenso e na produção de um acordo conjunto por meio de intensa negociação	
3 Preferências em desenvolvimento	Os participantes aprendem sobre o assunto (modo 1) e expressam e desenvolvem suas preferências sobre o assunto (modos 2 e 3)	
2Expressando preferências		
1 Ouvindo como espectador	Informar as pessoas sobre uma questão de importância pública	

Fonte: Elaboração própria (2023)

Com base nos níveis de participação encontrados na literatura, observou-se que embora os autores utilizem nomes distintos uns dos outros, de uma maneira comum os mesmos buscam estabelecer a gradação entre a não participação até o que podemos chamar de ideal de participação cidadã. Portanto, para fins didáticos, iremos apresentar um modelo de nível de

participação com base no Quadro 9, sintetizando assim as informações encontradas no estado da arte sobre a temática.

Figura 6- Framework dos níveis de participação cidadã na literatura



Fonte: Elaboração própria (2023)

Com objetivo de construir um *framework* dos níveis de participação cidadã encontrados na literatura optou-se por inserir o modelo da escada de Arnstein (2002) no centro por dois motivos: ser o mais amplo em termos de variáveis, apresentando 8 degraus, bem como por ser

o mais citado nos estudos da temática. Em seguida os modelos encontrados nos demais estudos foram inseridos em volta buscando fazer a associação entre os níveis de participação que apresentavam nomenclatura diferentes, mas tratava-se do mesmo significado.

Dessa forma, como pôde-se observar na Figura 6 apresentada, na fusão entre os níveis de participação, 4 degraus da escada de Arnstein (2002) receberam destaque, sendo eles: “Informação”, “Consulta”, “Parceria” e “Delegação de poder”. Em contrapartida, os extremos da escada de participação não receberam nenhuma associação e acreditamos que isso se deu pelo fato dos degraus “Manipulação” e “Terapia”, serem considerados pela própria Arnstein (2002) como “Não participação”, assim como o degrau “Controle cidadão” em um total oposto representa um nível ideal de participação. Assim, visando o maior esclarecimento, segue o Quadro 10 com a síntese dos níveis de participação e seus respectivos conceitos:

Quadro 10: Conceitos dos níveis de participação do modelo

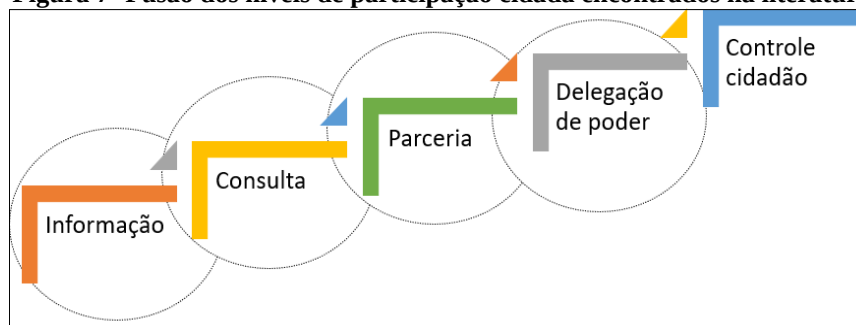
NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	CONCEITO	AUTORES BASE
1-INFORMAÇÃO	Relacionamento unidirecional em que o governo produz e fornece informações para os cidadãos.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
2-CONSULTA	Relacionamento bidirecional em que os cidadãos fornecem feedback ao governo. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões dos cidadãos vão ser auscultadas, e facultam informações relevantes	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
3-PARCERIA	Estabelecer parcerias entre o poder público e os cidadãos em tomadas de decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011)

		Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
4-DELEGAÇÃO DE PODER	Cidadão com autonomia de decisão parcial ou total	Fung (2006) Harbers (2007) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007)

Fonte: Elaboração própria (2023)

Nesse sentido, segue na Figura 7 níveis de participação cidadã a partir da fusão dos modelos encontrados na literatura.

Figura 7- Fusão dos níveis de participação cidadã encontrados na literatura

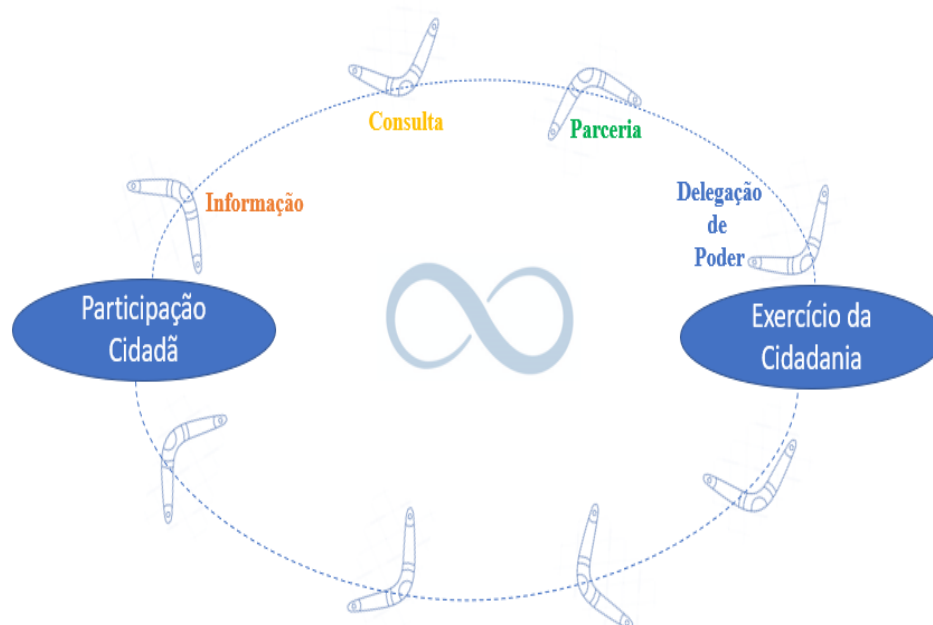


Fonte: Elaboração própria (2023)

É possível observar na Figura 7 que para além dos 4 níveis de participação cidadã que emergiram dos estudos encontrados nesta revisão sistemática, decidimos por manter o último degrau do modelo de Arnstein (2002) tendo em vista que ele concebe o que almejamos por exercício pleno da cidadania. Contudo, ao analisarmos a maneira como estes níveis são representados, tal qual a escada da Participação (Arnstein,2002), identificamos que como está exposto pressupõe-se que a participação é constituída de eventos sucessivos e gradativos, nos quais ao serem galgados se chega ao ponto máximo da cidadania.

Porém, baseando-nos em autores como Marshall (1994), Turner (1994), Tilly (2010) e Holanda (2012), acreditamos que a participação individual do cidadão nas questões públicas promove a cidadania, e esta mesma cidadania reverte-se em mais participação, gerando assim o efeito circular. Assim, iremos utilizar o bumerangue, objeto que ao ser arremessado corretamente é submetido a forças aerodinâmicas resultando em uma trajetória circular, a qual o faz regressar ao ponto de partida, para fazermos analogia entre a relação estabelecida entre a participação cidadã, seus níveis e o exercício da cidadania, conforme apresenta a Figura 8.

Figura 8- Modelo conceitual da Participação cidadã



Fonte: Elaboração própria (2023)

Como se pode visualizar na Figura 8, o modelo da participação deste trabalho configura-se como um efeito bumerangue, uma vez que identificamos um feedback positivo, ou seja, uma retroalimentação entre essas variáveis com a capacidade de ir e retornar ao ponto inicial. Nesse sentido, torna-se pertinente destacar que a cidadania é um fator importante que afeta a participação cidadã na governança local, mostrando-nos que ela só se torna possível com condições de cidadania, assim como não apenas em teoria, mas a prática da cidadania estimula a participação (Marshall, 1994; Turner, 1994; Holanda, 2012).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo de revisão sistemática tivemos como objetivo geral construir um *framework* referente aos níveis de participação dos indivíduos nos interesses públicos presentes

na literatura. Portanto, inicialmente foram mapeados os estudos acerca da participação cidadã. Em seguida, os níveis de participação apresentados pelos autores passaram por um processo de fusão de acordo com os seus conceitos e categorias semelhantes e então, foi desenvolvido um modelo teórico de níveis de participação cidadã.

Nesse sentido, podemos destacar o comum acordo entre os artigos quanto à complexidade e a importância da participação cidadã na sociedade contemporânea. Afinal, participação cidadã é uma ferramenta valiosa para fortalecer as sociedades democráticas e garantir que os cidadãos tenham voz nas questões que afetam suas vidas.

Ao longo desta análise, observamos que os níveis de participação cidadã variam amplamente, desde a não participação, o que autores como Pateman (1970) e Arnstein (2002) considera como um grau de envolvimento, até a autonomia plena, considerada por muitos autores utópica, mas estabelecidos como um ideal de participação cidadã.

Nesse sentido, esta revisão buscou mapear e unificar os diferentes níveis de participação encontrados na literatura, acreditando que a partir de um modelo teórico geral nos possibilitará a criação de uma escala de participação cidadã. No entanto, também reconhecemos que existem desafios significativos a serem superados, como a necessidade de garantir a acessibilidade e a representatividade em todos os níveis de participação.

Portanto, embora as revisões sistemáticas sejam reconhecidas como importantes abordagem de pesquisa, estas também têm suas limitações. E, particularmente, nesse trabalho citamos como limitações: as restrições de idioma ou acesso de trabalhos nos quais podem ter impedido a inclusão de estudos relevantes; a possibilidade de viés de seleção, tendo em vista que os critérios de inclusão e exclusão podem ser interpretados de maneira subjetiva; a atualização dos estudos, uma vez que as publicações estão em constante evolução.

Contudo, apesar das reconhecidas limitações, afirmamos que os estudos aqui analisados reforçaram a premissa levantada no início deste trabalho, a de que a participação dos indivíduos nas questões públicas não é apenas um indicador de engajamento político, mas um meio vital de fortalecer a cidadania, o que consequentemente estimula a participação. Portanto, esta deve ser estudada, promovida e cultivada para construir um mundo mais democrático, inclusivo e participativo.

Nesse contexto, com o objetivo de atender ao terceiro objetivo específico desta revisão - apresentar uma agenda de pesquisas futuras na temática -utilizamos as lacunas de pesquisa identificadas nos estudos como ponto de partida. Propõe-se, primeiramente, o desenvolvimento de um instrumento de níveis de participação cidadã contextualizados, especialmente adaptado

ao cenário brasileiro e a outras realidades regionais. Essa pesquisa buscará preencher lacunas de conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos graus de envolvimento da participação dos indivíduos nas questões públicas.

Outra sugestão consiste na concentração de uma análise detalhada com relação a sinergia entre governo e sociedade civil, examinando a dinâmica de cooperação e parceria entre essas duas entidades para promover a participação cidadã. Essa abordagem visa explorar casos em que governo e sociedade civil colaboram para atingir objetivos comuns, buscando otimizar essa colaboração em prol do bem comum.

Além disso, sugere-se a adoção de uma abordagem metodológica do individualismo na análise da participação cidadã. Nesse contexto, os estudos poderiam direcionar o foco para as ações e motivações individuais dos cidadãos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre como contribuem de maneira única para a participação cidadã.

Por fim, uma sugestão adicional contempla a investigação da tipologia das motivações que impulsionam os cidadãos a participarem ativamente em questões públicas. A identificação de diferentes tipos de motivações permitirá aos estudos lançar luz sobre as razões subjacentes à participação cidadã, proporcionando um enriquecimento ainda mais profundo ao nosso entendimento sobre como os cidadãos se envolvem voluntariamente em processos governamentais. Essa abordagem integrada e abrangente, ao explorar as motivações subjacentes à participação, promete contribuir significativamente para o fortalecimento da cidadania, criando um ambiente propício para uma participação mais ampla e eficaz.

Considerando a agenda de pesquisa delineada pela presente revisão, os próximos estudos comprometem-se a abordar de maneira estruturada as propostas sugeridas. Nesse sentido, o estudo subsequente concentrar-se-á prioritariamente no desenvolvimento e validação de um instrumento de mensuração dos níveis de participação cidadã. Reconhece-se que esse é o primeiro passo fundamental em direção a uma pesquisa abrangente, almejando promover uma análise profunda e significativa da participação cidadã. Afinal, o foco na criação de um instrumento robusto evidencia a necessidade de estabelecer bases sólidas para investigações futuras, delineando uma abordagem metodológica consistente para a compreensão e aprimoramento contínuo da participação cidadã.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C.; DA CUNHA, F. S. **A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 71, 2017.

ALAMOUDI, A. K.; ABIDOYE, R. B.; LAM, T. YM. **O impacto das medidas de gestão das partes interessadas no nível de participação dos cidadãos na implementação de cidades inteligentes e sustentáveis.** *Sustentabilidade*, v. 14, n. 24, p. 16617, 2022.

ALVES, M. A. A. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico.** 2002. 348 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas – Área de Concentração: Organizações, Recursos Humanos e Planejamento) – EAESP/FGV, São Paulo, 2002.

ANHEIER, H. K. **Nonprofit Organizations: theory, management, policy.** London: Routledge, 2005.

ARAVENA, J. A. L.; SILVA, E. A. F. **Democratic Deliberation and Governance in Local Citizen Participation.** The Case of the Communal Councils of Civil Society (COSOC), BíoBío, Chile. *Desafíos*, v. 32, n. 2, p. 127-164, 2020.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã.** *Participe*. Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação. Ano 2, Nr. 2, p. 4-13. Jan. 2002.

ARRABACA, F. J. C.; BASE, R. L. **Citizen's Level of Participation and Satisfaction in the Conduct of Barangay Assembly: A Case of One Philippine LGU.** *Jurnal Ilmiah Peuradeun*, v. 8, n. 2, p. 377-396, 2020.

BELMONTE, J. A. T.; NERIA, B. L. **La incidencia de la participación ciudadana en la eficiencia: El caso del Fondo de Infraestructura Social Municipal (FISM) en Hidalgo.** *Gestión y política pública*, v. 30, n. 1, p. 101-125, 2021.

BISHOP, P. D., Glynn. **Mapping public participation.** *Australian Journal of Public Administration*, v.61, n.1, p.14-29, 2002.

BOTELHO, L. L.R.; DE ALMEIDA CUNHA, C. C.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** *Gestão e sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
BULGARIM, M. C. C. *et al.* **Orçamento familiar e controle social - instrumentos de organização da sociedade: Cidadão – O Controlador Social.** Brasília/DF: 2011.

CAPARAS, M. V. G.; AGRAWAL, A. **Why citizens participate in local governance: A case of two Philippine LGUs.** *International Journal of Public Administration*, v. 39, n. 12, p. 952-962, 2016.

CAROTHERS, T.; BRECHENMACHER, S. **Why words like participation may lose their magic.** *Media Asia*, v. 41, n. 4, p. 305-307, 2014.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. **Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático.** *ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA*, II, 2006.

CICOGNANI, E.; PIRINI, C.; KEYES, C.; JOSHANLOO, M.; ROSTAMI R.; NOSRATABADI, M. **Participação social, senso de comunidade e bem-estar social: um estudo sobre estudantes universitários americanos, italianos e iranianos**. Pesquisa de Indicadores Sociais , v. 89, n. 1, pág. 97-112, 2008.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The new public service: serving, not steering**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2003.

DOOLITTLE, A.; FAUL, A. C. Civic engagement scale: A validation study. Sage Open, v. 3, n. 3, p. 2158244013495542, 2013.

DORSNER, Claire. **Exclusão social e participação em projetos de desenvolvimento comunitário: evidências do Senegal**. Política Social e Administração, v. 38, n. 4, pág. 366-382, 2004.

ELO, S.; KYNGÄS, H. **The qualitative content analysis process**. Journal of advanced nursing, v. 62, n. 1, p. 107-115, 2008.

FUNG, A. Varieties of participation in complex governance. Public Administration Review, v. 66, n. s1, p. 66-75, 2006.

HARBERS, Imke. **Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City**. Political Studies, v. 55, p. 38-58, 2007.

HICKEY, S.; MOHAN, G. **Towards participation as transformation: critical themes and challenges. Participation: From tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development**, p. 3-24, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Homem Cordial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

HOSKINS, B. L. **Draft framework on indicators for Active Citizenship**. Ispra: CRELL. 2006.

IAPP, IAP. **Core Values for Public Participation**. Colorado: International Association for Public Participation, 2007.

JO, S.; NABATCHI, T. **Different processes, different outcomes? Assessing the individual-level impacts of public participation**. Public Administration Review, v. 81, n. 1, p. 137-151, 2021.

KINYONDO, A. I.; PELIZZO, R. **Enhancing Citizen Participation for Development in Tanzania**. Otoritas: Jurnal Ilmu Pemerintahan, v. 9, n. 1, p. 1-11, 2019.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for Conducting Systematic Reviews**. Keele, United Kingdom, Keele University, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

KRAWCZYK, K. A.; SWEET-CUSHMAN, J. **Understanding political participation in West Africa: the relationship between good governance and local citizen engagement**. International Review of Administrative Sciences, v. 83, n. 1_suppl, p. 136-155, 2017.

KWAK, S. **Deconstructing the multi-layered nature of citizen participation in Vietnam: conceptual connotations, discourses of international development, and the country's institutional context.** Asian Journal of Political Science, v. 27, n. 3, p. 257-271, 2019.

LUNDÅSEN, S. **Civil society and political participation: What type of political participation is influenced by community level involvement in civil society?.** Swiss Political Science Review, v. 21, n. 1, p. 140-157, 2015.

MARSCHALL, Melissa J. **Citizen participation and the neighborhood context: a new look at the co-production of local public goods.** Political Research Quarterly, v.57, n.2, p.231-244, Jun. 2004.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & contexto-enfermagem, v. 17, p. 758-764, 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Citizens as partners: Information, consultation and public participation in policy-making.** Paris: OECD, 2001.

PARÉS, M. **Participación y evaluación de la participación.** In: Participación y calidad democrática: Evaluando las nuevas formas de democracia participativa. Ariel, p. 15-28, 2009.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory.** Cambridge University Press, 1970.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community.** Simon & Schuster, 2000.

ROBERTS, N. **Public deliberation in an age of direct citizen participation.** The American Review of Public Administration, 34 (4), pp. 315-353. 2004.

ROWE, G.; FREWER, L. J. **A typology of public engagement mechanisms.** Science, Technology, and Human Values, v.30, n.2, p.251-290, 2005.

SALOMÓN, A. L. **Retratos da participação cidadã em nível local durante o primeiro peronismo.** História Unisinos, v. 20, n. 1, p. 84, 2016.

TILLY, Carlos. **Movimentos sociais como política.** Revista brasileira de Ciência política, n. 3, p. 133-160, 2010.

TURNER, B. S. **The erosion of citizenship.** British Journal of Sociology, v. 52, n. 2, p. 189–210, 2001.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics.** Cambridge: Harvard University Press. 1995.

WALTERS, L. C.; AYDELOTTE, J.; MILLER, J. **Putting more public in policy analysis.** Public Administration Review, v.60, n.4, p.349-359, 2000.

WANG, Qi; WALTMAN, Ludo. **Large-scale analysis of the accuracy of the journal classification systems of Web of Science and Scopus**. Journal of informetrics, v. 10, n. 2, p. 347-364, 2016.

WHITE, M. D.; MARSH, E. E. **Content Analysis: A Flexible Methodology**. Trends in Library, v. 55, n. 1, p. 22-45, 2006.

ZHANG, H.; BABAR, M. A.; SAY, P. **Identification of relevant studies in software engineering**. Information Technology and Software, v. 53, no. 6, p. 625-637, 2011.

3- Estudo II- Desenvolvimento e validação de escala dos níveis de participação cidadã

RESUMO

Este estudo apresenta um modelo multidimensional destinado a mensurar os níveis de participação cidadã no contexto brasileiro, preenchendo uma lacuna identificada por meio de uma revisão sistemática da literatura, que evidenciou a falta de uniformidade e a ausência de uma abordagem metodológica consistente na mensuração desse fenômeno. A partir dessa revisão, emergiram quatro fatores que representam diferentes níveis de participação cidadã, a saber: "Informação", "Consulta", "Parceria" e "Delegação de Poder". Esses fatores foram submetidos aos dez passos recomendados por Costa (2011) para a criação e validação de escalas. Nesse sentido, conduzimos as Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) e Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC), de modo que a escala resultante, evidenciou validade convergente, discriminante e consistência interna, estabelecendo-se como uma ferramenta que poderá ser utilizada para futuras investigações. Portanto, acredita-se que este estudo detém o potencial de contribuir na compreensão da participação cidadã, proporcionando uma abordagem metodológica consistente e, dessa maneira, destacando implicações para organizações e governos na promoção eficaz de processos participativos.

Palavras-Chave: Participação; Níveis; Cidadãos; Escala.

ABSTRACT

This article presents a multidimensional model designed to measure levels of citizen participation in the Brazilian context, filling a gap identified through a systematic review of the literature, which highlighted the lack of uniformity and the absence of a consistent methodological approach in measuring this phenomenon. From this review, four factors emerged that represent different levels of citizen participation, namely: "Information", "Consultation", "Partnership" and "Delegation of Power". These factors were subjected to the ten steps recommended by Costa (2011) for creating and validating scales. In this sense, we conducted Exploratory Factor Analysis (AFE) and Confirmatory Factor Analysis (CFA), so that the resulting scale demonstrated convergent, discriminant validity and internal consistency, establishing itself as a tool that can be used for future investigations. Therefore, it is believed that this study has the potential to contribute to the understanding of citizen participation, providing a consistent methodological approach and, in this way, highlighting implications for organizations and governments in the effective promotion of participatory processes.

Keywords: Participation; Levels; Citizens; Scale.

3.1 INTRODUÇÃO

A participação cidadã tem conquistado uma crescente relevância nas sociedades democráticas, impulsionada por uma série de fatores e mudanças no panorama político e social. Um dos principais motores desse fenômeno é o fortalecimento da democracia, reconhecendo a participação ativa dos cidadãos como essencial para a legitimidade e a eficácia do sistema. Em um mundo cada vez mais interconectado e informado, as pessoas estão mais conscientes de seus direitos e desejam ter voz nas decisões que afetam suas vidas.

Além disso, conforme preconiza Pateman (1970), a participação cidadã está intrinsecamente ligada à promoção da igualdade e à inclusão de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, pode-se dizer que ela desempenha um papel de alicerce para a transparência, a responsabilidade e a luta contra a corrupção, elementos cruciais para a saúde das democracias.

No entanto, é fundamental destacar que a participação cidadã não é um conceito ou prática uniforme, mas sim um fenômeno diversificado que engloba uma variedade de formatos, graus e contextos. Portanto, a amplitude dessa participação varia consideravelmente, refletindo a diversidade de interesses, motivações e oportunidades disponíveis para os cidadãos em diferentes comunidades e sociedades (Alamoudi; Abidoye; Lam, 2022).

Dessa forma, compreender plenamente a participação cidadã exige uma análise abrangente dos níveis em que os cidadãos se envolvem nas questões públicas. Ademais, a crescente complexidade da sociedade moderna e o advento das tecnologias da informação ampliaram o escopo e a natureza da participação cidadã, tornando imperativo um exame aprofundado e multidimensional desse fenômeno (Andrade, 2003; Kwak, 2019).

Nessa perspectiva, através de uma revisão sistemática abrangendo a análise de 33 estudos em meio a um universo de 2.658 artigos, identificamos modelos conceituais de participação cidadã, com ênfase no trabalho pioneiro de Arnstein (1969), uma renomada autora norte-americana no campo. Nesse contexto, observamos uma ampla diversidade de dimensões relacionadas à participação cidadã, o que tem resultado em uma mensuração fragmentada e

variável desse conceito em diferentes estudos. Essa heterogeneidade impede o estabelecimento de padrões e uniformidade na avaliação dos níveis de participação no contexto brasileiro, uma vez que não existe um instrumento unificado para essa finalidade.

Adicionalmente, segundo Jo e Nabatchi (2021), é frequente encontrar pesquisas que avaliam a participação cidadã sem oferecer uma justificativa clara para a escolha dos indicadores utilizados. Em alguns casos, esses estudos se baseiam em medidas que carecem de um sólido embasamento teórico, o que dificulta a avaliação de sua validade empírica. Logo, a ausência de uma abordagem metodológica consistente e validada para a mensuração da participação cidadã destaca a necessidade premente de desenvolver um instrumento de avaliação que seja rigoroso e confiável para compreender esse fenômeno no contexto brasileiro.

Nesse contexto, alinhamos nossa abordagem à estudos que ao abordarem a participação dos indivíduos e cidadania sublinhou a importância de desenvolver escalas de mensuração capazes de abarcar as diversas formas e níveis de participação dos cidadãos, para assim ser possível avaliar a participação dos cidadãos em processos deliberativos e participativos contemporâneos (Verba, 2003; Fishkin, 2009; Ferreira; Ferreira; Reis, 2018; Fleub; Helbig, 2021).

Portanto, considerando a lacuna metodológica identificada na literatura e a crescente relevância da discussão sobre a participação cidadã, este estudo propõe o desenvolvimento e validação de um modelo multidimensional para mensurar níveis de participação cidadã. Assim, para atingir esse propósito, o presente estudo está estruturado com a demarcação do escopo da participação cidadã a partir de uma revisão sistemática da literatura, seguido pelas dez etapas preconizadas por Costa (2011) para a elaboração de escalas de mensuração. Como técnicas quantitativas, serão utilizadas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) e Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) para validar o modelo proposto.

3.2 DEMARCANDO O ESCOPO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A participação ativa dos cidadãos nas questões públicas é um tema que tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas. Esse diálogo envolve a análise minuciosa das práticas e mecanismos utilizados para promover a participação, bem como a avaliação de seus benefícios e viabilidade. Nesse contexto, a discussão em torno da participação cidadã se revela como um campo multifacetado, repleto de desafios e oportunidades, e cujo entendimento aprofundado é

fundamental para promover sociedades mais inclusivas e democráticas (Comparato, 1993; Demo, 2001; Andrade, 2003).

Nessa perspectiva, é fundamental destacar que o conceito de participação cidadã aqui abordado representa o meio pelo qual os cidadãos compartilham o poder com o Estado em relação a questões de interesse público (Belmonte; Neria, 2021). E, essa forma de engajamento transcende a mera influência sobre políticas governamentais, abrangendo dimensões como: a vida política, onde os cidadãos exercem ativamente seus direitos e deveres democráticos, na sociedade civil, ao se envolverem em organizações não governamentais e grupos de interesse, na vida comunitária, ao fortalecerem os laços e a coesão social em suas comunidades locais, e na promoção de um profundo senso cívico, nutrindo um compromisso sólido com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Esaú, 2007; Monteiro; Castro, 2008; Caetano, 2018).

A partir de uma revisão sistemática da literatura foi observado que nas décadas de 1970 e 1980, a ênfase dos estudos sobre participação cidadã recai sobre a capacidade do governo de promover a participação da população, muitas vezes por meio de estruturas burocráticas e programas governamentais. Logo, a cidadania era frequentemente vista como um ato passivo, com os cidadãos desempenhando um papel limitado na tomada de decisões políticas (Pateman, 1970; Roberts, 2004)

No entanto, a partir da década de 1980, o cenário da cidadania no Brasil passou por transformações significativas, destacando-se a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu e fortaleceu os direitos e deveres dos cidadãos, promovendo uma visão mais abrangente da participação cidadã. Portanto, esse período marcou uma transição significativa na compreensão da cidadania e da participação, reconhecendo o potencial dos cidadãos como agentes ativos na construção da democracia e na defesa de seus direitos. Logo, mudanças também tiveram reflexos nos estudos sobre a temática, deslocando o foco do governo para a sociedade civil (Sorensen; Torfing, 2011; Kwak, 2019).

Nesse contexto, sustentamos que a relevância da participação cidadã está intrinsecamente ligada à colaboração eficaz entre os cidadãos e o Estado, uma parceria em que ambos desempenham papéis complementares e cruciais (Salamon, 1995; Andrade, 2003; Caetano, 2018). É imperativo que o Estado estabeleça e fomente espaços participativos que ofereçam aos cidadãos a oportunidade de se envolverem em uma variedade de modalidades participativas (Esaú, 2007). Da mesma forma, os cidadãos devem ser incentivados a participar ativamente por meio de várias práticas, incluindo a apresentação de propostas, a participação

em reuniões cidadãs, a contribuição para processos decisórios, a avaliação de políticas públicas e o exercício do controle social (Roberts, 2004, Monteiro; Castro, 2008, Kwak, 2019).

Complementarmente, algo que a literatura também explicita é que a participação cidadã pode manifestar-se em diferentes níveis de envolvimento, variando desde o simples fornecimento de informações até a participação ativa na tomada de decisões (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Fung, 2006; Lam, 2022). Acreditamos que, ao aspirar a níveis mais elevados de participação, alinhando-se a uma visão de cidadania plena, os cidadãos conseguem identificar suas necessidades e resguardar suas ações, conforme preconizado por Marshall (2004).

No que diz respeito à graduação da participação em diversos níveis, é imprescindível mencionar o modelo de participação cidadã pioneiro na literatura que é frequentemente atribuído a Sherry Arnstein por seu artigo clássico intitulado *A Ladder of Citizen Participation* (Uma Escada da Participação Cidadã), publicado pela primeira vez em 1969 na revista *Journal of the American Institute of Planners*. Arnstein apresentou uma estrutura conceitual que representa diferentes níveis de participação cidadã como degraus em uma escada, variando de níveis mínimos de envolvimento até níveis ideais nos quais os cidadãos têm um papel significativo na tomada de decisões públicas.

A "escada da participação" de Arnstein era uma crítica à participação superficial e simbólica, destacando a importância de alcançar níveis mais elevados de participação, onde os cidadãos efetivamente compartilhariam o poder na formulação de políticas e programas. Assim, a autora argumentou que, em muitos casos, os cidadãos eram relegados a níveis de participação nos quais tinham pouca ou nenhuma influência real e seu trabalho serviu como um apelo à ação para promover uma participação mais efetiva.

Esse modelo pioneiro estabeleceu as bases para a análise crítica da participação cidadã e influenciou significativamente os estudos subsequentes sobre o tema. Portanto, o modelo de Arnstein (1969) continua a ser uma referência importante nos estudos de participação cidadã e serve como uma base conceitual para avaliar o envolvimento dos cidadãos em processos democráticos em todo o mundo.

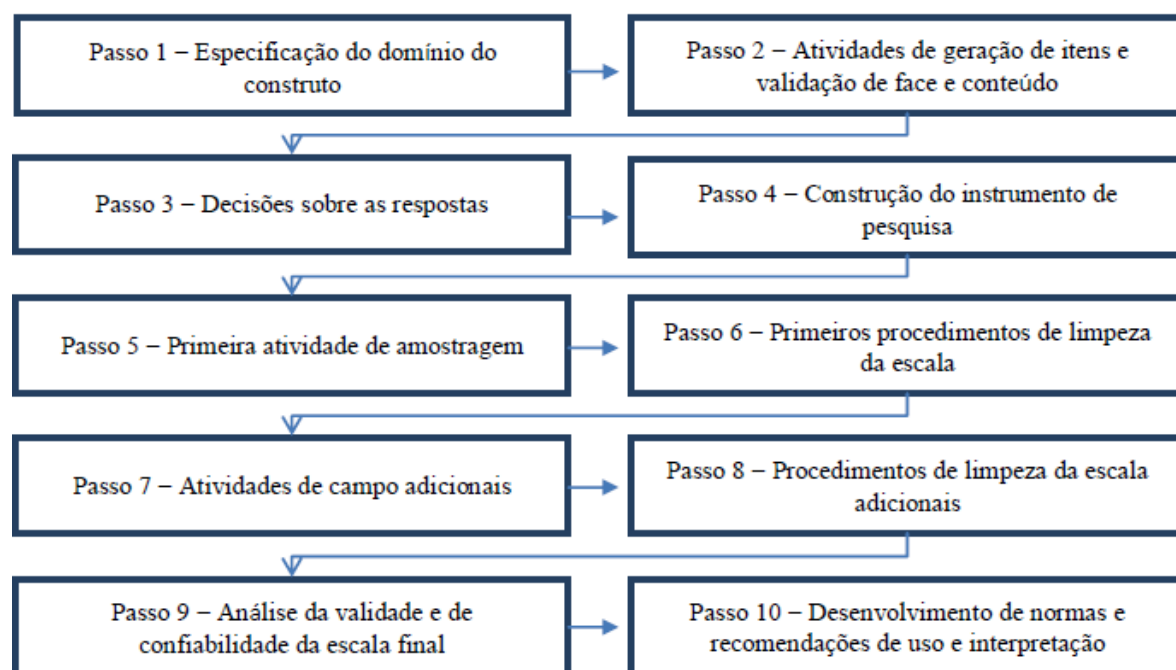
Dentro desse contexto, é notável o reconhecimento da importância do modelo de Arnstein (1969) no estudo da participação cidadã. No entanto, uma lacuna significativa identificado na literatura, após uma revisão sistemática da mesma, é a falta de um modelo empírico específico para analisar e mensurar essa participação de maneira objetiva e mensurável.

Portanto, este trabalho tem como objetivo preencher tal carência metodológica, acreditando que um modelo empírico bem construído possibilitará a coleta sistemática de dados e uma análise precisa dos níveis e tipos de envolvimento dos cidadãos, fornecendo informações valiosas para a formulação de políticas embasadas em evidências. Além disso, a implementação de uma escala apropriada permitirá comparações ao longo do tempo e em diferentes contextos, revelando tendências e padrões relevantes. Assim, não apenas aprofundará a compreensão acadêmica da participação cidadã, mas também oferecerá orientações sólidas aos decisores políticos, promovendo uma democracia participativa e inclusiva.

3.3 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DA ESCALA

A proposta de desenvolver uma escala de mensuração dos níveis de participação cidadã assume uma abordagem multidimensional, destinada a identificar os diversos graus de envolvimento dos indivíduos em questões públicas. Assim, para atingir esse objetivo, adotamos as diretrizes de Costa (2011), que orientam o desenvolvimento de escalas por meio de 10 passos bem definidos, conforme apresenta a Figura 9:

Figura 9- Diretrizes para desenvolvimento e validação de uma escala



Fonte: Costa (2011)

A seguir, apresentaremos uma descrição detalhada de cada etapa do processo de construção e validação da escala proposta neste estudo.

3.3.1. Passo 1 - Especificação do Domínio do Construto:

Inicialmente, realizamos uma revisão sistemática da literatura com o intuito de identificar a produção científica relacionada ao tema deste estudo, especificamente os modelos teóricos que abordam os aspectos da participação cidadã. Esta, foi conduzida por meio da consulta às bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, empregando os descritores a seguir, sem impor restrições temporais: “Participação cidadã” OR “*Citizen participation*”; “Níveis de participação” OR “*Participation Levels*” OR “Níveis de participação cidadã” OR “*Levels of citizen participation*”.

O período de pesquisa nas bases de dados abrangeu de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, resultando em um total de 2.658 estudos identificados, dos quais 33 foram selecionados para análise. Logo, nossa análise revelou a ausência de uma escala de mensuração da participação cidadã no contexto brasileiro, o que evidencia a necessidade premente de desenvolver uma escala nacional para compreender esse fenômeno.

No entanto, existem razões práticas igualmente relevantes que justificam o desenvolvimento dessa escala. Primeiramente, a capacidade de avaliar e monitorar o grau de engajamento cidadão em diferentes contextos é fundamental para compreender como a participação evolui ao longo do tempo e identificar tendências e desafios. Além disso, essa medida é eficaz na tomada de decisões políticas, pois promove um envolvimento mais efetivo dos indivíduos nas questões que os afetam. Por fim, a escala também permite identificar barreiras e desigualdades relacionadas a características sociodemográficas, possibilitando a adoção de medidas para reduzir essas disparidades.

Em resumo, o desenvolvimento dessa escala de mensuração dos níveis de participação cidadã no Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania, no engajamento dos cidadãos e na melhoria da governança, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Nessa perspectiva, ao realizar a revisão da literatura, identificamos o modelo teórico da autora norte-americana Arnstein (1969), amplamente citado nos estudos sobre participação cidadã. No entanto, outros estudos também descreveram diferentes níveis de participação, incluindo trabalhos de Pateman (1970), Fung (2006), Harbers (2007), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011), Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007), Jo e Nabatchi (2021), Alamoudi, Abidoye e Lam (2022). Importante notar que nenhum desses estudos apresentava uma escala de mensuração pronta para análise empírica.

Nesse contexto, desenvolvemos um quadro geral com base nos níveis de participação identificados na literatura. Conforme pode ser verificado do Quadro 11 a seguir:

Quadro 11- Níveis de participação

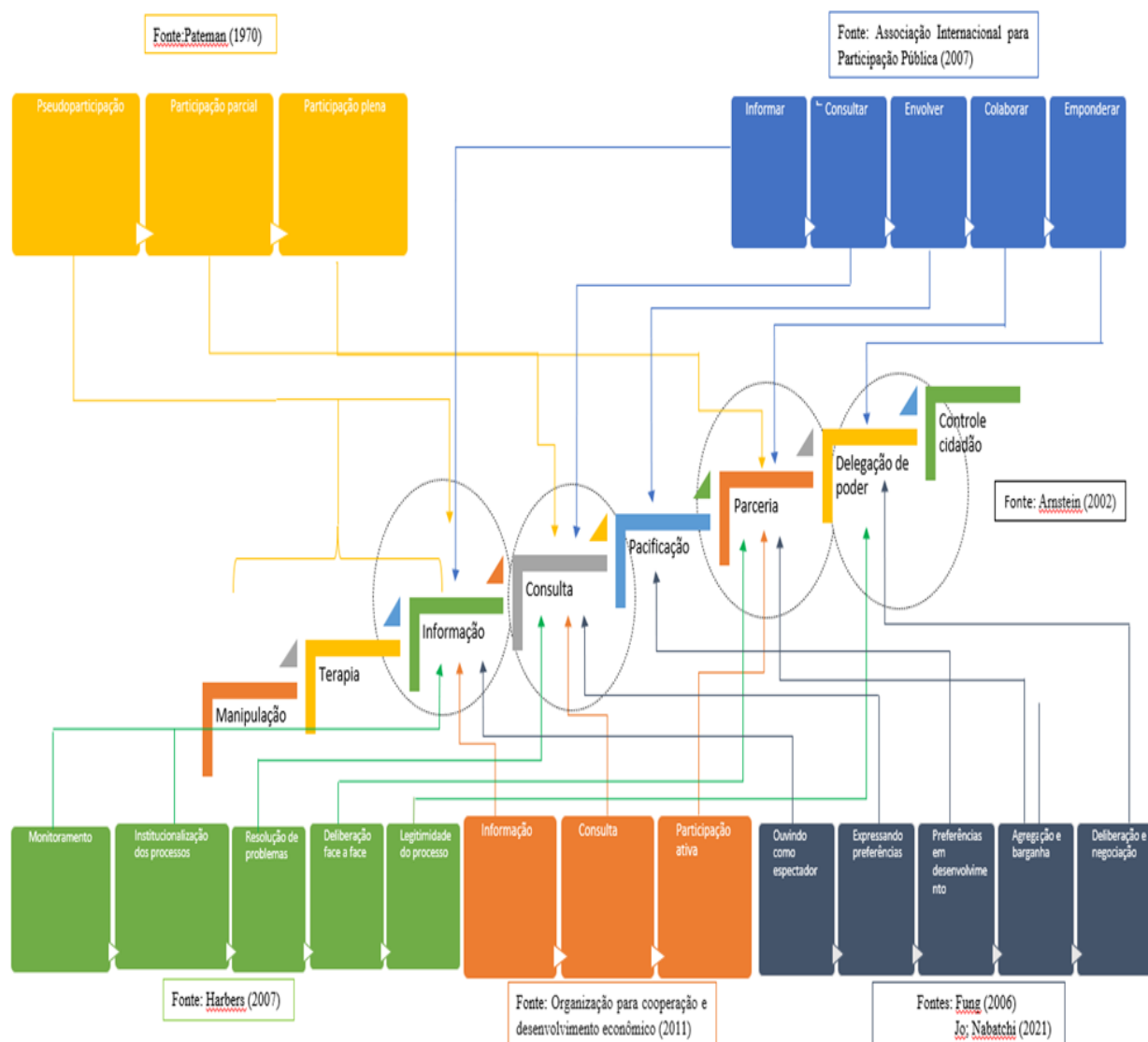
Quadro 11- Níveis de participação		
Níveis de participação	Característica	Autores
8 Controle Cidadão	Poder cidadão: o cidadão detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.	Arnstein (2002) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
7 Delegação de Poder		
6 Parceria	Poder cidadão: Indivíduos participantes nas tomadas de decisão de maneira crescente por permitir a negociação igualitária entre os envolvidos	
5 Pacificação	Concessão limitada de poder: Apesar de possibilitar que os cidadãos tenham voz para aconselhar os poderosos, os mesmos não têm o direito de tomar a decisão final.	
4 Consulta	Concessão mínima de poder: cidadãos ouvem e são ouvidos	
3 Informação		
2 Terapia	Não participação	
1 Manipulação		
3 Participação ativa	Relacionamento baseado numa parceria com o governo, em que os cidadãos participam ativamente no processo de elaboração de políticas.	Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011)
2 Consulta	Relacionamento bidirecional em que os cidadãos fornecem feedback ao governo. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões dos cidadãos vão ser auscultadas, e facultam informações relevantes	
1 Informação	Relacionamento unidirecional em que o governo produz e fornece informações para os cidadãos.	
5 Empoderar	Colocar a decisão final nas mãos do cidadão	Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007)
4 Colaborar	Estabelecer parcerias com os cidadãos em cada aspecto da decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções.	
3 Envolver	Trabalhar com o público durante todo o processo, de modo a garantir que as preocupações e aspirações dos cidadãos são consistentemente entendidas e consideradas.	
2 Consultar	Auscultar a comunidade para obter o feedback dos cidadãos sobre a análise e a identificação de alternativas e/ou decisões.	
1 Informar	Disponibilizar informação equilibrada e objetiva, de modo a auxiliar os cidadãos na compreensão do tema, de alternativas, oportunidades e/ou soluções.	
5 Legitimidade do processo deliberativo	Cidadão com autonomia de decisão.	

4 Deliberação face a face	Cidadão com voz ativa participando presencialmente.	Harbers (2007)
3 Resolução de problemas concretos	Indivíduos opinam para resolver problemas da comunidade.	
2 Institucionalização dos processos	Indivíduos participam de reuniões, mas não têm voz	
1 Monitoramento	Cidadãos têm acesso às informações públicas podendo monitorá-las.	
3 Participação plena	O grupo de interessados é autorregulado, toma suas próprias decisões.	Pateman (1970)
2 Participação parcial	O cidadão pode opinar, mas sem a garantia que de fato será levado em consideração.	
1 Pseudoparticipação	Faz acreditar, através das devidas formalidades, que houve um livre debate, mas induz a aceitação de algo já anterior e materialmente decidido, sem participação dos subordinados.	
5 Deliberação e negociação	Oportunidade de decisão	Fung (2006) Jo; Nabatchi (2021)
4 Agregação e barganha	Trabalhar na construção de consenso e na produção de um acordo conjunto por meio de intensa negociação	
3 Preferências em desenvolvimento	Os participantes aprendem sobre o assunto (modo 1) e expressam e desenvolvem suas preferências sobre o assunto (modos 2 e 3)	
2 Expressando preferências		
1 Ouvindo como espectador	Informar as pessoas sobre uma questão de importância pública	

Fonte: Elaboração própria (2023)

Em seguida, consolidamos os níveis de participação que tinham nomenclaturas diferentes, assim como pode-se visualizar na Figura 10:

Figura 10-Framework dos níveis de participação cidadã na literatura



Fonte: Elaboração própria (2023)

De acordo com o exposto, destaca-se que diferentes estudos, embora apresentassem diferentes nomes de níveis de participação, abordavam conceitos semelhantes, resultando na definição de quatro fatores do modelo: “Informação”, “Consulta”, “Parceria” e “Delegação de Poder”, nos quais estão conceituados no Quadro 12 abaixo:

Quadro 12- Conceitos dos níveis de participação do modelo

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	CONCEITO	AUTORES BASE
1-INFORMAÇÃO	Relacionamento unidirecional em que o governo produz e fornece informações para os cidadãos.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
2-CONSULTA	Relacionamento bidirecional em que os cidadãos fornecem feedback ao governo. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões dos cidadãos vão ser auscultadas, e facultam informações relevantes	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
3-PARCERIA	Estabelecer parcerias entre o poder público e os cidadãos em tomadas de decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
4-DELEGAÇÃO DE PODER	Cidadão com autonomia de decisão parcial ou total	Fung (2006) Harbers (2007) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007)

Fonte: Elaboração própria (2023)

Por fim, realizada assim a especificação do domínio do construto, prosseguimos para o próximo passo, o qual aborda a geração, elaboração e validação da face e do conteúdo dos itens da escala.

3.3.2 Passo 2 – Geração e redação dos itens e validação de face e de conteúdo

A geração dos itens resultou em uma lista de 24 perguntas, divididas igualmente nos quatro fatores do modelo teórico sobre níveis de participação cidadã, proposto neste estudo. No entanto, as mesmas foram submetidas a validação de face e conteúdo que se caracteriza pela revisão dos itens por especialistas, no sentido de se avaliar a clareza e a pertinência dos itens elaborados, visando à construção da escala de mensuração. Segundo entendimento de Costa (2011), as metas que são analisadas nessa etapa são: 1) verificar a clareza da definição dos fatores; 2) avaliar se os itens estão adequados ao seu fator.

A escolha desses especialistas ocorreu em virtude do conhecimento dos mesmos sobre o tema, bem como das experiências vivenciadas por parte deles, na construção de outras escalas na área de administração. A seguir, pode ser visualizado no Quadro 13 o perfil desses especialistas:

Quadro 13- Perfil dos especialistas

ID	EXPERIÊNCIA
ESP 1	Professora e pesquisadora sobre a temática
ESP 2	Professor e pesquisador sobre a temática
ESP 3	Pesquisador sobre a temática
ESP 4	Pesquisadora sobre a temática
ESP 5	Professor e pesquisador sobre a temática
ESP 6	Professor e pesquisador sobre a temática
ESP 7	Professora de Administração com experiência de validação de escala
ESP 8	Pesquisador sobre a temática
ESP 9	Doutoranda em Administração com experiência em validação de escala
ESP 10	Doutoranda em Administração com experiência em validação de escala

Fonte: Elaboração própria (2023).

Essa etapa visava aferir os quão representativos, relevantes e concisos eram os itens do construto, bem como a sua adequação ao propósito da mensuração, conforme preconizado por Costa (2011). Assim, os parâmetros seguidos pelos especialistas foram relacionados a: Adequação do item: por meio da definição teórica de cada fator, observar se os itens agrupados neles estão adequados; e Clareza do enunciado: analisar se os itens desenvolvidos estão compreensíveis para uma pesquisa de campo.

Assim, para a avaliação de face e conteúdo foi realizada com escala Likert de cinco pontos, indo de 1 (muito ruim) a 5 (muito boa). Além disto, cada item do questionário incluía uma seção de observações, conforme estabelecido por Costa (2011), campo este em que os especialistas fizeram observações relevantes para o aperfeiçoamento do instrumento.

Após a avaliação dos especialistas, as 24 variáveis do instrumento de mensuração foram refinadas, sendo reescritos para uma melhor adequação, conforme apresentado no Quadro 14 a seguir.

Quadro 14- Itens após validação de face e conteúdo

Nível 1- Informação: Relacionamento unidirecional em que o Governo produz e fornece informações para os cidadãos sobre uma questão de importância pública permitindo-os terem a compreensão do tema, de alternativas, oportunidades e/ou soluções. Nesse nível, através das devidas formalidades, tem-se a impressão de que houve um livre debate, mas induz a aceitação de algo já anterior e materialmente decidido, sem participação efetiva dos cidadãos.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ESTUDOS BASE
Na condição de cidadão, busco me informar sobre as questões públicas da minha comunidade.	Busco me informar sobre os problemas sociais da minha comunidade.	Pateman (1970); Arnstein (2002); Fung (2006)
Acredito que estar presente em assembleias públicas faz diferença na prestação dos serviços públicos.	Acredito que estar presente em assembleias públicas faz diferença nas decisões do Estado.	Harbers (2007); Arnstein (2002);
Sinto que participo ativamente das questões públicas quando escuto as propostas das autoridades competentes.	Sou um cidadão participativo quando escuto as propostas das autoridades competentes.	Arnstein (2002) IAPP (2007) Jo; Nabatchi (2021)
Creio que ao assistir às reuniões de Conselhos Municipais estou exercendo a participação cidadã.	Exerço a minha participação cidadã ao assistir às reuniões de Conselhos Municipais.	Arnstein (2002) Jo; Nabatchi (2021)
Considero que coopero com a implementação dos serviços públicos quando escuto e concordo com as decisões das autoridades competentes.	Participo com a implementação dos serviços públicos quando concordo com as decisões das autoridades competentes.	Arnstein (2002) Fung (2006)
Me sinto um cidadão incluído quando sou informado sobre as diretrizes das políticas públicas decididas pelo Estado.	Participo como cidadão quando sou informado sobre as decisões do Estado sobre a minha comunidade.	Arnstein (2002) Harbers (2007) OCDE (2011)
Nível 2- Consulta: Relacionamento bidirecional onde os cidadãos podem dar um feedback. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões serão auscultadas, e facultam informações relevantes. Porém, apesar do cidadão poder opinar, não existe a garantia que de fato será levado em consideração.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ESTUDOS BASE
Me sinto um cidadão participante quando o Estado consulta minha opinião sobre questões públicas.	Participo ativamente quando o Estado consulta minha opinião sobre questões públicas.	Arnstein (2002) Fung (2006) Harbers (2007)
Poder compartilhar minhas ideias para resolução dos problemas da minha comunidade faz parte do meu exercício da cidadania, independente delas serem aceitas.	Compartilhar minhas ideias para resolução dos problemas públicos faz parte do meu exercício da cidadania.	Arnstein (2002) IAPP (2007) OCDE (2011)
Acredito que faço parte de espaços onde o cidadão tem voz e pode ser ouvido.	Faço parte de espaços públicos onde o cidadão tem voz e pode ser ouvido.	Arnstein (2002) Fung (2006) Harbers (2007)
Penso que minhas sugestões fazem diferença na aplicação de políticas públicas.	Minhas sugestões fazem a diferença na aplicação de políticas públicas.	Pateman (1970) Arnstein (2002)

Acho que as minhas respostas dos questionários fornecidos pelos órgãos públicos são acatadas para a melhoria dos serviços públicos.	Respondo questionários fornecidos pelos órgãos públicos para a melhoria dos serviços públicos.	Arnstein (2002) Jo; Nabatchi (2021)
Me sinto satisfeito em expressar minhas sugestões mesmo que eu não tenha garantia de que serão colocadas em prática.	Estou satisfeito em expressar minhas sugestões para enquetes do governo, mesmo que eu não tenha garantia de que serão colocadas em prática.	Arnstein (2002) OCDE (2011) Jo; Nabatchi (2021)
Nível 3- Parceria: Nesse nível há um relacionamento baseado numa parceria com o governo, em que os cidadãos participam ativamente no processo de elaboração de políticas. Assim, os cidadãos trabalham na construção de consenso e na produção de um acordo conjunto por meio de intensa negociação		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ESTUDOS BASE
Ao expressar sugestões para a melhoria dos serviços públicos, eu busco monitorar se elas estão sendo acatadas.	Busco monitorar se as minhas sugestões estão sendo aceitas para a melhoria dos serviços públicos.	Arnstein (2002);
Costumo participar de formulações de políticas públicas junto ao Estado.	Participo nas formulações de políticas públicas junto ao Estado.	Arnstein (2002) Jo; Nabatchi (2021)
Acredito que as questões públicas devem ser exercidas em parceria entre cidadãos e o Estado.	Faço parte de ações realizadas em parcerias entre o Estado e cidadãos.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Harbers (2007)
Busco colaborar com as diretrizes do governo para a eficiência dos serviços prestados.	Busco contribuir na melhoria dos serviços prestados pelo Governo.	Arnstein (2002) OCDE (2011)
Tenho a prática de fiscalizar a execução das políticas públicas.	Fiscalizo a execução das políticas públicas.	Arnstein (2002); Fung (2006) Jo; Nabatchi (2021)
Acredito que tenho participação nas negociações com as autoridades competentes para a escolha da opção mais eficiente na formulação, execução e controle dos serviços públicos.	Participo de negociações com as autoridades competentes para decidir sobre as melhores opções nos serviços públicos.	Arnstein (2002) IAPP (2007)
Nível 4- Delegação de poder: Nível onde os cidadãos possuem oportunidade de decisão. Assim, o grupo de interessados é autorregulado e detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ESTUDOS BASE
Me considero um cidadão atuante buscando soluções para os problemas sociais da minha comunidade.	Sou um cidadão participativo que busca soluções para os problemas sociais da minha comunidade.	Arnstein (2002) IAPP (2007) Harbers (2007)
Acredito que os cidadãos podem implementar projetos por conta própria para a melhoria do seu contexto local.	Implemento projetos por conta própria para a melhoria da comunidade.	Arnstein (2002) Fung (2006) Harbers (2007)
Busco ter voz junto às autoridades públicas nas tomadas de decisões de políticas públicas.	Tenho voz junto às autoridades públicas nas tomadas de decisões de políticas públicas.	Arnstein (2002) Fung (2006)
Percebo que existem questões públicas que o cidadão interessado em participar têm autonomia total de decisão.	Tenho autonomia de decisão em algumas questões públicas da minha comunidade.	Arnstein (2002) Harbers (2007) IAPP (2007)

Creio que existem serviços públicos que, quanto cidadão, eu tenho poder de decisão parcial.	Existem serviços públicos na minha comunidade que eu tenho poder de decisão parcial ou total.	Arnstein (2002) IAPP (2007)
Na minha opinião, os indivíduos devem promover ações que gerem “Justiça social “sem necessariamente esperar pelo Estado.	Busco promover ações de melhorias na minha comunidade sem esperar pelo Estado.	Arnstein (2002) Fung (2006) IAPP (2007) Harbers (2007)

Fonte: Elaboração própria (2023)

A partir das informações do Quadro 14, observa-se que a maioria das alterações realizadas nos itens visou esclarecer que as assertivas não buscavam capturar o que o indivíduo pensava ou sabia sobre o tema, mas sim focavam no indivíduo e suas práticas.

O terceiro passo para a construção da escala compreende as decisões sobre as respostas utilizadas no desenvolvimento desta escala, conforme apresentada a seguir.

3.3.3 Passo 3 – Decisões sobre as respostas

Neste estudo, decidimos adotar uma escala do tipo Likert com 11 pontos, abrangendo uma escala de 0 a 10. Essa escolha foi fundamentada na capacidade dessa escala de proporcionar uma maior precisão nas respostas, além de contribuir para atender à premissa de normalidade das variáveis, como recomendado por Costa (2011).

Além disto, optamos por essa escala de 11 pontos devido à sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais aprofundada por parte dos respondentes sobre a intensidade de concordância, abrangendo desde "0 - Discordo totalmente" até "10 - Concordo totalmente". Conforme esclarecido por Costa (2011), a confiabilidade de uma escala é mais precisamente avaliada quando são utilizados mais de sete pontos.

A seguir, apresentaremos a próxima etapa no desenvolvimento da escala, que envolve a construção do instrumento de pesquisa.

3.3.4 Passo 4 – Construção do instrumento de pesquisa

Nesta etapa, procedemos à elaboração da escala de mensuração destinada a avaliar os níveis de participação cidadã, a qual é composta por um total de 24 itens. A primeira página da escala apresentou o propósito da mensuração, juntamente com o termo de concordância da pesquisa. Na sequência, os itens relacionados às características sociodemográficas, como gênero, idade, escolaridade e renda familiar, foram incluídos antes de adentrarmos nas questões ligadas aos quatro fatores: “Informação”, “Consulta”, “Parceria” e “Delegação de Poder”.

O próximo passo, representado pelo quinto estágio, descreve a primeira fase de amostragem, que tem como objetivo contribuir para a construção da escala.

3.3.5 Passo 5 – Primeira atividade de amostragem

A primeira amostra foi conduzida com o intuito de analisar a consistência dos itens, representando uma fase inicial e exploratória do processo, composta por uma amostra de fácil acesso, conforme preconizado por Costa (2011). O instrumento de pesquisa, que englobava 4 fatores e 24 itens, foi disponibilizado para cidadãos em geral no período de junho a agosto de 2023, por meio da plataforma online Google Forms, e divulgado através de e-mails, Facebook, Instagram e WhatsApp.

A amostra abrangeu um total de 202 respostas válidas, o que equivale a uma média de 10,6 respondentes por indicador. Logo, esse número atende de maneira satisfatória à recomendação de Hair et al. (2009), que sugere um mínimo de cinco respondentes por indicador.

A respeito das características dos participantes, as informações detalhadas sobre o perfil sociodemográfico estão demonstrados abaixo na Tabela 1:

Tabela 1-Dados sociodemográficos da 1ª amostra

GÊNERO	%
Feminino	36,5
Masculino	55,6
Prefiro não dizer	7,9
FAIXA ETÁRIA	%
Até 20 anos	1,6
De 21 a 30 anos	55,6
De 31 a 40 anos	36,5
Acima de 41 anos	6,3
ESCOLARIDADE	%
Ensino fundamental incompleto / completo	-
Ensino médio incompleto / completo	33,3
Ensino superior incompleto / completo	49,2
Pós-graduação incompleta / completa	17,5
RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL	%
Até R\$1.000,00	1,6
Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00	47,6

Entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00	39,7
Acima de R\$5.000,00	11,1

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A análise dos dados sociodemográficos da 1ª amostra revelou que a categoria com a maior incidência no quesito gênero foi a masculina, representando 55,6% dos participantes. Em relação à faixa etária, a categoria de maior destaque foi "De 21 a 30 anos," com 55,6% dos participantes. Na dimensão de escolaridade, o grupo com ensino superior incompleto ou completo predominou, abrangendo 49,2% da amostra. Quanto à renda familiar mensal, a categoria "Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00" foi a mais recorrente, com 47,6% dos participantes enquadrados nesse intervalo.

Diante do exposto, realizadas as considerações a respeito da primeira atividade de amostragem, será discutido o 6º passo, no qual trata sobre o procedimento de limpeza da escala.

3.3.6 Passo 6 – Procedimentos de limpeza da escala

Nesta etapa, adotamos procedimentos de natureza exploratória para avaliar os desdobramentos da primeira amostragem e, subsequente, aprimorar a qualidade da escala, eliminando itens que não se ajustam aos respectivos fatores.

Este processo incluiu a **(I) Análise Fatorial Exploratória (AFE)**: Recorremos à AFE, um conjunto de técnicas multivariadas, com o propósito de descobrir uma estrutura subjacente na matriz de dados que pudesse determinar o número de fatores e as variáveis que melhor representam esse conjunto, conforme descrito por Hair et al. (2009) e Damásio (2012), bem como a **(II) Análise de Confiabilidade**: Avaliamos a confiabilidade da escala resultante.

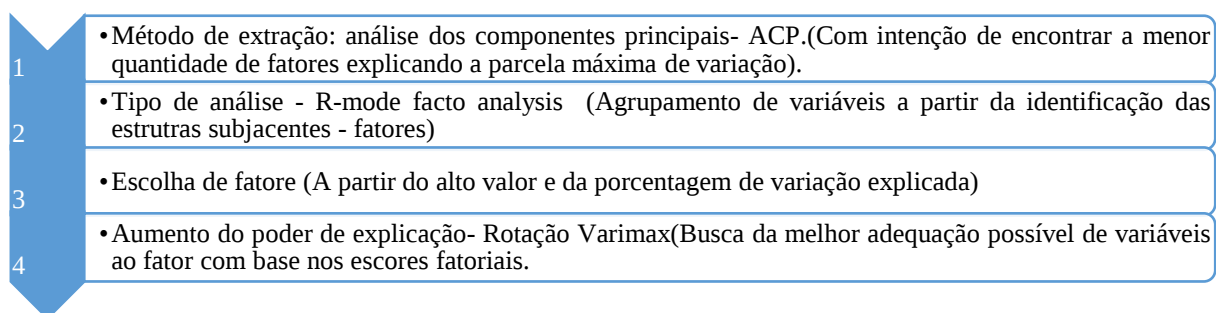
A seguir, apresentamos os detalhes destas análises.

3.3.6.1 Análise fatorial exploratória

A partir dos dados coletados na primeira atividade de amostragem, conduziu-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de identificar a estrutura fatorial mais apropriada para os dados. Assim, dos 230 questionários recebidos, 28 foram excluídos devido à incompletude, resultando em 202 respostas válidas. Notavelmente, considerando que o instrumento continha 24 itens, a dimensão final da amostra, após a depuração, representou uma média de 8,42 sujeitos por indicador. Esse resultado atende de maneira satisfatória à orientação metodológica de Hair et al. (2009), que preconiza a presença de, no mínimo, cinco respondentes por indicador.

Nesse sentido, prosseguiu-se a análise fatorial exploratória e análise de viabilidade dos fatores constituídos nos instrumentos da pesquisa a partir da extração da estatística *Kaiser-Meyer-olkin* (KMO), o teste de esfericidade de *Bartlett* e a medida de confiabilidade *alpha* de *Cronbach*. A seguir, demonstra-se na Figura 11 o caminho percorrido na análise de mensuração desta pesquisa:

Figura 11-Passos da análise de mensuração



FONTE: Adaptado de Corrar, Paulo e Dias Filho (2009)

Conforme apresenta a Figura 11, as etapas elencadas foram estabelecidas objetivando a verificação tanto da viabilidade dos construtos presentes no instrumento para a coleta de dados quanto para identificar os níveis de participação cidadã dos indivíduos. Essa análise se fez necessária a fim de identificar se de fato o questionário desenvolvido é capaz de mensurar o que foi pretendido no objetivo da pesquisa.

A análise fatorial foi realizada através do software SPSS, seguindo escolhas como: método de rotação Varimax, agrupamento de todos os itens, e extração a partir do método de componentes principais, com base no valor próprio superior a um, o que significa que somente serão evidenciados aqueles fatores com eigenvalue > 1.

Nesse sentido, como critérios de exclusão dos itens, os resultados apresentados para cada um no SPSS foram comparados com valores referência segundo Costa (2011), estando estes demonstrados no Quadro 15 abaixo:

Quadro 15- Critérios para exclusão de itens

INDICADOR	REFERÊNCIA
Correlação	Menor que 0,3 e maior que 0,9
Medida KMO	Menor que 0,7
Comunalidade	Menor que 0,5
Carga fatorial	Menor que 0,4

Variância	Menor que 50%
Alpha de Cronbach	Menor que 0,7

Fonte: Costa (2011).

Diante do exposto, foi verificado a princípio o Testes KMO e Bartlett, uma vez que ambos indicam a adequação dos dados para a realização da análise fatorial. Assim, como observado no Quadro 15, destaca-se que a convenção estatística determina que o valor do KMO deve estar acima de 0,7 para que os fatores encontrados na AF sejam considerados capazes de descrever satisfatoriamente as variações dos dados originais; e o teste de esfericidade de Bartlett para ser considerado deve apresentar o sig. ou *p-test* com valores inferiores a 0,05, indicando desta forma que a matriz de correlação não é uma matriz identidade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009; HAIR *et. al*, 2009, COSTA, 2011).

Partindo desta base estatística estabelecida, foi realizada a 1º extração da análise fatorial, e os valores obtidos foram: KMO de 0,928 e o teste de esfericidade de Bartlett com sig. <0,001, indicando assim a viabilidade para a realização da análise fatorial.

Após essa análise, foram verificadas as comunalidades, variância total explicada, cargas fatoriais, bem como o alpha de *cronbach* dos itens do instrumento. Portanto, quanto à comunalidade, ela trata da proporção da adequação do item ao fator, sendo necessário valores acima de 0,5 para serem aceitáveis na análise para construção da escala (HAIR *et al.*, 2009; COSTA, 2011). Nesse sentido, foi identificado que a variável INFO 4- “Exerço a minha participação cidadã ao assistir às reuniões de Conselhos Municipais” apresentou comunalidade de 0,37, sendo necessário excluí-la.

Realizada a 2ª extração, foi obtido o KMO permaneceu de 0,98, o teste de esfericidade de *Bartlett* indicou o valor de sig <0,001, e todas as demais variáveis apresentaram comunalidades >0,5, como apresenta a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2- Comunalidades

	Inicial	Extração
INFO1	1,000	,516
INFO2	1,000	,543
INFO3	1,000	,743
INFO5	1,000	,756
INFO6	1,000	,763
CONS1	1,000	,730

CONS2	1,000	,627
CONS3	1,000	,673
CONS4	1,000	,667
CONS5	1,000	,681
CONS6	1,000	,521
PARC1	1,000	,754
PARC2	1,000	,873
PARC3	1,000	,825
PARC4	1,000	,662
PARC5	1,000	,703
PARC6	1,000	,758
DDP1	1,000	,777
DDP2	1,000	,731
DDP3	1,000	,778
DDP4	1,000	,686
DDP5	1,000	,664
DDP6	1,000	,754

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em seguida, foi observada a variância total explicada, na qual segundo Hair *et al.* (2009) constitui-se a soma dos quadrados dos valores dos desvios explicados, ou seja, é o percentual de explicação do modelo em relação ao fenômeno estudado. Assim, nesta análise foi obtido um percentual de 70,37%, sendo considerada adequada para explicação dos fatores, uma vez que a variância total adequada deve ter valor igual ou superior a 60% (Costa, 2011).

Quanto às cargas fatoriais, estas correspondem às correlações entre as variáveis que compõem o fator. Logo, quanto maior a carga fatorial dos itens, maior será sua correlação com seu fator, fazendo-se necessário valores acima de 0,5 para manutenção do item. A seguir, apresenta-se na Tabela 3 a matriz de componente rotativa.

Tabela 3- Matriz de componente rotativa

	Componente			
	1	2	3	4
INFO1	,137	,602	,305	,204
INFO2	,170	,661	,255	,110
INFO3	,174	,808	,196	,144
INFO5	,100	,741	,195	,399
INFO6	,082	,839	,175	,147
CONS1	,151	,364	,754	,077

CONS2	,158	,399	,662	,070
CONS3	,365	,537	,325	,383
CONS4	,056	,338	,396	,626
CONS5	,109	,224	,732	,287
CONS6	,098	,193	,603	,333
PARC1	,208	,252	,433	,679
PARC2	,367	,222	,166	,813
PARC3	,428	,254	,308	,695
PARC4	,392	,150	,652	,245
PARC5	,461	,342	,469	,392
PARC6	,467	,188	,084	,705
DDP1	,640	,211	,540	,177
DDP2	,787	,147	,203	,220
DDP3	,732	,219	,042	,439
DDP4	,746	,164	,111	,300
DDP5	,756	,189	,025	,238
DDP6	,766	-,042	,400	-,073

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Baseados nos valores demonstrados na Tabela 3, nos limites de referência do quadro anterior, verificou-se a necessidade de exclusão de alguns itens para o aprimoramento do instrumento final. Assim, foram excluídos quatro itens, conforme as justificativas expostas no Quadro 16. Torna-se importante destacar que após a exclusão de cada item, na ordem apresentada abaixo, foi feito um novo processamento dos dados no SPSS com itens restantes.

Quadro 16- Exclusões de itens de níveis de participação cidadã

EXCLUSÕES	ITEM	JUSTIFICATIVA	VARIÂNCIA EXPLICADA (%)
1	CONS3	Agrupou-se ao fator 2 juntamente com os itens de informação, enquanto outros 4 itens de consulta formaram o fator 3.	70,63
2	CONS4	Agrupou-se ao fator 4 juntamente com os itens de parceria, enquanto outros 4 itens de consulta formaram o fator 3.	71,13
3	PARC4	Agrupou-se ao fator 3 juntamente com os itens de consulta, enquanto outros 4 itens de parceria formaram o fator 4.	71,95
OBSERVAÇÃO:		Embora as cargas das variáveis tenham atingido alta significância estatística, resultando na CONS 4 sendo agrupada no fator "Parceria" e a PARC4 no fator "Consulta", não foi possível integrá-las às diferentes dimensões devido à natureza distinta desses fatores na literatura. Enquanto o nível "Consulta" implica que os cidadãos sejam consultados e forneça feedback, sem garantia de consideração efetiva, o nível "Parceria" baseia-se em um processo colaborativo na elaboração de políticas públicas.	71,95

4	PARC5	Agrupou em dois fatores. No fator 1 (0,461) e no fator 3 (0,469). Enquanto outros 4 itens de parceria formaram o fator 4.	72,17
---	-------	---	-------

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Diante do exposto, segue a Tabela 4 com a matriz de componente rotativa após todas as exclusões apresentadas:

Tabela 3- Matriz de componente rotativa

	Componente			
	1	2	3	4
INFO1	,123	,587	,228	,332
INFO2	,188	,693	,105	,208
INFO3	,159	,787	,172	,224
INFO5	,081	,758	,377	,194
INFO6	,088	,848	,129	,167
CONS1	,202	,373	,051	,744
CONS2	,231	,420	,011	,634
CONS5	,126	,200	,277	,792
CONS6	,105	,178	,331	,663
PARC1	,197	,276	,656	,449
PARC2	,308	,242	,825	,178
PARC3	,374	,269	,720	,302
PARC6	,385	,194	,771	,111
DDP1	,652	,220	,212	,495
DDP2	,781	,146	,288	,191
DDP3	,690	,217	,507	,044
DDP4	,734	,172	,349	,086
DDP5	,737	,190	,300	,006
DDP6	,809	-,018	-,027	,321

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Logo, para a finalização da análise de mensuração dos construtos, foi realizado ainda o teste de confiabilidade a partir do coeficiente *alpha* de *Cronbach*, o qual correspondeu ao valor de 0,94. Portanto, pode-se dizer que a confiabilidade das variáveis que compõem os fatores do instrumento demonstrou-se alta, tendo em vista que o valor mínimo aceitável é de $\geq 0,60$ (HAIR *et al.*, 2009). Posto isso, assume-se que os resultados descritos indicam satisfatória adequação para mensuração dos dados.

Por fim, verificou-se que as cargas fatoriais, as comunalidades, KMO, a variância total e o *alpha de Cronbach* apresentaram valores aceitáveis, de acordo com os parâmetros fixados nesta pesquisa. Portanto, a Tabela 5 consolidou os resultados da AFE, apresentando os itens selecionados após os procedimentos finais de limpeza da escala.

Tabela 4- Itens selecionados após limpeza da escala de participação

Item	Comunalidade	Carga fatorial
INFO1	,521	,587
INFO2	,569	,693
INFO3	,724	,787
INFO5	,760	,758
INFO6	,772	,848
CONS1	,736	,744
CONS2	,631	,634
CONS5	,759	,792
CONS6	,592	,663
PARC1	,747	,656
PARC2	,866	,825
PARC3	,822	,720
PARC6	,793	,771
DDP1	,763	,652
DDP2	,750	,781
DDP3	,782	,690
DDP4	,698	,734
DDP5	,669	,737
DDP6	,759	,809
KMO		0,91
Variância %		72,17%
Alpha de Cronbach		,937

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Diante do exposto, ressalta-se que, após concluir as etapas de depuração da escala, o instrumento resultante da Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi utilizado na segunda atividade de amostragem, com o propósito de conduzir a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e validar o modelo.

A seguir, será relatado o 7º passo do desenvolvimento final da escala de mensuração.

3.3.7 Passo 7 - Trabalhos de campo adicionais

Dado que os resultados da primeira amostra foram positivos, não houve a necessidade de conduzir novos trabalhos de campo. Portanto, avançaremos para a análise do Passo 8, que aborda os procedimentos de refinamento adicional da escala.

3.3.8 Passo 8 - Procedimentos de limpeza da escala adicionais

Nesta etapa, conduzimos a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com base nos dados coletados na segunda amostragem. Essa amostra compreendeu o público-alvo deste estudo, composto por cidadãos voluntários que atuam como conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba.

Um grupo de 250 voluntários participou da pesquisa, respondendo a questionários online e por meio de ligação telefônica durante o período de agosto a outubro de 2023. No que diz respeito ao tamanho da amostra (250), é recomendado, de acordo com Hair *et al.* (2009), que o tamanho da amostra seja no mínimo cinco vezes o número de itens da escala. Portanto, como a escala utilizada possui 19 itens, podemos observar que o número de questionários respondidos e válidos é adequado para a condução dos procedimentos estatísticos necessários.

Quanto ao perfil sociodemográfico dos participantes da 2ª amostra, as informações estão apresentadas na Tabela 6 a seguir:

Tabela 5- Dados sociodemográficos da 2ª amostra

GÊNERO	%
Feminino	45,6
Masculino	54,4
Prefiro não dizer	-
FAIXA ETÁRIA	%
Até 20 anos	0,8
De 21 a 30 anos	13,6
De 31 a 40 anos	47,2
Acima de 41 anos	38,4
ESCOLARIDADE	%
Ensino fundamental incompleto / completo	5,3
Ensino médio incompleto / completo	49,2
Ensino superior incompleto / completo	41,9
Pós-graduação incompleta / completa	3,7
RENDA FAMILIAR MENSAL	%
Até R\$1.000,00	9,6
Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00	58,4
Entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00	29,2
Acima de R\$5.000,00	2,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 6, no que diz respeito ao gênero, a maioria dos participantes identificou-se como do sexo masculino (54,4%), enquanto 45,6% eram do sexo feminino. Quanto à faixa etária, a maior incidência estava na faixa de 31 a 40 anos (47,2%). No quesito escolaridade, 49,2% dos participantes tinham ensino médio incompleto ou completo, sendo a categoria de maior destaque. Em relação à renda familiar mensal, a faixa de "Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00" apresentou a maior incidência, com 58,4% dos participantes enquadrados nessa categoria.

Após ser caracterizada a segunda amostra junto ao público-alvo deste estudo, os conselheiros voluntários que atuam no Orçamento democrático da Paraíba, segue-se para a análise dos fatores sobre os níveis de participação cidadã. Portanto, a seguir, será apresentado o percurso para validação da escala, a partir da segunda amostragem, por meio das técnicas multivariadas da AFC.

3.3.9 Passo 9 - Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

A qualidade e a adequação do modelo de mensuração foram avaliadas por meio da condução da Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Para tal, todos os testes desta análise foram calculados por meio dos softwares SPSS 22®, Jaspe e SmartPLS 4®, seguindo o passo-a-passo proposto por Costa (2011) e Hair Jr. et al. (2010).

Nesse sentido, inicialmente, utilizamos o software IBM SPSS para avaliarmos a adequação da amostra, confiabilidade do instrumento, bem como consistência das variáveis da escala através do teste de KMO, Bartlett e o coeficiente alpha de *Cronbach*, estando os resultados dessas análises demonstrados a seguir:

Tabela 6- Índices de adequação e confiabilidade

ÍNDICE	RESULTADO	NÍVEL DE ACEITAÇÃO
Teste de KMO e Bartlett	,884	0,5
Alfa de Cronbach	,904	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em seguida, realizamos a análise dos fatores observando os dados referentes à comunalidades, à matriz de componentes e à variância total explicada. A seguir, apresenta-se o resultado desta análise com as demais variáveis:

Tabela 7- Comunalidades, matriz e variância total

Fator	Variáveis	Comunalidades	Matriz componente	Variância total explicada
INFORMAÇÃO	INFO 2	,622	,788	65,85
	INFO 3	,739	,859	
	INFO 4	,615	,785	
CONSULTA	CONS 1	,646	,804	57,06
	CONS 2	,526	,726	
	CONS 3	,606	,778	
	CONS 4	,504	,710	
PARCERIA	PARC 1	,645	,803	63,41
	PARC 2	,696	,834	
	PARC 3	,692	,832	
	PARC 4	,504	,710	
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP 1	,527	,726	57,50
	DDP 2	,606	,779	
	DDP 3	,652	,807	
	DDP 4	,596	,772	
	DDP 5	,584	,764	
	DDP 6	,485	,697	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Conforme evidenciado na Tabela 8, os valores apresentados são considerados robustos e superam as recomendações, visto que tanto as comunalidades quanto a matriz de componentes excedem o limite de 0,5. Contudo, é relevante destacar a ausência de duas variáveis no Fator 1 (Informação). Essa exclusão foi necessária devido à constatação de que as variáveis INFO 1 e INFO 5 exibiram comunalidades inferiores a 0,5, com valores de 0,335 e 0,346, respectivamente.

Prosseguindo, conduzimos a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) através do software JASP, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Balanceados Diagonalmente (DWLS) devido à não conformidade da amostra com uma distribuição normal. Essa escolha é justificada pela capacidade do método DWLS de produzir medições satisfatórias em modelos que apresentam desvios da normalidade, como destacado por Bistaffa (2010).

É importante ressaltar, como observado por Agresti e Finlay (2012), que a suposição de uma distribuição normal dos dados não é um requisito fundamental para a realização de testes estatísticos paramétricos nas ciências sociais, uma vez que muitos dos construtos e variáveis estudados nessa área não seguem essa distribuição.

Nesse sentido, extraímos as cargas fatoriais das variáveis e testamos a plausibilidade da estrutura multidimensional da escala dos níveis de participação cidadã, analisando assim as seguintes medidas: CFI (Índice de Ajuste Comparativo), TLI (Índice de Tucker-Lewis), RMSEA (Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação), GFI (Índice de Qualidade de

Ajuste) e a SRMR (Média padronizada dos resíduos), nas quais desempenham um papel fundamental como parâmetros de referência na realização da análise fatorial confirmatória. A seguir, demonstra-se os resultados obtidos:

Tabela 8- Cargas fatoriais

FATOR	VARIÁVEIS	CARGAS FATORIAIS
INFORMAÇÃO	INFO 2	0.9
	INFO 3	0.6
	INFO 4	0.5
CONSULTA	CONS 1	0.7
	CONS 2	0.7
	CONS 3	0.6
	CONS 4	0.5
PARCERIA	PARC 1	0.8
	PARC 2	0.7
	PARC 3	0.7
	PARC 4	0.6
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP 1	0.8
	DDP 2	0.7
	DDP 3	0.8
	DDP 4	0.6
	DDP 5	0.6
	DDP 6	0.6
ÍNDICES	RESULTADOS	NÍVEL DE ACEITAÇÃO
CFI (Índice de Ajuste Comparativo)	1.000	Acima de 0,90
TLI (Índice de Tucker-Lewis)	1.013	
RMSEA (Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação)	0.000	Inferior a 0,08
GFI (Índice de Qualidade de Ajuste)	0,98	Acima de 0,90
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,058	Inferior a 1

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados apresentados na Tabela 9 indicam que todas as cargas fatoriais estão acima de 0,5, sendo o maior número de variáveis com cargas acima de 0,7. Conforme exposto, os valores do CFI e TLI excedem 0,95, o valor do RMSEA está abaixo de 0,06, com um limite superior do intervalo de confiança inferior a 0,10, e o valor do SRMR está abaixo de 1. Assim, de acordo com os critérios estabelecidos por Brown (2015), esses resultados sugerem que o modelo é aceitável, apresentando um ajuste ótimo.

3.3.9.1 Análise das validades convergente e discriminante

Em continuidade, conduzimos uma avaliação da validade da escala final, abordando aspectos de validade convergente, e validade discriminante, conforme preconizado por Costa (2011). Essa análise foi realizada a partir da utilização do software SmartPls4, sendo apresentado a seguir os resultados detalhados desta extração.

Tabela 9- Análise das validades convergente e discriminante

Validade convergente e discriminante dos itens				
	Consulta	Delegação de Poder	Informação	Parceria
CONS1	0.8	0.4	0.5	0.5
CONS2	0.7	0.4	0.2	0.5
CONS3	0.8	0.4	0.4	0.4
CONS4	0.7	0.2	0.3	0.4
DDP1	0.5	0.8	0.3	0.7
DDP2	0.4	0.8	0.3	0.5
DDP3	0.4	0.8	0.3	0.6
DDP4	0.3	0.7	0.3	0.4
DDP5	0.3	0.7	0.2	0.4
DDP6	0.4	0.7	0.2	0.5
INFO2	0.5	0.4	0.9	0.5
INFO3	0.3	0.2	0.8	0.3
INFO4	0.3	0.1	0.7	0.2
PARC1	0.6	0.6	0.4	0.8
PARC2	0.4	0.6	0.3	0.8
PARC3	0.5	0.5	0.4	0.8
PARC4	0.4	0.4	0.3	0.7
Validade convergente e discriminante dos fatores				
	Consulta	Delegação de Poder	Informação	Parceria
Consulta	0.75			
Delegação de Poder	0.53	0.76		
Informação	0.48	0.36	0.80	
Parceria	0.63	0.69	0.45	0.80
Cronbach's alpha	0.7	0.8	0.7	0.8
Composite reliability (rho_c)	0.7	0.8	0.7	0.8
Average variance extracted (AVE)	0.63	0.57	0.64	0.63
Nota: Todas as cargas fatoriais são significantes a 1%				

Fonte: Elaboração própria (2023)

Ao examinar a Tabela 10, podemos visualizar os valores em negrito na diagonal principal, nas quais representam a raiz quadrada das Variâncias Extraídas (AVE), e, crucialmente, todos estão alinhados com o parâmetro de referência (0,7). Isso substantia a

validade convergente do modelo, indicando uma relação coerente entre os itens de cada construto.

No que se refere às Variâncias Extraídas (AVE) dos fatores, destacadas na parte inferior da Tabela 10, notamos que todas as dimensões atendem aos critérios estatísticos, pois estão dentro da faixa de referência (0,5). Isso respalda a robustez estatística do modelo.

Além disso, ao analisar a Tabela 10, fica nítido que os valores ao longo da diagonal principal, tanto no nível dos itens quanto dos fatores, superam as correlações entre as variáveis latentes (valores fora da diagonal). Isso evidencia a validade discriminante do modelo, sugerindo que os construtos são distintos (Fornell-Lacker, 1981; Hair Jr. *et al.*, 2010).

Adicionalmente, a análise de confiabilidade do modelo revelou que o coeficiente alfa de Cronbach, bem como o índice de confiabilidade composta (*Composite Reliability*) ultrapassam 0,7 em todas as dimensões, indicando que o modelo possui uma consistência interna sólida em seus fatores.

Por fim, após a conclusão da Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e suas devidas adaptações, observou-se que os itens da escala presentes na segunda amostra, oriunda da Análise Fatorial Exploratória (AFE), foram validados na AFC. Portanto, a escala de mensuração dos níveis de participação cidadã apresentada no Quadro 17 abaixo atesta o alcance do objetivo delineado neste estudo.

Quadro 17- Itens da escala final de níveis de participação cidadã

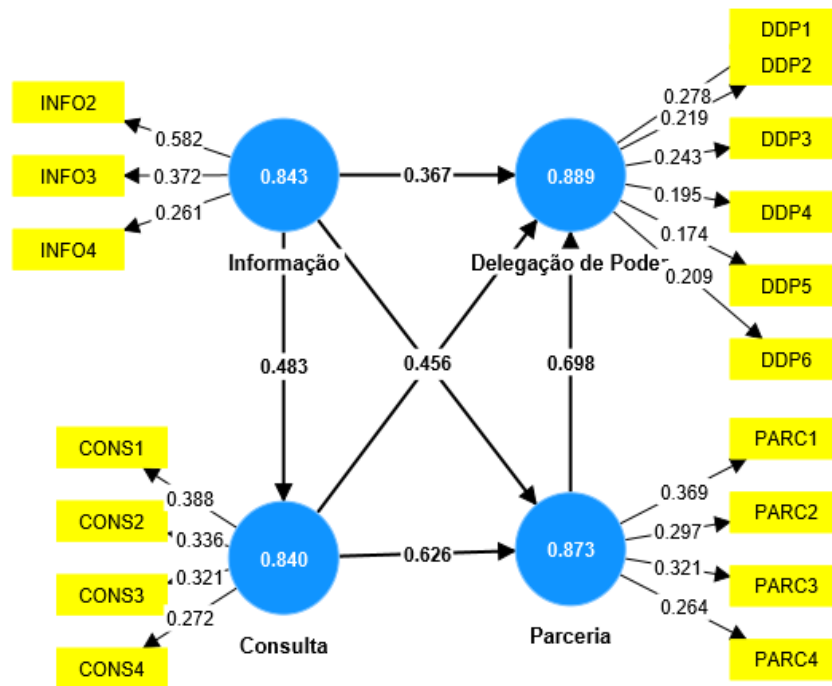
Dimensão	Indicador	Descrição do Item
INFORMAÇÃO	INFO2	Acredito que estar presente em assembleias públicas faz diferença nas decisões do Estado.
	INFO3	Sou um cidadão participativo quando escuto as propostas das autoridades competentes.
	INFO4	Participo com a implementação dos serviços públicos quando concordo com as decisões das autoridades competentes.
CONSULTA	CONS1	Participo ativamente quando o Estado consulta minha opinião sobre questões públicas.
	CONS2	Compartilhar minhas ideias para resolução dos problemas públicos faz parte do meu exercício da cidadania.
	CONS3	Respondo questionários fornecidos pelos órgãos públicos para a melhoria dos serviços públicos.
	CONS4	Estou satisfeito em expressar minhas sugestões para enquetes do governo, mesmo que eu não tenha garantia de que serão colocadas em prática.
PARCERIA	PARC1	Busco monitorar se as minhas sugestões estão sendo aceitas para a melhoria dos serviços públicos.
	PARC2	Participo nas formulações de políticas públicas junto ao Estado.
	PARC3	Faço parte de ações realizadas em parcerias entre o Estado e cidadãos.

	PARC4	Participo de negociações com as autoridades competentes para decidir sobre as melhores opções nos serviços públicos.
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP1	Sou um cidadão participativo que busca soluções para os problemas sociais da minha comunidade.
	DDP2	Implemento projetos por conta própria para a melhoria da comunidade.
	DDP3	Tenho voz junto às autoridades públicas nas tomadas de decisões de políticas públicas.
	DDP4	Tenho autonomia de decisão em algumas questões públicas da minha comunidade.
	DDP5	Existem serviços públicos na minha comunidade que eu tenho poder de decisão parcial ou total.
	DDP6	Busco promover ações de melhorias na minha comunidade sem esperar pelo Estado.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Diante do exposto, o instrumento ilustrado no Quadro 17 descreve quatro fatores que abordam aspectos relacionados aos níveis de participação cidadã. Assim, complementarmente, apresentamos a seguir na Figura 12 o diagrama que representa o modelo consolidado da escala proposta neste estudo, mostrando as cargas fatoriais de cada uma das variáveis, as correlações entre as dimensões do modelo, bem como o grau de confiabilidade dos fatores no centro de cada um deles.

Figura 12- Diagrama da Escala



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Finalizando essa seção do desenvolvimento da escala, prosseguimos com o último passo a ser abordado, em conformidade com as diretrizes de Costa (2011), que se refere às recomendações de aplicação da escala desenvolvida nesta pesquisa.

3.3.10 Passo 10 - Recomendações de uso

A escala desenvolvida para avaliar os níveis de participação cidadã desempenha um papel fundamental na identificação dos graus de envolvimento dos indivíduos em questões públicas. Desenvolvida no contexto específico do Estado da Paraíba, Brasil, a escala é baseada em estudos internacionais, o que confere potencial para sua aplicação em outros contextos, apesar das ressalvas e limitações reconhecidas.

Nesse sentido, essa escala é adequada para uma amostra diversificada de cidadãos em geral, permitindo aos pesquisadores capturar uma ampla gama de níveis de participação, independentemente de variáveis demográficas como idade, gênero ou status socioeconômico. No entanto, destaca-se que ao aplicar este instrumento, é recomendável fornecer uma breve explicação sobre o propósito do estudo e a importância da participação cidadã, podendo assim aumentar o engajamento e a seriedade das respostas.

Destaca-se ainda a relevância em que seja documentado cuidadosamente o processo de aplicação da escala, incluindo qualquer adaptação feita para contextos específicos. Em seguida, sugere-se que os resultados não apenas sejam relatados de forma clara e detalhada, mas que também sejam confrontados com resultados de outros estudos, a fim de se tornar possível identificar padrões e diferenças na participação cidadã entre diferentes contextos culturais e sociais.

Nessa perspectiva, os resultados terão potencial de proporcionar aos gestores públicos uma compreensão mais profunda dos níveis de envolvimento dos cidadãos, capacitando-os a tomar decisões mais informadas. Além de fornecê-los dados que os possibilitem desenvolver e implementar estratégias participativas que possam atrair e reter cidadãos engajados, promovendo uma sociedade mais ativa e envolvida.

Portanto, ressalta-se que a aplicação consistente e cuidadosa desta escala permitirá que pesquisadores e gestores públicos obtenham insights valiosos sobre a participação cidadã, facilitando a criação de ambientes mais participativos e democráticos.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas descobertas deste estudo, podemos afirmar que o modelo multidimensional elaborado por meio de uma revisão sistemática passou por validação empírica, submetendo-se a testes em duas amostras distintas. Na Análise Fatorial Exploratória (AFE) com a primeira amostra, confirmou-se a retenção dos quatro fatores previamente desenvolvidos, embora tenha sido necessário eliminar alguns itens durante o refinamento do instrumento. Na Análise Fatorial Confirmatória (AFC), dois itens do fator "Informação" foram removidos, mas o modelo demonstrou um ajuste ótimo com base nos índices de ajustamento. Além disso, a validade convergente, a validade discriminante e a consistência interna, avaliada por meio do coeficiente alfa de *Cronbach* e da confiabilidade composta, foram confirmadas.

Consequentemente, a escala final compreende quatro subescalas inter-relacionadas, totalizando 17 itens distribuídos da seguinte forma: três itens relacionados à "Informação", quatro à "Consulta", quatro à "Parceria," e seis à "Delegação de Poder". É importante observar que, embora os resultados tenham apresentado índices de ajustamento aceitáveis e a escala tenha sido validada de acordo com critérios estabelecidos, é recomendável sua aplicação em diferentes contextos geográficos para avaliar sua qualidade psicométrica em várias situações. Sugere-se a utilização de uma escala de classificação de 10 pontos, variando de 1 (discordo

totalmente) a 10 (concordo totalmente), bem como a inclusão de questões sociodemográficas para compreender a composição da amostra.

Nesse contexto, é crucial destacar que o presente estudo preenche as lacunas teóricas identificadas na revisão sistemática da literatura, correspondente ao trabalho anterior, com ênfase na análise da sinergia entre governo e sociedade civil por meio dos níveis de participação cidadã. Assim, buscou-se estabelecer padrões e uniformidade na avaliação desses níveis no contexto brasileiro sob a base de uma dinâmica de cooperação entre essas entidades.

Com o intuito de alcançar esse objetivo, direcionamos nossos esforços para a pesquisa dedicada ao desenvolvimento de uma escala específica para os níveis de participação cidadã, cuidadosamente adaptada ao contexto brasileiro. Essa abordagem visa preencher lacunas no conhecimento existente, proporcionando uma contribuição metodológica de mensuração, além de uma compreensão mais profunda e abrangente da participação cidadã.

Finalmente, espera-se que o instrumento desenvolvido e validado para a mensuração dos níveis de participação cidadã contribua para uma compreensão mais profunda do envolvimento dos indivíduos em processos de tomada de decisões e governança. Afinal, acreditamos que isso tem implicações significativas para organizações, governos e instituições públicas, auxiliando na identificação das áreas que necessitam de aprimoramento e permitindo o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para promover os processos participativos.

Em resumo, afirmamos que a mensuração dos níveis de participação cidadã representa uma ferramenta estratégica aplicável tanto na gestão pública quanto na privada, devido à sua capacidade intrínseca de aprimorar a tomada de decisões, fortalecer o engajamento dos cidadãos e impulsionar a eficiência e eficácia das ações e políticas implementadas. Portanto, para aprofundar e aplicar os resultados deste estudo, o próximo estudo concentrará seu enfoque na aplicação do instrumento desenvolvido e validado nesta pesquisa. Assim, as análises serão conduzidas com base no individualismo metodológico, direcionando a atenção para os níveis de participação dos indivíduos na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Statistical methods for the social sciences**. Pearson, 2012.

ALAMOUDI, A. K.; ABIDOYE, R. B.; LAM, T. YM. **O impacto das medidas de gestão das partes interessadas no nível de participação dos cidadãos na implementação de cidades inteligentes e sustentáveis**. Sustentabilidade, v. 14, n. 24, p. 16617, 2022.

ANDRADE, V. R. P. de. **Sistema penal Maximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARNSTEIN, S. R. **A ladder of citizen participation**. Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

BELMONTE, J. A. T.; NERIA, B. L. **La incidencia de la participación ciudadana en la eficiencia: El caso del Fondo de Infraestructura Social Municipal (FISM) en Hidalgo**. Gestión y política pública, v. 30, n. 1, p. 101-125, 2021.

BISTAFFA, Bruno Cesar. **Incorporação de indicadores categóricos ordinais em modelos de equações estruturais**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BROWN, Timothy A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. Guilford publications, 2015.

CAETANO, B. P. **Uma proposta para participação cidadã na solução de problemas da sociedade**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COMPARATO, F. K. **A nova cidadania**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 28-29, p. 85-106, 1993. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005> Acesso em Abril/2021.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. Atlas, 2009.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DEMO, P. **Cidadania pequena - Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Autores Associados, Campinas, 2001.

ESAU, M. V. **Citizen participation and the poor: a participatory approach to achieving political, social and economic freedom?**. Politikon, v. 34, n. 2, p. 187-203, 2007.

FERREIRA, M. A. S. ; FERREIRA, Marco Aurélio Marques ; REIS, A. O. . Racionalidades na motivação para a participação cidadã no controle social: uma experiência local brasileira. CADERNOS EBAPE.BR (FGV), v. 16, p. 81-100, 2018. A2, ISSN 1679-3951, fonte Qualis/CAPES (2020).

FISHKIN, J. S. **When the people speak: Deliberative democracy and public consultation**. Oxford University Press, 2009.

FLEUß, Dannica; HELBIG, Karoline. Medindo a deliberatividade dos Estados nacionais: desafios sistemáticos, armadilhas metodológicas e estratégias para aumentar a mensuração da deliberação. Estudos Políticos, v. 69, n. 2, p. 307-325, 2021.

FORNELL, Claes; LARCKER, David F. **Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error**. Journal of marketing research, v. 18, n. 1, p. 39-50, 1981.

FUNG, A. **Varieties of participation in complex governance**. Public Administration Review, v. 66, n. s1, p. 66-75, 2006.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 6th ed. London: Pearson, 2010.

HARBERS, Imke. **Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City**. *Political Studies*, v. 55, p. 38-58, 2007.

HU, Li-tze; BENTLER, Peter M. **Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives**. Structural equation modeling: a multidisciplinary journal, v. 6, n. 1, p. 1-55, 1999.

IAPP, IAP. **Core Values for Public Participation**. Colorado: International Association for Public Participation, 2007.

JO, S.; NABATCHI, T. **Different processes, different outcomes? Assessing the individual-level impacts of public participation**. Public Administration Review, v. 81, n. 1, p. 137-151, 2021.

KWAK, S. **Deconstructing the multi-layered nature of citizen participation in Vietnam: conceptual connotations, discourses of international development, and the country's institutional context**. Asian Journal of Political Science, v. 27, n. 3, p. 257-271, 2019.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MONTEIRO, R. A. de P.; CASTRO, L. R. de. **A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens**. Revista Psicologia Política, v. 8, n. 16, p. 271-284, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200006>. Acesso em: Abril/2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Citizens as partners: Information, consultation and public participation in policy-making**. Paris: OECD, 2001.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press, 1970.

ROBERTS, N. **Public deliberation in an age of direct citizen participation**. The American Review of Public Administration, 34 (4), pp. 315-353. 2004.

SALAMON, L. **Partners in public service: Government-nonprofit relations in the modern welfare state**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1995.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. **Enhancing collaborative innovation in the public sector**. Administration & society, v. 43, n. 8, p. 842-868, 2011.

VERBA, Sidney. **Would the dream of political equality turn out to be a nightmare?**. Perspectives on politics, v. 1, n. 4, p. 663-679, 2003.

4- Estudo III- Níveis de participação cidadã: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba

RESUMO

Este estudo visa mensurar a participação dos conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba para aprofundar a compreensão dos mecanismos participativos e seu impacto na governança pública. Diferenciando-se de abordagens conflitantes entre governo e sociedade, a pesquisa adota uma perspectiva baseada no individualismo metodológico de Hayek, destacando as ações e o papel dos cidadãos. Na metodologia, o estudo é aplicado e quantitativo, buscando gerar conhecimentos para utilizá-los frente aos desafios na relação entre Estado e cidadãos. A pesquisa envolve uma amostra de 250 conselheiros voluntários e incorpora métodos estatísticos, incluindo análise fatorial exploratória, bem como análises de viabilidade, como o teste KMO e o teste de *Barlett*, juntamente com o cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach*. Essas ferramentas contribuem para a avaliação da qualidade da mensuração das variáveis da pesquisa. Adicionalmente, a análise descritiva, utilizando médias, variâncias e desvios-padrão, proporciona uma compreensão abrangente dos diferentes graus de participação dos conselheiros no Orçamento Democrático Estadual (ODE). Por fim, os resultados indicam que os conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba demonstraram forte participação nos níveis iniciais, "Informação" e "Consulta". No entanto, as dimensões de "Parceria" e "Delegação de Poder" apresentam médias inferiores, revelando desafios na colaboração ativa entre cidadãos e Estado, assim como na autonomia de decisão dos cidadãos. **Palavras-Chave:** Participação; Cidadania; Níveis; Cidadãos; Conselhos de Orçamento Democrático.

ABSTRACT

This article aims to measure the participation of counselors in the Democratic Budget of the State of Paraíba to deepen the understanding of participatory mechanisms and their impact on governance. Differentiating itself from conflicting approaches between government and society, the research adopts a perspective based on Hayek's methodological individualism, highlighting the actions and role of citizens. In methodology, the study is applied and quantitative, seeking to generate knowledge to apply to challenges in the relationship between the State and citizens. The research involves a sample of 250 volunteer counselors and incorporates statistical methods, including exploratory factor analysis, as well as feasibility analyzes such as the KMO test and the Barlett test, along with the calculation of Cronbach's alpha coefficient. These tools contribute to evaluating the quality of measurement of research variables. Additionally, the descriptive analysis, using means, variances, and standard deviations, will provide a comprehensive understanding of the different degrees of participation

of counselors in the State Democratic Budget (ODE). Finally, the results indicate that the counselors of the State Democratic Budget of Paraíba demonstrated strong participation at the initial levels, "Information" and "Consultation". However, the dimensions of "Partnership" and "Delegation of Power" present lower averages, revealing challenges in active collaboration between citizens and the State, as well as in citizens' decision-making autonomy.

Keywords: Participation; Levels; Citizens; Democratic Budget Councils.

4.1 INTRODUÇÃO

A participação cidadã emerge como um tema significativo tanto na esfera teórica quanto na prática democrática, manifestando-se no envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões políticas e na elaboração de políticas públicas (Fung, 2006; Lafont, 2021; Signorelli, 2023). Assim, a contribuição teórica deste estudo está intrinsecamente ligada à ampliação do entendimento conceitual desse fenômeno, proporcionando insights e fundamentos teóricos que não apenas orientam pesquisas futuras, mas também contribuem para o aprimoramento dos modelos explicativos existentes. Por outro lado, a contribuição prática do mesmo diz respeito à aplicação direta desses princípios na realidade, exercendo influência sobre o desenvolvimento e implementação de políticas.

Nesse contexto, é imperativo destacar um exemplo que não apenas oferece uma compreensão teórica mais profunda da dinâmica da participação cidadã na esfera democrática, mas também se apresenta como uma manifestação tangível da relevância prática. Em janeiro de 2022, o portal do Senado divulgou uma notícia significativa intitulada "Cresce a participação popular no Portal e-Cidadania." O artigo revelou um notável aumento na participação dos cidadãos no portal nos últimos anos. Em 2019, cerca de 30% dos acessos ao portal eram atribuídos à participação cidadã, mas em 2020 esse número disparou para 45,9%, e em 2021 continuou a crescer, atingindo quase 60% dos acessos.

O crescimento notável da participação cidadã está intrinsecamente ligado à diversidade de mecanismos oferecidos aos cidadãos para expressarem suas opiniões e desempenharem papéis ativos na política. Um exemplo desse engajamento é evidenciado pelo Portal e-Cidadania, que possibilita diversas formas de participação, desde o processo legislativo até manifestações sobre projetos, além da oportunidade de participação em audiências públicas e oficinas legislativas. Nesse contexto, os cidadãos têm a chance de envolver-se em distintas etapas do processo decisório, contribuindo com ideias, votos e interações significativas.

Nessa análise dos espaços participativos, é relevante mencionar a diversidade de Conselhos existentes, cada um com funções específicas em diversas áreas sociais para

promover o bem-estar comunitário. Exemplos incluem os Conselhos de saúde, focados no sistema de saúde e políticas; os Conselhos de educação, colaborando em estratégias educacionais; conselhos ambientais, concentrados na preservação e sustentabilidade ambiental; e os Conselhos de direitos humanos, tutela e igualdade racial, desempenhando um papel crucial na promoção de direitos fundamentais e equidade na sociedade (Barddal; Torres, 2020; Borges; Neto, 2020; Santos, 2024).

No entanto, dentre a pluralidade de Conselhos existentes, pode-se dizer que os Conselhos do Orçamento Democrático diferenciam-se quanto ao poder concedido aos participantes para influenciar diretamente as decisões sobre gastos públicos. Ou seja, em vez de apenas expressar opiniões sobre políticas específicas, nesse tipo de conselho os cidadãos têm a capacidade de contribuir para a formulação do orçamento público, identificando prioridades, propondo projetos e influenciando as escolhas financeiras do governo local (Ceneviv; Farah, 2006; Silva Junior, 2014; Cardoso, 2020).

Nessa perspectiva, este trabalho tem como foco de análise o Conselho de Orçamento Democrático, tendo em vista que estes proporcionam aos cidadãos a oportunidade de participar ativamente na determinação de como os recursos públicos serão distribuídos em sua comunidade ou região. Assim, partimos do pressuposto de que esses tipos de Conselhos não apenas fortalecem os laços entre a comunidade e as instâncias governamentais, mas também enriquecem o processo democrático, garantindo que as decisões reflitam de maneira mais precisa nas necessidades e aspirações da população.

Dentro desse contexto, a pesquisa em questão tem como objetivo geral mensurar os níveis de participação dos conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, reconhecendo tais conselhos como mecanismos cruciais para impulsionar a participação ativa da sociedade civil. Dessa maneira, a população-alvo consiste em 390 conselheiros cidadãos voluntários, visando mensurar seus níveis de participação e aprofundar a compreensão dos mecanismos participativos e seu impacto na governança participativa.

No entanto, é válido notar que a maioria dos estudos existentes sobre participação cidadã frequentemente aborda a relação entre governo e sociedade civil como forças conflitantes, negligenciando o potencial de colaboração para o bem comum (Sorensen; Torfing, 2011; Carothers; Kwak, 2019). Além disso, muitas dessas pesquisas adotam uma abordagem coletiva, considerando a sociedade como uma entidade autônoma em relação ao indivíduo, buscando explicar fenômenos a partir de entidades e instituições (Turner, 2001; Mises, 2010; Sell, 2016).

Portanto, a proposta desta pesquisa é preencher as lacunas teóricas existentes, adotando uma abordagem distinta baseada no individualismo metodológico de Hayek, que destaca as ações e o papel dos cidadãos. Dessa forma, este estudo apresenta uma contribuição inovadora à análise da participação cidadã, ao aprimorar a cidadania participativa no nível estadual e enriquecer o debate acadêmico sobre a eficácia dos Conselhos de Orçamento Participativo.

Adicionalmente, destaca-se que a contribuição incremental deste estudo reside na criação de uma escala específica para medir os níveis de participação cidadã no Estado da Paraíba, Brasil. No entanto, embora reconheçamos as possíveis limitações relacionadas às particularidades de cada contexto, acredita-se que, dado o fato de que as variáveis da escala foram extraídas de estudos internacionais, a mesma possui potencial para ser aplicada em outras realidades além do Brasil

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.2.1 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ SOB A LENTE DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO DE HAYEK

A participação cidadã é um conceito central na teoria democrática e tem sido amplamente estudada por acadêmicos e teóricos políticos ao longo dos anos. Ela se refere à capacidade dos cidadãos de se envolverem ativamente no processo político e nas questões públicas, exercendo influência sobre as decisões governamentais. Assim, na literatura do tema podemos encontrar diferentes teorias, como por exemplo: Democracia participativa (Pateman, 1970); Teoria da deliberação (Habermas, 2007); Teoria da interdependência (Salamon; Anheier, 1998); Capital social (Putnam, 2000); Abordagens críticas e Participação online.

Nessa perspectiva, a democracia participativa, uma das abordagens teóricas mais proeminentes, enfatiza que a democracia não deve ser limitada ao simples ato de votar em eleições. De acordo com essa teoria, a participação ativa dos cidadãos é fundamental para uma democracia genuína. Nesse sentido, Pateman (1970) e outros teóricos argumentam que a contínua participação dos cidadãos no processo político é essencial para a construção de sociedades democráticas.

A teoria da deliberação, por sua vez, realça a importância do diálogo e do debate informado como componentes essenciais da participação cidadã. Defendida por pensadores como Habermas (2007), essa teoria argumenta que a deliberação pública promove a formação de políticas de maior qualidade. Os cidadãos, ao discutirem e justificarem suas opiniões,

buscam o consenso ou, pelo menos, a compreensão mútua, contribuindo assim para a melhoria do processo decisório.

A teoria dos bens públicos, conforme destacada por Salamon e Anheier (1998), sublinha a essencialidade da participação cidadã para assegurar a provisão adequada de bens públicos. Essa teoria advoga que, caso os indivíduos não sejam responsabilizados pelas decisões, podem agir de forma oportunista e não cooperativa. Em contrapartida, o conceito de capital social, popularizado por Putnam (2000), enfatiza a importância das redes sociais e do engajamento cívico na construção de confiança e cooperação entre os cidadãos. Portanto, quanto mais robusto o capital social, maior é a probabilidade de participação cidadã. Este tipo de cooperação social, fundamentada no capital social, desempenha um papel fundamental na superação da lógica do oportunismo e na garantia de fornecimento adequado de bens públicos.

Paralelamente, abordagens críticas, tais como o pensamento pós-colonial e feminista, salientam o papel crucial das estruturas de poder na determinação de quem tem acesso à participação cidadã e quem está excluído desse processo (Spivak, 1999; Mouffe, 2000; Mohanty, 2003). Estas perspectivas realçam a importância de considerar as desigualdades de gênero, classe e raça na análise da participação cidadã. Afinal, a desigualdade de acesso à participação pode ser encarada como um obstáculo significativo para a garantia de bens públicos e para a criação de sociedades verdadeiramente democráticas.

Com o avanço da tecnologia, a participação cidadã online emergiu como um campo de estudo significativo. Teóricos exploram de que maneira a internet e as redes sociais podem ampliar ou restringir a participação dos cidadãos, bem como as implicações disso para a democracia (Gordon; Osgood; Boden, 2017; Lee; Kim, 2018). Assim, a participação online tem se configurado com o potencial de superar algumas barreiras tradicionais à participação, como a distância física, tornando a tomada de decisões mais acessível a um público diversificado (Lee; Kim, 2018). No entanto, os estudos também apresentam desafios, como a exclusão digital e a desinformação, que precisam ser abordados para garantir que a participação online seja eficaz e democrática.

Diante do exposto, se faz relevante determinar o recorte deste estudo, e, portanto, nos guiaremos pelas ideias das teorias da democracia participativa, da deliberação e dos bens públicos (Pateman, 1970; Habermas, 2007; Salamon; Anheier, 1998). Desta forma, nos apoiaremos no conceito de participação cidadã como o meio pelo qual os cidadãos compartilham o poder junto ao Estado quanto às questões consideradas públicas na busca por

contribuir para o seu bem-estar na vida política, sociedade civil, vida comunitária e sentido cívico (Belmonte; Neria, 2021).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, além das diversas teorias relacionadas à participação cidadã, existem pelo menos duas diferentes abordagens para compreender esse fenômeno. A primeira é o Holismo metodológico, que analisa o tema a partir de entidades, organizações e a sociedade como um todo, considerando-as estruturas maiores do que os indivíduos. A segunda é o Individualismo metodológico, que tem o indivíduo como a unidade de análise principal (Turner, 2001; Mises, 2010; Sell 2016). É importante notar que este estudo se fundamenta na abordagem do individualismo metodológico.

O Individualismo metodológico, é um método que tem sua origem sociológica na epistemologia weberiana, tendo em vista que na teoria central de Max Weber o indivíduo deveria ser considerado como o ponto de partida - o átomo - da investigação (Sell, 2016). No entanto, aqui rejeitamos a perspectiva do Holismo com a soberania da sociedade/instituições sociais em relação aos indivíduos, bem como a do Individualismo atomista que foca apenas no indivíduo isoladamente.

Dito isto, nos amparamos no Individualismo metodológico de Hayek, o qual tem como foco os “indivíduos em sociedade”, ou seja, suas ações sociais. Logo, tem-se nesse referido método as teias e inter-relações na participação cidadã partindo da compreensão de que as pessoas agem com objetivos definidos, sendo suas experiências ordenadas sob categorias lógicas (Rothbard, 2012).

A análise da participação cidadã sob a lente do individualismo metodológico de Friedrich Hayek traz uma perspectiva interessante sobre o papel do indivíduo na sociedade e na tomada de decisões públicas. Hayek, um dos principais pensadores da Escola Austríaca de Economia, argumenta em favor da liberdade individual, da descentralização do poder e do mercado como um mecanismo eficaz de alocação de recursos (Kerstenetzky, 2007). Seu pensamento ressalta a importância do indivíduo como agente autônomo e racional na sociedade.

No contexto da participação cidadã, o individualismo metodológico de Hayek enfatiza a ideia de que as ações e escolhas individuais são a base da ordem social e econômica (Turner, 2001; Sell, 2016). Nesse sentido, a participação cidadã é vista como uma manifestação da liberdade e da autonomia do indivíduo para se envolver ativamente em questões públicas, de acordo com seus próprios interesses e valores.

Segundo Kerstenetzky (2007), Hayek argumenta que a sociedade é um sistema complexo e descentralizado, no qual a informação e o conhecimento são dispersos entre os

indivíduos. Portanto, a participação cidadã é vista como um mecanismo que permite que esse conhecimento disperso seja agregado e utilizado na tomada de decisões coletivas. Assim, os cidadãos, por meio de sua participação, contribuem com informações e perspectivas valiosas que podem melhorar a qualidade das políticas públicas.

Além disso, o individualismo metodológico de Hayek destaca a importância de evitar concentrações excessivas de poder, tendo em vista que a participação cidadã pode servir como um contrapeso ao poder do Estado, garantindo que as decisões não sejam tomadas de maneira arbitrária e centralizada (Mises, 2010; Sell, 2016). Isso está alinhado com a noção de que a liberdade individual só pode ser preservada em um ambiente no qual o poder é limitado e descentralizado.

Nesse sentido, sob a ótica de Hayek, a participação cidadã não é apenas um exercício de democracia, mas também uma expressão da autonomia e responsabilidade do indivíduo. Os cidadãos, ao se envolverem ativamente, assumem a responsabilidade por suas comunidades e pelo funcionamento das instituições públicas, promovendo assim uma cultura de responsabilidade e auto-organização, em que os problemas são resolvidos de maneira mais eficaz e adaptativa (Kerstenetzky, 2007).

No entanto, é importante notar que o pensamento de Hayek também enfatiza a necessidade de limitar a intervenção do Estado na esfera privada e na liberdade individual. Portanto, a participação cidadã, do ponto de vista hayekiano, deve ser voluntária e baseada na escolha individual, e não ser imposta por uma autoridade central (Rothbard, 2012). Afinal, a participação forçada ou excessivamente regulamentada pode minar a liberdade e a eficácia do indivíduo na sociedade.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a análise da participação cidadã sob a lente do individualismo metodológico de Hayek destaca a importância do indivíduo como agente autônomo na sociedade. Isso ressalta a participação como um meio de agregar conhecimento disperso, promover a descentralização do poder e preservar a liberdade individual (Kerstenetzky, 2007; Mises, 2010; Sell, 2016).

Diante do exposto, é crucial destacar que, embora a análise da participação aqui se concentre no indivíduo, isso não implica que tal prática seja uma ação isolada por parte do cidadão. Afinal, para uma governança eficiente, é fundamental promover a colaboração entre cidadãos e o Estado na coprodução de políticas públicas (Aguilar; Cunha, 2017; Alamoudi; Abidoye; Lam, 2022).

Ademais, é igualmente importante reconhecer que a participação cidadã abrange uma ampla gama de níveis, abrangendo desde a apresentação de propostas e a participação em reuniões cidadãs até a tomada de decisões, avaliação e controle (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Abidoye; Lam, 2022). Portanto, a compreensão desses diferentes níveis de participação desempenha um papel crucial na construção de sociedades democráticas e na promoção da efetiva colaboração entre governantes e governados.

4.2.2 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ao tratarmos sobre níveis de participação cidadã, destaca-se o modelo pioneiro do tema preconizado por Arnstein (1969). Este, trata-se de uma estrutura conceitual que visa esclarecer os diversos níveis de envolvimento dos cidadãos em processos de tomada de decisão e participação em questões públicas. Portanto, tal modelo foi desenvolvido como uma ferramenta para analisar e avaliar a eficácia das práticas de participação cidadã.

De acordo com essa perspectiva, o modelo de Arnstein (1969) é representado por uma escada, onde cada degrau simboliza um nível distinto de participação, que varia desde o simples fornecimento de informações e manipulação simbólica até a concessão real de poder de decisão e controle nas mãos dos cidadãos. No entanto, os oito degraus dessa escada podem ser divididos em três seções principais: participação não participatória, simbólica e efetiva.

Nesse sentido, a participação não participatória contempla os níveis mais baixos da escada cuja participação é caracterizada por formas superficiais em que os cidadãos são meramente informados ou manipulados, sem exercerem poder real. Isso implica que eles têm pouca ou nenhuma influência na tomada de decisões políticas ou na formulação de políticas públicas (Arnstein; 1969; Alamoudi; Abidoye; Lam, 2022).

A participação simbólica, por sua vez, refere-se aos níveis intermediários da escada, os cidadãos são encorajados a expressar suas opiniões e preocupações. No entanto, na prática, suas contribuições têm pouco impacto nas decisões reais (Arnstein; 1969). Essa forma de participação muitas vezes se traduz em um mero gesto simbólico, onde as opiniões dos cidadãos são consideradas, mas não são determinantes para as políticas públicas.

E por fim, a participação efetiva, abarca os níveis mais altos da escada, sendo estas formas de participação cidadã que concedem poder de decisão aos cidadãos. Isso significa que eles desempenham um papel ativo na formulação e implementação de políticas públicas,

influenciando diretamente as decisões políticas e tendo um impacto real sobre os processos democráticos (Arnstein; 1969; Alamoudi; Abidoye; Lam, 2022). Portanto, nesse nível, a participação cidadã é mais significativa e substancial, permitindo que os cidadãos exerçam seu direito de influenciar as políticas que afetam suas vidas e comunidades.

É importante notar que, além do modelo proposto por Arnstein (1969), a literatura também examina uma variedade de níveis de participação dos cidadãos em processos democráticos (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Harbers, 2007; Lam, 2022). Isso implica que a participação cidadã pode ser categorizada em várias camadas distintas, que variam desde níveis mais elementares de envolvimento até patamares mais elevados, cada um deles caracterizado por suas particularidades e complexidades específicas.

Nessa perspectiva, conduzimos uma análise sistemática da literatura com o objetivo de mapear os diversos níveis de participação existentes. Como resultado dessa análise, identificamos e sintetizamos oito níveis distintos. Iniciando no primeiro nível, a pseudoparticipação ou informação, os cidadãos recebem informações equilibradas para melhor compreender um determinado tópico (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Harbers, 2007). No segundo nível, denominado consulta, os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas opiniões e serem ouvidos, embora com uma concessão de poder limitada (Arnstein, 1969; AIPP, 2007; OCDE, 2011).

Avançando para o terceiro nível, envolver, observamos o público trabalhando ativamente para garantir que suas preocupações sejam consistentemente consideradas (AIPP, 2007). No quarto nível, colaborar, estabelecem-se parcerias com os cidadãos em todas as etapas do processo decisório, promovendo uma colaboração mais estreita (Harbers, 2007; AIPP, 2007;). À medida que ascendemos nos níveis, alcançamos o quinto patamar, o empoderamento, que coloca a decisão final nas mãos dos cidadãos (AIPP, 2007). Em seguida, no sexto nível, a parceria, os cidadãos participam de forma crescente nas tomadas de decisão, permitindo negociações igualitárias (Arstein, 1969; Fung, 2006; AIPP, 2007; Jo; Nabatchi, 2021). Nos níveis mais elevados, deparamo-nos com a delegação de poder, o sétimo nível, que implica uma significativa transferência de poder dos cidadãos para as autoridades eleitas. Por fim, no oitavo nível, controle cidadão, os cidadãos detêm o controle total ou a maioria nas decisões políticas (Arnstein, 1969; Fung, 2006; AIPP, 2007; Harbers, 2007).

Dito isto, foi realizada uma fusão entre os níveis de participação presentes na literatura, tendo como base o modelo de Arnstein (1969). Assim, a junção desses níveis se deu a partir dos conceitos iguais, ainda que os nomes atribuídos a os níveis fossem diferentes. Dessa forma,

4 degraus da escada de Arnstein (1969) foram destacados, sendo eles: “Informação”, “Consulta”, “Parceria” e “Delegação de poder”, nos quais estão destacados no Quadro 18 abaixo com seus referidos conceitos:

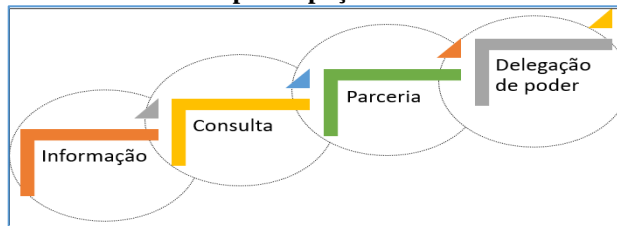
Quadro 18- Conceitos dos níveis de participação do modelo

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	CONCEITO	AUTORES BASE
1-INFORMAÇÃO	Relacionamento unidirecional em que o governo produz e fornece informações para os cidadãos.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
2-CONSULTA	Relacionamento bidirecional em que os cidadãos fornecem feedback ao governo. Neste nível, os governantes estabelecem previamente os assuntos sobre os quais as opiniões dos cidadãos vão ser auscultadas, e facultam informações relevantes	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
3-PARCERIA	Estabelecer parcerias entre o poder público e os cidadãos em tomadas de decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação de soluções.	Pateman (1970) Arnstein (2002) Fung (2006) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007) Harbers (2007) Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE, 2011) Jo; Nabatchi (2021) Alamoudi; Abidoye; Lam (2022)
4-DELEGAÇÃO DE PODER	Cidadão com autonomia de decisão parcial ou total	Fung (2006) Harbers (2007) Associação Internacional para Participação Pública (IAPP, 2007)

Fonte: Elaboração própria (2023)

Complementarmente, tais níveis de participação emergidos da literatura podem ser visualizados na Figura 13 a seguir:

Figura 13- Fusão dos níveis de participação cidadã encontrados na literatura



Fonte: Elaboração própria (2023)

Em resumo, a compreensão desses níveis de participação oferece um panorama abrangente da complexa interação entre o governo, a sociedade civil e os cidadãos, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de políticas públicas e na tomada de decisões em contextos democráticos. Portanto, compreender esses diversos níveis de participação é essencial para promover uma democracia eficaz e inclusiva, onde os cidadãos desempenham um papel ativo na construção das políticas que afetam suas vidas.

4.3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa é definida como aplicada, com ênfase na pesquisa quantitativa. A natureza da pesquisa aplicada visa não apenas a geração de conhecimento, mas também a aplicação prática na solução de problemas na relação entre o Estado e a sociedade (Silva; Menezes, 2005).

A escolha pela abordagem quantitativa deve-se à aplicação de métodos estatísticos e científicos naturais para mensurar os diferentes graus de participação cidadã dos indivíduos. De acordo com Burrell e Morgan (2017), a pesquisa quantitativa apresenta características específicas, como a neutralidade do pesquisador, busca por generalização e descrição das análises, uso de métodos estatísticos para análise dos dados e preocupação com a validade e confiabilidade dos dados.

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela é descritiva, conforme a classificação de Lakatos e Marconi (2005), afinal, tem por principal objetivo descrever os níveis de participação dos cidadãos em questões públicas. Além disso, este estudo é classificado como pesquisa de campo, uma vez que envolve a coleta de dados diretamente junto às pessoas, e incorpora elementos de

pesquisa bibliográfica e/ou documental, seguindo as diretrizes de Fonseca (2002). Portanto, a metodologia adotada neste estudo combina revisão bibliográfica com a coleta de dados no campo por meio de voluntários, contribuindo para uma análise abrangente e fundamentada.

Com relação ao campo de estudo, Conselhos do Orçamento Democrático da Paraíba, sabe-se que a partir da Constituição Federal de 1988 os mesmos foram criados como um meio de aproximar representantes e representados. Nesse contexto, a primeira experiência de Orçamento Participativo no país foi iniciada na cidade de Porto Alegre (RS), no ano de 1989, priorizando a participação da população no formato de assembleia e audiências públicas, sendo um modelo que inspirou países europeus.

Nessa perspectiva, o Estado da Paraíba teve a sua primeira experiência de democratização do orçamento público em 1987, por meio do instrumento “Plano de Ação Governamental” popularmente conhecido como “Plano do Povo”, que teve por base a escuta da população através de reuniões e assembleias locais, apesar do amplo processo de mobilização social, o programa foi extinto um ano e meio depois de sua formação (Silva Junior, 2014). Após 24 anos desta experiência, foi implantado o Orçamento Democrático (OD) Estadual no ano de 2011, tendo como base a experiência do município de João Pessoa (PB) iniciada em 2005.

O OD Estadual está estruturado em uma secretaria executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que além da equipe institucional conta com 14 (quatorze) Conselhos Regionais, compostos por representantes voluntários da sociedade civil eleitos pela população, e com 01 (um) conselho Estadual, composto por 28 (vinte e oito) conselheiros eleitos nas reuniões regionais, que atuam de forma voluntária (Paraíba, Cartilha ODE, 2020). Atualmente, os Conselhos Regionais contam com 390 conselheiros cidadãos voluntários, sendo 326 titulares e 64 suplentes, representantes das 14 regiões geoadministrativas do estado da Paraíba.

Diante do exposto, ressalta-se que o universo da pesquisa é composto por 390 conselheiros voluntários, eleitos durante assembleias microrregionais realizadas entre os dias 15 de agosto e 31 de outubro de 2019, os quais atuaram no período de 2020-2022. No entanto, a amostra da pesquisa foi constituída por 250 respondentes. Assim, os conselheiros responderam a um questionário que incluiu perguntas sociodemográficas e uma escala de mensuração do tipo Likert, com pontuação variando de 1 a 10, relacionada a quatro dimensões e 19 itens, conforme apresentado no Quadro 19.

Quadro 19- Instrumento para coleta de dados

Dimensão	Indicador	Descrição do Item
INFORMAÇÃO	INFO1	Busco me informar sobre os problemas sociais da minha comunidade.
	INFO2	Acredito que estar presente em assembleias públicas faz diferença nas decisões do Estado.
	INFO3	Sou um cidadão participativo quando escuto as propostas das autoridades competentes.
	INFO4	Participo com a implementação dos serviços públicos quando concordo com as decisões das autoridades competentes.
	INFO5	Participo como cidadão quando sou informado sobre as decisões do Estado sobre a minha comunidade.
CONSULTA	CONS1	Participo ativamente quando o Estado consulta minha opinião sobre questões públicas.
	CONS2	Compartilhar minhas ideias para resolução dos problemas públicos faz parte do meu exercício da cidadania.
	CONS3	Respondo questionários fornecidos pelos órgãos públicos para a melhoria dos serviços públicos.
	CONS4	Estou satisfeito em expressar minhas sugestões para enquetes do governo, mesmo que eu não tenha garantia de que serão colocadas em prática.
PARCERIA	PARC1	Busco monitorar se as minhas sugestões estão sendo aceitas para a melhoria dos serviços públicos.
	PARC2	Participo nas formulações de políticas públicas junto ao Estado.
	PARC3	Faço parte de ações realizadas em parcerias entre o Estado e cidadãos.
	PARC4	Participo de negociações com as autoridades competentes para decidir sobre as melhores opções nos serviços públicos.
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP1	Sou um cidadão participativo que busca soluções para os problemas sociais da minha comunidade.
	DDP2	Implemento projetos por conta própria para a melhoria da comunidade.
	DDP3	Tenho voz junto às autoridades públicas nas tomadas de decisões de políticas públicas.
	DDP4	Tenho autonomia de decisão em algumas questões públicas da minha comunidade.
	DDP5	Existem serviços públicos na minha comunidade que eu tenho poder de decisão parcial ou total.
	DDP6	Busco promover ações de melhorias na minha comunidade sem esperar pelo Estado.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Quanto à coleta de dados, a mesma foi realizada por meio de questionários distribuídos via aplicativos de mensagens, utilizando a plataforma Google Forms. Antes da aplicação dos questionários, todos os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre, um documento fornecido pelo Comitê de Ética. Esse termo detalhou os aspectos da pesquisa, garantiu o anonimato dos participantes e confirmou que sua participação era voluntária, preservando assim os padrões éticos em todas as etapas, desde a coleta de dados até a análise e interpretação dos resultados.

Quanto às técnicas de análise, o presente estudo desenvolveu uma pesquisa de natureza quantitativa, utilizando-se de Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e estatística descritiva. Essas técnicas facilitaram uma compreensão mais aprofundada das diferentes dimensões da

participação cidadã, contribuindo para a robustez e precisão do modelo de mensuração proposto.

Por fim, ressalta-se que o GETS, Grupo de Estudo do Terceiro Setor da Universidade Federal da Paraíba, núcleo que esta autora é integrante desde 2016, está executando um projeto de pesquisa cujo título é: “Efeitos comportamentais da participação cidadã em conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático na Paraíba”. Logo, o presente estudo soma esforços junto a uma sólida agenda de pesquisa.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos os dados obtidos na presente pesquisa para submetê-los à análise e discussão, com o objetivo de avaliar os níveis de participação cidadã dos voluntários que atuam como conselheiros no Orçamento Democrático do estado da Paraíba.

Para alcançar esse propósito, dividiremos esta seção em três tópicos principais. O primeiro tópico fornecerá uma análise descritiva da amostra para construir o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa. Isso nos permitirá obter uma visão geral da amostra deste estudo e facilitar a compreensão dos dados.

Em seguida, apresentaremos a análise fatorial exploratória, juntamente com as análises de viabilidade, incluindo o teste KMO e o teste de Barlett, além do cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach*. Isso nos ajudará a avaliar a qualidade da mensuração das variáveis da pesquisa.

No terceiro subtópico, analisaremos os níveis de participação cidadã dos conselheiros do ODE a partir das medidas da escala usada, que incluem médias, variâncias e desvios-padrão. É importante ressaltar que a análise dos dados foram realizadas com o auxílio do software SmartPls e basearam-se na literatura especializada, principalmente nos trabalhos de Hair Jr. et al. (2010) e Costa (2011).

4.4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS AMOSTRAS

A partir dos dados sociodemográficos coletados, foram analisadas as medidas descritivas das variáveis, a partir dos dados referentes a gênero, idade, escolaridade e renda familiar mensal. A seguir, apresenta-se a Tabela 11 com a frequência e percentual das respostas relacionadas ao perfil da amostra:

Tabela 10- Dados sociodemográficos da 2ª amostra

GÊNERO	Frequência	Percentual (%)
Feminino	135	45,6
Masculino	114	54
Prefiro não dizer	1	0,4
FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
Até 20 anos	2	0,8
De 21 a 30 anos	34	13,6
De 31 a 40 anos	118	47,2
Acima de 41 anos	96	38,4
ESCOLARIDADE	Frequência	%
Ensino fundamental incompleto / completo	13	5,3
Ensino médio incompleto / completo	121	49,2
Ensino superior incompleto / completo	103	41,9
Pós-graduação incompleta / completa	9	3,7
RENDA FAMILIAR MENSAL	Frequência	%
Até R\$1.000,00	24	9,6
Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00	146	58,4
Entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00	73	29,2
Acima de R\$5.000,00	7	2,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Conforme demonstrado na Tabela 11, em relação à distribuição por gênero, a maioria dos participantes se identificou como do sexo masculino, correspondendo a 54,4%, enquanto 45,6% eram do sexo feminino. No que tange à faixa etária, a maior concentração ocorreu na faixa etária de 31 a 40 anos, com 47,2% dos participantes nesse grupo. Quanto à escolaridade, notou-se que a categoria predominante foi a de ensino médio incompleto ou completo, abrangendo 49,2% dos participantes. No que diz respeito à renda familiar mensal, a faixa de "Entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00" se destacou, englobando a maioria dos participantes, ou seja, 58,4% deles se encontravam nesse intervalo de renda.

Em resumo, pode-se dizer que a amostra foi composta por mais homens, que possuem entre 31 e 40 anos, tendo a maioria como nível de escolaridade o ensino médio incompleto ou completo, e uma renda familiar mensal que varia entre R\$1.000 e R\$3.000. Assim, após ser caracterizada a amostra desta pesquisa, segue-se para a análise dos fatores sobre níveis de participação cidadã.

4.4.2 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

Após a realização da análise descritiva das amostras, prosseguimos com uma análise fatorial exploratória e a avaliação da viabilidade dos fatores incorporados no instrumento de pesquisa. Essa avaliação incluiu a extração da estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), o teste

de esfericidade de *Bartlett*, a medição da confiabilidade através do coeficiente alpha de *Cronbach*, bem como os dados referentes às cargas fatoriais.

Esse procedimento foi conduzido com o objetivo de verificar a adequação dos construtos presentes no instrumento de coleta de dados em relação aos níveis de participação cidadã. Dessa forma, ressaltamos que tal análise foi essencial para determinar se o questionário utilizado neste estudo é realmente capaz de medir o que se pretendia alcançar com os objetivos da pesquisa. A seguir, apresentaremos os resultados obtidos referentes a cada fator.

Tabela 11- Análise fatorial exploratória

FATORES	Variáveis	Comunalidades (1ª EXTRAÇÃO)	Comunalidades (2ª EXTRAÇÃO)	Cargas fatoriais
INFORMAÇÃO	INFO1	,335	-	
	INFO2	,610	,622	0.9
	INFO3	,649	,739	0.6
	INFO4	,516	,615	0.5
	INFO5	,346	-	
	KMO	,717	,662	
	Bartlett	,000	,000	
	Alfa de Cronbach	,733	,74	
CONSULTA	CONS1	,646	,646	0.7
	CONS2	,526	,526	0.7
	CONS3	,606	,606	0.6
	CONS4	,504	,504	0.5
	KMO	,687		
	Bartlett	,000		
	Alfa de Cronbach	,74		
PARCERIA	PARC1	,645	,645	0.8
	PARC2	,696	,696	0.7
	PARC3	,692	,692	0.7
	PARC4	,504	,504	0.6
	KMO	,748		
	Bartlett	,000		
	Alfa de Cronbach	,80		
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP1	,527	,527	0.8
	DDP2	,606	,606	0.7
	DDP3	,652	,652	0.8
	DDP4	,596	,596	0.6
	DDP5	,584	,584	0.6
	DDP6	,50	,50	0.6
	KMO	,849		
	Bartlett	,000		
	Alfa de Cronbach	,85		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como evidenciado na Tabela 12, durante a primeira extração das comunalidades das variáveis relacionadas ao fator 1 (Informação), notou-se que os itens INFO 1 e INFO 5 apresentaram valores de 0,335 e 0,346, respectivamente. Estes valores ficaram aquém do limiar de 0,5, que é a referência recomendada por Hair Jr. et al. (2010) para aceitação.

Consequentemente, essas variáveis foram excluídas, e uma segunda extração foi realizada, onde todas as comunalidades excederam o valor de 0,5.

Da mesma forma, ao analisar os demais fatores, conforme demonstrado na Tabela 12, verificou-se que todas as comunalidades superaram as recomendações, uma vez que ultrapassaram o limite de 0,5.

Em relação à análise fatorial, conduzimos os Testes KMO e Bartlett para avaliar a adequação dos dados. Conforme as convenções estatísticas, o valor do KMO deve ser superior a 0,7 para que os fatores resultantes da Análise Fatorial possam satisfatoriamente descrever as variações nos dados originais. Além disso, o teste de esfericidade de *Bartlett* deve indicar um valor de sig. ou p-test inferior a 0,05, sugerindo que a matriz de correlação não é uma matriz identidade (HAIR JR. et al., 2010; COSTA, 2011). Portanto, de acordo com a Tabela 12, todos os fatores atenderam a esses critérios nos Testes KMO e *Bartlett*, demonstrando medidas aceitáveis de adequação.

No seguimento da Análise Fatorial Exploratória, procedemos também à avaliação da confiabilidade por meio do coeficiente alfa de *Cronbach*, com o valor mínimo aceitável sendo $\geq 0,60$, conforme orientações de Hair Jr. et al. (2010). Com base nos dados apresentados na Tabela 12, os coeficientes apresentados foram de 0,74 para os fatores 1 e 2, 0,80 e 0,85 para os fatores 3 e 4, respectivamente. Logo, podemos afirmar de forma estatística que as variáveis que compõem os fatores do instrumento exibiram alta confiabilidade.

Em relação às cargas fatoriais, essas representam as correlações entre as variáveis que integram o fator. Quanto maior a carga fatorial dos itens, maior é a sua correlação com o fator correspondente, sendo necessário que os valores sejam superiores a 0,5 para manter o item. Portanto, com base na Tabela 12, podemos inferir que os resultados demonstram cargas fatoriais satisfatórias e adequadas para a mensuração dos dados.

4.4.3 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS CONSELHOS DO ODE-PB

Neste estudo, a participação cidadã é explorada em quatro dimensões distintas: “Informação”, “Consulta”, “Parceria” e “Delegação de poder”. A análise busca avaliar esses níveis de participação, empregando medidas estatísticas como médias, variâncias e desvios-padrão, tendo em vista que tais métricas estatísticas são utilizadas para aprofundar a compreensão da distribuição e variação dessas dimensões, permitindo uma análise mais abrangente.

Com o intuito de aprimorar a compreensão dos resultados relativos às médias dos níveis de participação, adotamos os critérios de *Reichheld, F. (2006)*: valores até 3,9 indicam uma baixa intensidade (destacados em vermelho), de 4,0 a 6,9 sinalizam uma intensidade baixa-moderada (destacados em amarelo), de 7,0 a 9,9 representam uma intensidade moderada-alta (destacados em verde), enquanto valores acima de 10 indicam uma intensidade muito elevada (destacados em azul). Como observável, as médias serão realçadas por cores para facilitar a visualização. Esses parâmetros são apresentados de forma visual no Quadro 20.

Quadro 20- Parâmetros de análise para medidas de posição

Parâmetros de Corte	Interpretação	Coloração
0 a 3,9	Intensidade Baixa	
4 a 6,9	Intensidade Baixa-Moderada	
7 a 8,9	Intensidade Moderada	
9 a 10	Intensidade Alta	

Fonte: Hair Jr et al. (2010)

Diante do exposto, apresenta-se abaixo na Tabela 13 as medidas descritivas dos fatores e suas variáveis referentes aos níveis de participação cidadã.

Tabela 12- Medidas descritivas dos fatores e suas variáveis

FATOR	VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	VARIÂNCIA	MÉDIA DO FATOR
INFORMAÇÃO	INFO 2	7,888	1,7572	3,088	8,20
	INFO 3	8,324	1,6966	2,879	
	INFO 4	8,404	1,7519	3,069	
CONSULTA	CONS 1	7,632	1,4999	2,250	7,7
	CONS 2	7,740	1,4944	2,233	
	CONS 3	7,376	2,1101	4,452	
	CONS 4	8,016	1,6933	2,867	
PARCERIA	PARC 1	6,396	1,7719	3,140	6,4
	PARC 2	6,320	1,7749	3,150	
	PARC 3	6,416	1,9765	3,907	
	PARC 4	6,456	1,9676	3,872	
DELEGAÇÃO DE PODER	DDP 1	5,068	2,2806	5,201	4,1
	DDP 2	4,340	2,1641	4,683	
	DDP 3	3,956	2,3935	5,729	
	DDP 4	3,332	2,4832	6,166	
	DDP 5	3,180	2,2378	5,008	
	DDP 6	4,880	2,3766	5,648	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na primeira dimensão, denominada "Informação," ocorre um fluxo unidirecional em que o Governo produz e disponibiliza informações aos cidadãos sobre questões de importância pública, permitindo-lhes compreender o tema em discussão. Ao analisar os dados apresentados na Tabela 13, observa-se que a média notavelmente alta de 8,20 neste primeiro fator indica que os cidadãos que desempenham o papel de conselheiros no ODE-PB desfrutam de um amplo acesso a informações relevantes, destacando a transparência das autoridades e instituições como um ponto forte.

Esse resultado de pesquisa não apenas confirma, mas também se alinha com as conclusões de Edwards e Gaventa (2010), que ressaltam a importância crucial da transparência e do acesso eficaz à informação por parte do Governo na promoção do envolvimento da comunidade. Além disso, essas descobertas estão em sintonia com estudos de Fung e Wright (2003), bem como Tilly (2010), que destacam a importância da disponibilidade de informações claras e acessíveis para capacitar os cidadãos, permitindo-lhes compreender e participar de questões de importância pública de forma mais informada e ativa. Portanto, pode-se inferir que a alta média neste fator enfatiza a relevância fundamental da divulgação de informações confiáveis e acessíveis como o primeiro passo vital para promover a participação eficaz dos cidadãos em processos democráticos e na tomada de decisões.

A segunda dimensão, "Consulta", refere-se à prática em que os governantes estabelecem previamente os tópicos sobre os quais coletaram opiniões e disponibilizam informações relevantes para os cidadãos. Como evidenciado na Tabela 13, esse nível obteve uma média de 7,7, indicando um envolvimento considerável em discussões públicas e consultas, demonstrando um nível razoável de interação entre os cidadãos e o Estado. No entanto, observa-se uma ligeira diminuição em relação à categoria anterior.

Essa constatação corrobora com a pesquisa existente de Guttman e Thompson (1996), bem como Arendt (2018), enfatizando que a consulta pública é uma prática valiosa para envolver os cidadãos em questões de interesse público. Embora ligeiramente inferior à média encontrada no nível de informação, essa alta média no nível de consulta demonstra a disposição dos governantes em coletar as opiniões dos cidadãos e fornecer informações relevantes sobre os tópicos em discussão.

Além disso, é crucial destacar que a forte representação dos conselheiros nesse nível de participação está em consonância com as teorias de Pateman (1992) em sua obra "Participação e Teoria Democrática" e com as ideias de Arnstein (2002) que enfatizam a importância dos cidadãos serem ouvidos pelas instituições governamentais. Portanto, os resultados reforçam a

importância da consulta como um instrumento eficaz de envolvimento cidadão em processos democráticos.

Avançando na análise dos níveis de participação, a terceira dimensão, denominada "Parceria," caracteriza-se por uma colaboração ativa entre cidadãos e o Estado, resultando em uma coprodução de decisões. No entanto, observamos que a média nesse nível é de 6,4, o que a torna mais baixa em comparação com os níveis de "Informação" e "Consulta".

Este resultado corrobora com a pesquisa de Han (2014), apresentada em seu livro *How Organizations Develop Activists*, onde são abordados os desafios existentes nas tentativas de estabelecer parcerias entre cidadãos e o Estado, destacando as barreiras que frequentemente impedem a colaboração efetiva entre essas partes. Da mesma forma, Nabatchi (2010) discute os desafios práticos da governança colaborativa, enfatizando a necessidade de superar obstáculos burocráticos e lidar com a desconfiança que pode existir entre as partes envolvidas. Esses estudos ressaltam a complexidade envolvida na criação de parcerias eficazes e a importância de enfrentar esses desafios para promover uma colaboração significativa na governança, o que está em consonância com a média moderada-baixa demonstrada pelos conselheiros atuantes no ODE-PB.

Portanto, os resultados indicam a necessidade de superar barreiras e desafios para atingir um alto grau de parceria na tomada de decisões. Reconhecer a parceria como uma etapa importante na promoção da participação cidadã é fundamental, uma vez que esses resultados incentivam a continuação dos esforços para fortalecer a colaboração entre cidadãos e instituições governamentais em processos de coprodução de decisões.

No que se refere à última categoria, "Delegação de Poder," essa dimensão representa a autonomia de decisão dos cidadãos. Os dados da Tabela 13 mostram que a média nesse nível é a mais baixa, com 4,1 em comparação com os demais níveis, indicando uma significativa limitação no envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões e na delegação de poder. Isso ressalta a necessidade premente de aumentar o envolvimento e a responsabilidade dos cidadãos na governança local.

Esse resultado de pesquisa está em conformidade com estudos anteriores que apontam a autonomia de decisão dos cidadãos em processos de governança como uma das etapas mais desafiadoras. Apesar dos desafios, reconhecer a delegação de poder como um componente vital da participação cidadã destaca a importância contínua de buscar maneiras de fortalecer a capacidade dos cidadãos de influenciar ativamente as políticas e os processos de tomada de decisões.

Em resumo, ao realizar uma análise comparativa entre os resultados de todas as dimensões aqui abordadas, torna-se evidente que as médias se apresentam decrescentes, refletindo a progressiva redução no envolvimento dos cidadãos em estágios mais avançados de participação. Esse padrão reforça a importância não apenas de manter um acesso robusto à informação, mas também de promover parcerias mais eficazes e a delegação de poder aos cidadãos, a fim de fortalecer a participação cidadã em todas as fases da tomada de decisões e governança local.

Nesse contexto, observamos que os resultados aqui apresentados se alinham com os estudos de Arnstein (1969), que introduziu o conceito de "participação simbólica" em seu artigo *A Ladder of Citizen Participation*, enfatizando que os cidadãos são frequentemente informados, mas têm influência limitada nas decisões. Além disso, Warren (2001), em seu livro *Democracy and Association*, afirma que a "participação cidadã informativa" costuma ser mais comum do que níveis mais elevados de participação. Da mesma forma, Fung (2006) contribui para a discussão ao explorar o conceito de "participação cidadã cosmética," que envolve um envolvimento superficial dos cidadãos, frequentemente limitado à mera informação, em vez de uma consulta efetiva. Esses autores destacam as complexidades da participação cidadã e a importância de avançar em direção a formas mais substanciais de envolvimento democrático.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi a mensuração dos níveis de participação cidadã dos conselheiros no âmbito do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba. Nessa perspectiva, os resultados destacam que os conselheiros do ODE-PB possuem um amplo acesso a informações relevantes, sublinhando a transparência das autoridades e instituições como um ponto forte. Assim, a alta média na dimensão "Informação" realça a importância de fornecer informações confiáveis e acessíveis como um primeiro passo crucial para incentivar a efetiva participação dos cidadãos em processos democráticos e na tomada de decisões.

Quanto à dimensão "Consulta", também evidencia um considerável envolvimento dos conselheiros em discussões públicas e consultas, indicando a disposição dos governantes em colher as opiniões dos cidadãos e fornecer informações relevantes. Dessa forma, podemos inferir que a consulta é reconhecida como um eficaz instrumento de envolvimento cidadão em processos democráticos.

No entanto, as dimensões "Parceria" e "Delegação de Poder" apresentam médias inferiores, sinalizando que a colaboração ativa entre cidadãos e o Estado, bem como a autonomia de decisão dos cidadãos, representam desafios significativos. Essas descobertas enfatizam a necessidade de superar obstáculos e desafios para alcançar um maior grau de parceria na tomada de decisões e promover uma maior participação e responsabilidade dos cidadãos na governança local.

Nesse sentido, foi realizada uma análise comparativa entre as dimensões, na qual demonstrou uma tendência de diminuição nas médias à medida que os níveis de participação avançam, destacando a importância de não apenas manter um acesso robusto à informação, mas também de promover parcerias mais eficazes e a delegação de poder aos cidadãos para fortalecer a participação cidadã em todas as fases da tomada de decisões e governança local.

Diante do exposto, torna-se relevante mencionar que entre as contribuições deste estudo tem-se o fato de que o mesmo oferece uma perspectiva inovadora ao adotar uma abordagem baseada no individualismo metodológico de Hayek, destacando as ações e o papel dos cidadãos na participação cidadã. Ao focar nos conselheiros que atuam de maneira voluntária no Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, a pesquisa não apenas esclarece os níveis de participação cidadã, mas também sugere a importância de abordar e superar os desafios encontrados nas dimensões de "Parceria" e "Delegação de Poder". Além disso, ao fornecer uma escala específica para medir a participação cidadã, o estudo contribui com uma ferramenta metodológica que pode ser adaptada e utilizada em diferentes contextos, enriquecendo o debate acadêmico e prático sobre a eficácia dos Conselhos de Orçamento Participativo.

Em resumo, reforçamos a premissa de que este estudo fornece informações relevantes sobre os níveis de participação cidadã para o desenvolvimento de estratégias que incentivem um maior engajamento dos cidadãos e promovam uma governança mais colaborativa e participativa. E essas conclusões podem informar políticas e práticas destinadas a fortalecer o envolvimento cidadão em processos democráticos e na tomada de decisões.

Dado o exposto, não pretendendo que este trabalho constitua uma resposta definitiva às interrogações basilares que a norteiam, considera-se que a mesma inclui indicações que possibilitam a prossecução da reflexão e do debate em torno da gestão do voluntariado. No entanto, assume-se três principais limitações para a realização dessa pesquisa: (1) Dificuldade de acesso aos conselheiros voluntários; (2) Ausência de instrumento para a mensuração da participação cidadã no contexto brasileiro; (3) Possível limitação contextual por tratar de um tipo específico de Conselhos: Orçamento Democrático.

Quanto às sugestões de estudos futuros, surgiram quatro lacunas emergidas a partir dos resultados desta pesquisa. Primeiramente, chama-se atenção, na análise fatorial as variáveis do nível “Informação”, INFO1 (“Busco me informar sobre os problemas sociais da minha comunidade”) e INFO5 (“Participo com a implementação dos serviços públicos quando concordo com as decisões das autoridades competentes”) apresentaram comunalidades baixas para considerá-las, o que torna pertinente uma análise futura para o entendimento do(s) porquê(s) que justificam o fato dos conselheiros voluntários não atribuírem significâncias a tais afirmações.

Em segundo lugar, observou-se que o nível de participação “Parceria” apresentou média menor do que os níveis iniciais “Informação” e “Consulta”. Este cenário contraria a expectativa inicial de que os cidadãos que atuam nos Conselhos do Orçamento Democrático desempenhem um papel ativo e engajado na tomada de decisões orçamentárias. Portanto, amparando-nos em Jo e Nabatchi (2021) os quais abordam os desafios da governança colaborativa, destacando a importância de superar entraves burocráticos e gerenciar a desconfiança que pode surgir entre as partes envolvidas, sugere-se para estudos futuros a investigação mais aprofundada das razões por trás desse resultado, podendo incluir análises qualitativas para capturar nuances e percepções dos participantes.

Uma terceira questão identificada reside no fato de que a dimensão "Delegação de Poder" nos Conselhos do Orçamento Democrático também apresenta médias inferiores, indicando desafios significativos em relação à autonomia de decisão dos cidadãos nesse contexto específico. Portanto, sugere-se uma investigação futura que considere a possibilidade de testar a escala em um escopo geográfico diferente, a fim de avaliar se essas tendências se mantêm consistentes em diferentes contextos estaduais ou nacionais. Tal abordagem proporcionaria uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam os níveis de participação cidadã e poderia contribuir para estratégias mais eficazes de envolvimento cívico.

Por último, contrastando com estudos anteriores, como os de Cavalcante (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021), que afirmam a relação positiva entre o voluntariado e a prática ativa da cidadania, espera-se que pessoas que exercem trabalho voluntário apresentem maiores níveis de participação cidadã. No entanto, esta pesquisa não corroborou tal premissa, uma vez que os participantes que atuam como conselheiros voluntários apresentaram médias inferiores nos níveis mais elevados de participação. Nesse contexto, apoiando-nos em Caetano (2018) e Amorim (2018), sugere-se que esses resultados possam estar relacionados a aspectos motivacionais que influenciam o engajamento dos cidadãos. Essa

lacuna instiga a sugestão de uma investigação sobre a conexão entre a motivação para o trabalho voluntário e os níveis de participação cidadã, sendo esse o cerne do próximo estudo.

Nesse contexto, um estudo que investigue a possível relação entre esses construtos pode identificar os tipos de motivações que impulsionam os conselheiros voluntários, assim como verificar se essas motivações estão correlacionadas com a predominância de níveis mais iniciais de participação em comparação com aqueles que exigem maior envolvimento dos indivíduos. Desta forma, acreditamos que tais análises irão possibilitar uma compreensão mais completa das nuances relacionadas aos graus de envolvimento dos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na promoção do engajamento voluntário.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C.; DA CUNHA, F. S. **A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 71, 2017.

ALAMOUDI, A. K.; ABIDOYE, R. B.; LAM, T. YM. **O impacto das medidas de gestão das partes interessadas no nível de participação dos cidadãos na implementação de cidades inteligentes e sustentáveis.** Sustentabilidade, v. 14, n. 24, p. 16617, 2022.

ARENDT, H. **O que é política?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

ARNSTEIN, S. R. **A ladder of citizen participation.** Journal of the American Planning Association, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

_____. **Uma escada da participação cidadã.** Participe. Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação. Ano 2, Nr. 2, p. 4-13. Jan. 2002.

BARDDAL, Fabiana Marissa Etzel; TORRES, Ricardo Lobato. **Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, p. e20190045, 2020.

BELMONTE, J. A. T.; NERIA, B. L. **La incidencia de la participación ciudadana en la eficiencia: El caso del Fondo de Infraestructura Social Municipal (FISM) en Hidalgo.** Gestión y política pública, v. 30, n. 1, p. 101-125, 2021.

BORGES, Gislaine; NETO, Luis Moretto. **Governança em saúde pública: mecanismos e critérios avaliativos em processos de participação cidadã.** Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle, v. 9, n. 3, p. 27-44, 2020.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis.** London: Heinemann, 1979.

CALDAS, P. T. **Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações**. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2020.

CARDOSO, Aline. **O sistema democrático por representação na perspectiva do orçamento participativo**. 2020.

CAROTHERS, T.; BRECHENMACHER, S. **Why words like participation may lose their magic**. *Media Asia*, v. 41, n. 4, p. 305-307, 2014.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II**, 2006.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNG, A. **Varieties of participation in complex governance**. *Public Administration Review*, v. 66, n. 1, p. 66-75, 2006.

GAVENTA, J.; TANDON, R. **Engajamento dos cidadãos em um mundo globalizado**. Globalizando cidadãos: novas dinâmicas de inclusão e exclusão, v. 7, p. 3, 2010.

GORDON, V.; OSGOOD JR, J. L.; BODEN, D. **The role of citizen participation and the use of social media platforms in the participatory budgeting process**. *International Journal of Public Administration*, v. 40, n. 1, p. 65-76, 2017.

GUTTMAN, A.; THOMPSON, D. **Democracia e Desacordo**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1996.

HABERMAS, J. **A political constitution for the pluralist world society?**. *Journal of Chinese Philosophy*, v. 34, n. 3, 2007.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 6th ed. London: Pearson, 2010.

HAN, H. **How Organizations Develop Activists: Civic Associations and Leadership in the 21st Century**. Oxford University Press, 2014.

HARBERS, Imke. **Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City**. *Political Studies*, v. 55, p. 38-58, 2007.

IAPP, IAP. **Core Values for Public Participation**. Colorado: International Association for Public Participation, 2007.

JO, S.; NABATCHI, T. **Different processes, different outcomes? Assessing the individual-level impacts of public participation.** Public Administration Review, v. 81, n. 1, p. 137-151, 2021.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Individualismo interativo: um ensaio sobre o individualismo metodológico de Hayek.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 37, n. 1, p. 101-128, 2007.

KWAK, S. **Deconstructing the multi-layered nature of citizen participation in Vietnam: conceptual connotations, discourses of international development, and the country's institutional context.** Asian Journal of Political Science, v. 27, n. 3, p. 257-271, 2019.

LAFONT, Cristina. **Democracia sin atajos: una concepción participativa de la democracia deliberativa.** Trotta, 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Metodologia científica. Atlas, v. 3, n. 4.2, p. 1, 2007.
LEE, J.; KIM, S. **Citizens' e-participation on agenda setting in local governance: Do individual social capital and e-participation management matter?** Public Management Review, v. 20, n. 6, p. 873-895, 2017.

MISES, L.V. **Ação Humana: Um tratado de economia.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.

MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity.** Routledge, 2003.

MOUFFE, C. **The democratic paradox.** Verso, 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Citizens as partners: Information, consultation and public participation in policy-making.** Paris: OECD, 2001.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento Democrático Estadual.** João Pessoa, 2020a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/orcamento-democratico-estadualempossa-conselheiros-eleitos>. Acesso em: set. 2023.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory.** Cambridge University Press, 1970.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community.** Simon & Schuster, 2000.

ROTHBARD, Murray N. **Concorrência e os economistas.** Revista Trimestral de Economia Austríaca, v. 15, n. 4, pág. 396, 2012.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Transnationally.** Voluntar: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, 9, 213-248, 1998.

SANTOS, Ednia Patricia Silvestre dos. **A participação da sociedade civil nos conselhos municipais de Araruna: Exercício de Cidadania?**. 2024.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e o átomo da sociologia. Um individualismo metodológico moderado?**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 2, p. 323-347, 2016.

SENADO FEDERAL, 2022. PORTAL E-CIDADANIA. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/20/cresce-participacao-popular-no-portal-e-cidadania>>. Acesso em Julho 2022.

SIGNORELLI, Filipe Venturini et al. **Democracia participativa e a efetividade do controle social da Administração Pública no estado democrático de direito**. 2023.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 3º Ed. Ver. Atual. 2005.

SILVA JÚNIOR, E. J. **A contribuição da democracia participativa na construção de outro modelo de gestão pública: a implementação do orçamento democrático no Estado da Paraíba (2011-2014)**. 2014.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. **Enhancing collaborative innovation in the public sector**. Administration & society, v. 43, n. 8, p. 842-868, 2011.

SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present**. Harvard University Press, 1999.

TILLY, Carlos. **Movimentos sociais como política**. Revista brasileira de Ciência política, n. 3, p. 133-160, 2010.

TURNER, B. S. **The erosion of citizenship**. British Journal of Sociology, v. 52, n. 2, p. 189–210, 2001.

WARREN, Mark E. **Democracy and Association**. Princeton University Press, 2001.

5-Estudo IV- A motivação para participação cidadã: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba

RESUMO

O propósito deste estudo é investigar as interações entre a motivação para o trabalho voluntário e os níveis de participação cidadã, com base na perspectiva dos conselheiros voluntários. Para alcançar esse objetivo, adotamos o paradigma funcionalista-positivista e uma abordagem quantitativa para analisar as motivações subjacentes ao voluntariado e as práticas de cidadania. A coleta de dados ocorreu nos conselhos regionais do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, envolvendo 201 conselheiros voluntários atuantes no período de 2020 a 2022. Utilizamos um questionário que aplicou duas escalas: a primeira, baseada no Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário de Cavalcante (2016), e a segunda, desenvolvida por Amorim (2023), que avalia os níveis de participação. Os resultados corroboram a existência de uma relação entre as motivações e as práticas de cidadania. Verificou-se que os níveis mais baixos de participação estão associados a motivações de caráter egocêntrico, enquanto nos estágios mais avançados, como "Parceria" e "Delegação de Poder", as motivações estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar coletivo.

Palavras-Chave: Participação; Cidadania; Motivação; Cidadãos; Conselhos de Orçamento Democrático.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the interactions between motivation for volunteer work and levels of citizen participation, based on the perspective of volunteer counselors. To achieve this objective, we adopted the functionalist-positivist paradigm and a quantitative approach to analyze the motivations underlying volunteering and citizenship practices. Data collection took place in the regional councils of the State Democratic Budget of Paraíba, involving 201 volunteer councilors working from 2020 to 2022. We used a questionnaire that applied two scales: the first, based on Cavalcante's Structural Model of Motivation in Voluntary Work (2016), and the second, developed by Amorim (2023), which assesses participation levels. The results corroborate the existence of a relationship between motivations and citizenship practices. It was found that the lowest levels of participation are associated with egocentric motivations, while in the more advanced stages, such as "Partnership" and "Delegation of Power", motivations are intrinsically linked to collective well-being.

Keywords: Participation; Citizenship; Motivation; Citizens; Democratic Budget Councils.

5.1 INTRODUÇÃO

A convergência entre voluntariado e a participação cidadã tem despertado considerável interesse na pesquisa contemporânea, destacando a perspectiva que associa o voluntariado a um

cidadão ativo e consciente (Ferraz, 2017; Lemos et al., 2019; Caldas, 2020). A compreensão de que as motivações desempenham um papel crucial nas práticas de cidadania, conforme defendido por Caldas (2020), e a constatação de Musick e Wilson (2008) de que os comportamentos humanos, incluindo o voluntariado, estão intrinsecamente ligados a intenções e motivos, instigam a necessidade de uma investigação mais aprofundada.

Nesse contexto, embora se observe um crescimento nos estudos sobre motivação no trabalho voluntário (Cavalcante, 2016; Ferraz, 2017; Caldas, 2020; Vale, 2021), Caetano (2018) aponta a necessidade de compreender os aspectos motivacionais que podem influenciar o engajamento dos cidadãos e a efetivação da participação cidadã. Corroborando, Amorim (2018) pontua que é crucial entender a relação das motivações dos voluntários no exercício de sua cidadania, que por sua vez está intrinsecamente ligada ao nível de participação do indivíduo nas questões públicas. Logo, tais lacunas teóricas oferecem um campo de estudo para investigar a vinculação entre a motivação do trabalho voluntário e a participação cidadã.

Sob esse ponto de vista, esta pesquisa postula que o trabalho voluntário impulsiona os níveis de participação, fortalecendo, por conseguinte, os pilares da cidadania. Este processo, por sua vez, fomenta uma crescente participação, estabelecendo-se, assim, um ciclo de retroalimentação positiva. Para tanto, optou-se por testar em voluntários atuantes nos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático (ODE) do Estado da Paraíba.

Dito isto, este trabalho emerge no contexto da crescente atenção aos estudos sobre motivação no trabalho voluntário e direciona seu foco para a Paraíba, explorando a relação entre diferentes motivações para o trabalho voluntário e os níveis de participação cidadã. Assim, consideramos que o trabalho voluntário não apenas reflete a cidadania em ação, mas também influencia diretamente o nível de engajamento cidadão.

Nessa perspectiva, o ambiente propício para a condução deste estudo são os Conselhos Regionais do Orçamento Democrático (ODE) da Paraíba, onde os conselheiros exercem suas funções de forma voluntária. Ao fundamentarmos nossa pesquisa na legislação do ODE, manifesta na Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, evidenciamos sua relevância na consolidação de espaços democráticos entre o governo e a sociedade civil no âmbito estadual.

É importante ressaltar que a metodologia empregada neste estudo integra a Escala de Motivação no Trabalho Voluntário de Cavalcante (2016) e a Escala desenvolvida no Estudo III por esta autora referente aos níveis de participação cidadã. Abraçando uma perspectiva funcionalista-positivista e adotando uma abordagem quantitativa, nossa pesquisa busca

preencher as lacunas teóricas identificadas, oferecendo uma análise robusta das inter-relações entre a motivação para o trabalho voluntário e os níveis de participação cidadã.

Por fim, ao desenvolvermos esta pesquisa, almejamos contribuir para o acervo de conhecimento existente e fornecer informações relevantes aos gestores e formuladores de políticas. Afinal, nosso objetivo não se limita apenas a desvendar os matizes das motivações e da participação dos Conselhos Regionais do ODE, mas também a fornecer subsídios para impulsionar efetivamente a cidadania ativa e o fortalecimento dos laços sociais em nível local.

Diante do exposto, a estrutura do estudo é composta por cinco seções, começando com esta introdução, seguida pelo referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e análises, concluindo com as considerações finais.

5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.2.1 A RELAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O VOLUNTARIADO

Conforme apresentado na sessão anterior, o termo polissêmico da “participação cidadã”, nos remete a um conceito amplo, no qual envolve cidadãos buscando formas de contribuir ativamente na sociedade (Heller et al. 1984; Florin, 2000; Cicognani et al., 2008; Cunha, 2017). Desse modo, conforme defende Cicognani et. al. (2008), seja de maneira formal ou informal, a participação ocorre em um contexto comunitário, assumindo diferentes formas a depender de questões que emergem dentro de uma comunidade, tais como: cultura, normas, valores, instituições, etc.

A partir da perspectiva apresentada, é importante refletirmos: A participação cidadã pode ser desenvolvida? Considerando-a como um processo dinâmico e mutável, que possui a capacidade de se transformar ao longo do tempo, acredita-se que a mesma é influenciada pelo cenário político, econômico, social e cultural das sociedades (Reis, 1999; Ferreira; Carrara, 2009; Melo, 2015). Assim, entre as diferentes possibilidades para se fomentar o engajamento mais ativo dos indivíduos em sociedade, encontra-se o voluntariado proporcionando oportunidades para a participação social e o envolvimento democrático (Milligan; Fyfe, 2005; Cicognani et al., 2008; Carballal, 2009).

De acordo com Aguiar e Cunha (2017), o voluntariado constitui-se um pilar fundamental na construção e fortalecimento da participação cidadã em uma sociedade. Pois, ao oferecer seu tempo, habilidades e recursos de maneira voluntária, os indivíduos não apenas

contribuem para causas sociais e comunitárias, mas também desempenham um papel ativo no desenvolvimento de uma cidadania ativa.

Nesse sentido, a participação cidadã, na qual prevê a ação voluntária dos indivíduos, transcende a mera observação das questões públicas, transformando-se em ações concretas que moldam positivamente as comunidades. Portanto, pode-se dizer que esse vínculo entre voluntariado e participação cidadã não apenas fortalece os laços sociais, mas também fomenta uma cultura de responsabilidade coletiva e empoderamento individual, destacando a importância dessas práticas para a construção de sociedades mais inclusivas e participativas.

Considerando o trabalho voluntário no contexto brasileiro, pode-se dizer que o mesmo se faz presente desde a colonização através das atividades desenvolvidas pelos jesuítas, conforme aborda Martins (2004). Assim, o voluntariado foi envolvido em uma cultura da caridade, doação e solidariedade instituída pelos europeus, diferenciando-se do voluntariado atual, tendo em vista que, no passado, o trabalho voluntário baseava-se em valores ético-cristãos, sendo inclusive uma forma de salvação da alma (Landin, 2000; Cicognani et al., 2008; Martins, 2004; Carvalho, 2016).

Atualmente, o voluntariado compreende uma atividade exercida espontaneamente, estando vinculada a uma organização ou não, que envolve doação de si mesmo em detrimento de terceiros, não objetivando lucros financeiros, mas benefícios emocionais, mentais e/ou físicos (Penner, 2002; Souza et. al., 2010; ONU, 2001; Cavalcante et al., 2011; Silva et. al. 2020). Nesse sentido, Martins (2004) afirma que, no decorrer da história, o trabalho voluntário evoluiu, avançando da caridade à busca da consciência política e cidadã.

Diante dessa discussão, estudos internacionais estabelecem uma relação positiva entre voluntariado e a cidadania, defendendo a premissa de que as pessoas que realizam trabalho voluntário são mais conscientes quanto à responsabilidade social, assim como possuem maior predisposição à participação cidadã (Astin, 1998; Flanagan et al, 1998; Morgan; Streb, 2000). Logo, torna-se pertinente destacar a definição de participação pela qual baliza este estudo, sendo esta prática um processo pelo qual membros de uma sociedade, que não possuem cargos públicos, executam ações públicas ou empreendem ações relacionadas com a 29 comunidade, compreendendo o envolvimento comunitário, cívico e político mediante mobilização individual e coletiva (Roberts, 2004; Almeida, 2016).

Nessa perspectiva, Musick e Wilson (2008) ressaltam em seus estudos a relevância de se utilizar o voluntariado para combater o que ambos denominam de “ignorância política” e apatia no exercício dos direitos e deveres civis. Corroborando, Niemi e Chapman (1998)

desenvolveram um estudo com jovens voluntários defendendo as teorias sociológicas da socialização, no qual enfatizam que a aprendizagem prática é tão importante como internalizar normas ou valores de aprendizagem. Corroborando, Mills e Waite (2017) apresentam uma proposta lançada em 2001 no Reino Unido denominada de National Citizen Service (NCS), que objetiva “moldar” a participação cidadã em jovens voluntários.

Diante do exposto, faz-se necessário destacar que os estudos desenvolvidos no Brasil sobre essa temática, embora sejam poucos, defendem o engajamento no voluntariado como potencializador para a participação cidadã (Reis, 1999; Evangelista, 2002; Teodósio, 2002; Cavalcante, 2016). Reafirmando essa premissa, a ONU (2017) também considera o voluntariado como um meio efetivo de envolvimento dos indivíduos no progresso social.

Sob essa ótica, pode-se considerar o voluntariado um terreno fértil para a prática ativa da participação cidadã, tendo em vista que o voluntariado torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas, encoraja a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada, ensina habilidades cívicas e envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos (Niemi; Chapman, 1998; Morgan; Streb, 2000; Pinsky, 2016). Afinal, concordando com Musick e Wilson (2008) acreditamos na premissa de que participação gera participação.

Por fim, a pesquisa de Sabioni, Ferreira e Reis (2018) e o estudo de Caetano (2018) apontam para a imperatividade de explorarmos as motivações que levam um cidadão a escolher voluntariamente participar ativamente na sociedade. Afinal, analisar profundamente as razões que subjazem à participação cidadã não apenas nos permite compreender melhor a dinâmica desse envolvimento, mas também nos capacita a criar ambientes nos quais as motivações individuais convergem organicamente com os objetivos sociais. Essa compreensão aprimorada, por sua vez, tem o potencial de estimular uma participação mais envolvente e duradoura na malha social, contribuindo assim para o fortalecimento da coletividade.

5.2.2 MOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO

A motivação humana tem sido apontada como um dos maiores desafios nas organizações modernas, sendo esta conceituada por Maximiano (2000) como um processo que incentiva os indivíduos a desempenharem uma determinada ação ou comportamento. Complementando, Gil (2002) afirma que a motivação pode ser entendida como uma mola que

impulsiona o indivíduo quanto a sua própria interpretação, na origem de suas necessidades, e não pela instigação do outro. No entanto, Tamayo e Paschoal (2005) vão além, defendendo que as teorias motivacionais podem estar no indivíduo, no ambiente laboral ou em ambos.

Nesse sentido, ao tratarmos a respeito da motivação, emergem autores consagrados como Mayo, Kohn, Alderfer, Lock, Skinner, e principalmente, Maslow, Herzberg e Vroom, conforme cita Daft (2007) e Cavalcante (2016). Porém, se faz relevante destacar que as teorias existentes sobre motivação de pessoas aplicadas a um contexto de trabalho remunerado não devem ser comparadas com as motivações emergidas dos voluntários, tendo em vista que as mesmas configuram-se distintas quanto à natureza das atividades desempenhadas entre o Mercado, Terceiro Setor e Sociedade (Ferreira et al., 2008; Procopiuck; Meyer Jr., 2011; Cavalcante *et al.*, 2011; Cavalcante, 2016).

Partindo desse pressuposto, Piccoli e Godoi (2012) destacam a crescente importância do trabalho voluntário no contexto econômico e social, o que tem impulsionado avanços nas pesquisas sobre a temática. Torna-se cada vez mais crucial compreender os motivos que levam as pessoas a se voluntariar e o que as mantém engajadas a longo prazo nesse tipo de atividade. Mascarenhas, Zambaldi e Varela (2013) complementam mencionando que as pesquisas no campo do voluntariado, especialmente em relação às motivações, têm identificado diversas razões que predispondo as pessoas ao engajamento nessas atividades. Isso evidencia a complexidade da temática, uma vez que, como afirma Oliveira-Silva et al. (2022), a motivação para o trabalho voluntário é singular para cada indivíduo, podendo atender a propósitos diversos, como ajudar os outros, ocupar o tempo livre ou disseminar uma cultura ou ideia.

Conforme apontam Piccoli e Godoi (2012), o crescente interesse sobre a referida temática propiciou o desenvolvimento de algumas teorias e modelos de análise da motivação para o trabalho voluntário, sendo estes divididos em dois grupos: 1) modelos unidimensionais, considerando o “Altruísmo” prioritariamente como a motivação para o voluntariado (Fischer; Schaffer, 1993) e 2) modelos multidimensionais, que consideram outras variáveis além do “Altruísmo” como motivos para o engajamento no trabalho voluntário. Assim, assume-se desde já que este trabalho apresentará como exemplo de teorias: o Inventário das Funções do Voluntário (VFI) de Clary *et. al.* (1999), os 4 Motivos de Batson (2002) e o modelo teórico de Cavalcante (2016), sendo este o foco da presente pesquisa.

O Inventário das Funções do voluntário (VFI), abordado por Clary, Snyder e Ridge (1999), é citado por Piccoli e Godoi (2012), Mascarenhas, Zambaldi e Varela (2013), bem como Marques (2016) como um dos modelos mais citados pelos pesquisadores, tendo o mesmo como

objetivo identificar os fatores pelos quais os indivíduos inserem-se no trabalho voluntário, além de entender o motivo que os levam a permanecer nesse contexto. Segundo Clary, Snyder e Ridge (1999), existem seis principais motivos para o engajamento voluntário, sendo estes apresentados na teoria das Funções do Voluntário – FVI, expostas a seguir no Quadro 21:

Quadro 21- Funções do voluntariado e exemplos de VFI

Interesses motivacionais (funções)	Definição	Razões e retornos valiosos do voluntariado (exemplos de indicadores)
Social	Motivações para criar e manter laços com amigos e pessoas da sociedade.	• Meus amigos são voluntários. • Pessoas próximas são voluntárias.
Valor	Preocupação e importância em demonstrar valores relacionados ao humanitarismo e “Altruísmo”.	• Estou mais interessado nos necessitados que em mim. • Sinto compaixão por pessoas necessitadas.
Carreira	Motivações relacionadas à carreira profissional.	• Posso fazer contatos úteis para meu negócio ou carreira. • O voluntariado me ajudará a fazer uma escolha profissional. • O voluntariado melhorará meu currículo.
Compreensão	Oportunidade de aprender, ter novas experiências ou exercitar conhecimento que de outra maneira não seria possível.	• Posso aprender mais sobre a causa pela qual trabalho. • O voluntariado me permite ter uma nova perspectiva das coisas.
Proteção	Relacionado à busca de atividade voluntária para redução de sentimentos negativos como a culpa de ser mais afortunado que outros.	• O voluntariado me ajuda a lidar com meus próprios problemas pessoais. • O voluntariado me faz sentir menos sozinho.
Estima	Referente a sentimento de importância, onde o indivíduo busca alcançar objetivos positivos.	• O voluntariado me faz sentir importante. • O voluntariado aumenta minha autoestima. • O voluntariado me faz sentir útil.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2012); Clary, Snyder; Ridge, (1999)

De acordo com o Quadro 21 apresentado, Clary, Snyder e Ridge (1999) elencam como funções seis principais motivações para o exercício do trabalho voluntário sob a base de que os indivíduos se tornam voluntários acreditando que esta atividade lhes permitirá satisfazer alguma necessidade pessoal. Segundo pesquisa de Clary, Snyder e Ridge (1999), as funções "carreira", "social" e "proteção" são consideradas as menos importantes para os voluntários, enquanto as funções "estima", "compreensão" e "valores" foram conceituadas como as mais importantes.

Ainda sobre modelos multidimensionais de motivação, Batson (2002) afirma serem infinitos os motivos pelos quais as pessoas tornam-se voluntárias. No entanto, o autor desenvolveu quatro categorias em uma abordagem conhecida como os quatro motivos de Batson, conforme segue o Quadro 22:

Quadro 22- Motivos para se voluntariar

Motivo	Objetivo	Forças	Fraquezas
“Egoísmo”	• Aumentar o bem-estar de um indivíduo.	• Tem muitas formas • Facilmente estimulado.	• Aumento do envolvimento da comunidade baseado em um motivo instrumental ou de consequência inesperada.
“Altruísmo”	• Possui o objetivo final de aumentar o bem-estar de uma ou mais pessoas.	• Pode ser estendido a um grupo	• Pode ser limitada a pessoas por quem a empatia é sentida.
Coletivismo	• Possui o objetivo final de aumentar o bem-estar de um grupo.	• Focado em um bem comum.	• Pode ser limitado a um grupo.
Principalíssimo	• Intenção de buscar princípios morais com a justiça.	• Dirigido a um valor universal e imparcial	• Pode ser enfraquecido pela racionalização

Fonte: Adaptado de Batson (2002) *citado por* Cavalcante (2012).

Segundo Batson (2002), a motivação pode ser definida a partir de comportamentos e está sujeita a se modificar mediante as situações, sendo assim incitada por ameaças ou oportunidades que estão relacionadas aos valores do indivíduo. No entanto, enquanto “O Inventário das Funções do Voluntário (VFI)” de Clary, Snyder e Ridge (1999), e os “4 Motivos” de Batson (2002), centram-se em identificar os motivos que levam os indivíduos a se inserirem e permanecerem nas atividades voluntárias, o modelo teórico de Cavalcante (2016), com base em Mostyn (1983), surge complementarmente na identificação das motivações para entrada, permanência e saída nesse contexto do voluntariado.

Nesta perspectiva, Mostyn (1983), desenvolveu estudos que objetivavam o devido entendimento quanto ao sentido do trabalho voluntário, obtendo em seus resultados cinco fatores para o exercício do voluntariado, sendo eles: “Altruísmo”, Justiça social, “Afiliação”, “Aprendizagem” e “Egoísmo”, assim como apresenta o Quadro 23 a seguir:

Quadro 23- Hierarquia do Trabalho Voluntário

Nível do Trabalho Voluntário	Distinção do Valor da Ação e da Atitude dos Pesquisadores
Altruísta	A decisão está relacionada à promoção do bem-estar.
Justiça Social	A decisão é embasada na percepção de justiça social.
Afiliação	O voluntário procura estabelecer relações sociais com sujeitos em situação semelhante.
Aprendizado	O voluntário tem interesse no autodesenvolvimento através da procura de competências e habilidades específicas.
Egoísta	A ação é vinculada à perspectiva da autoproteção, mediadas pela ideia da obtenção e/ou preservação de vantagens próprias, ainda que secundariamente vinculadas ao coletivo.

Fonte: Baseado em Cavalcante (2016).

Baseando-se em Mostyn (1983), Cavalcante (2016) validou a pesquisa no Brasil, desenvolvendo um instrumento através do qual busca medir quantitativamente as motivações de entrada, permanência, expectativas para o trabalho voluntário e possíveis motivos que ocasionem a saída dos voluntários. Portanto, a seguir explanam-se as principais características de cada fator motivacional para o trabalho voluntário de acordo com o estudo de Cavalcante (2016):

- “Altruísta” - retrata a percepção subjetiva de autossacrifício por parte do voluntário, envolve risco, insalubridade e periculosidade, sob a perspectiva da consciência de espécie ou de questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos. Nesse caso, há uma consciência societal e caráter universalista.
- “Justiça Social”- traz indicadores característicos de “Justiça social” e igualdade. Este fator reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, via fornecimento de apoio direto aos menos aptos e prósperos, tais como idosos, crianças, desabilitados e pacientes em hospitais, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania, numa perspectiva local. Busca, com a atividade voluntária, construir cidadania e justiça social.
- “Afiliação”- onde são contemplados os motivos vinculados à avaliação subjetiva de contribuição para o bem-estar social e de desafortunados em particular, sob perspectiva amistosa, em que o voluntário se sente compartilhando algo de si mesmo com alguém

em dado espaço organizacional. Almeja a “Afiliação” a um grupo por meio da atividade voluntária.

- “Aprendizado”- reúne motivos de uma forma específica de aprimoramento social não centrada em temas cruciais ou aflitivos, mas que, de alguma forma, transmitem ao voluntário a sensação de estar, simultaneamente, promovendo a si e a vida do receptor sob a perspectiva da interação grupal. Busca o autodesenvolvimento através de ações que estimulem o intelecto via voluntariado.
- “Egoísta”- este grupo de indicadores congrega motivos centrados na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto a indivíduos e coletividades. Trata-se de um posicionamento centrado no eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário. Portanto, é egoísta em essência (Cavalcante, 2016).

Diante do exposto, concordando com Vergara (2013), considera-se a motivação como um processo contínuo na vida das pessoas e, por isso, os estímulos sentidos por cada motivo ou necessidade que possa existir no voluntariado devem ser considerados e analisados. Ainda assume-se que as motivações para o trabalho voluntário, sejam elas “Altruístas”, nível mais elevado da hierarquia motivacional, ou “Egoístas”, estando este fator no nível mais baixo, não são mutuamente excludentes, ou seja, podem apresentar-se simultaneamente, variando em maiores e menores graus.

5.2.3 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O VOLUNTARIADO: PROPOSIÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

O presente estudo tem por participação cidadã às práticas e mecanismos que permitem aos cidadãos influenciar e contribuir ativamente na formulação e implementação de políticas públicas (Barddal; Torres, 2020; Borges; Neto, 2020; Santos, 2024). No entanto, é importante ressaltar que a mesma pode apresentar diferentes níveis de envolvimento por parte dos cidadãos. Assim, este trabalho se propõe a explorar quatro níveis de participação cidadã evidenciados na literatura, sendo o primeiro nível, Informação, caracteriza-se por um relacionamento unidirecional onde o governo fornece informações aos cidadãos (Pateman, 1970; Arnstein, 2002; Fung, 2006; IAPP, 2007; Harbers, 2007; OCDE, 2011; Jo & Nabatchi, 2021; Alamoudi, Abidoye & Lam, 2022). O segundo nível, Consulta, envolve uma interação bidirecional,

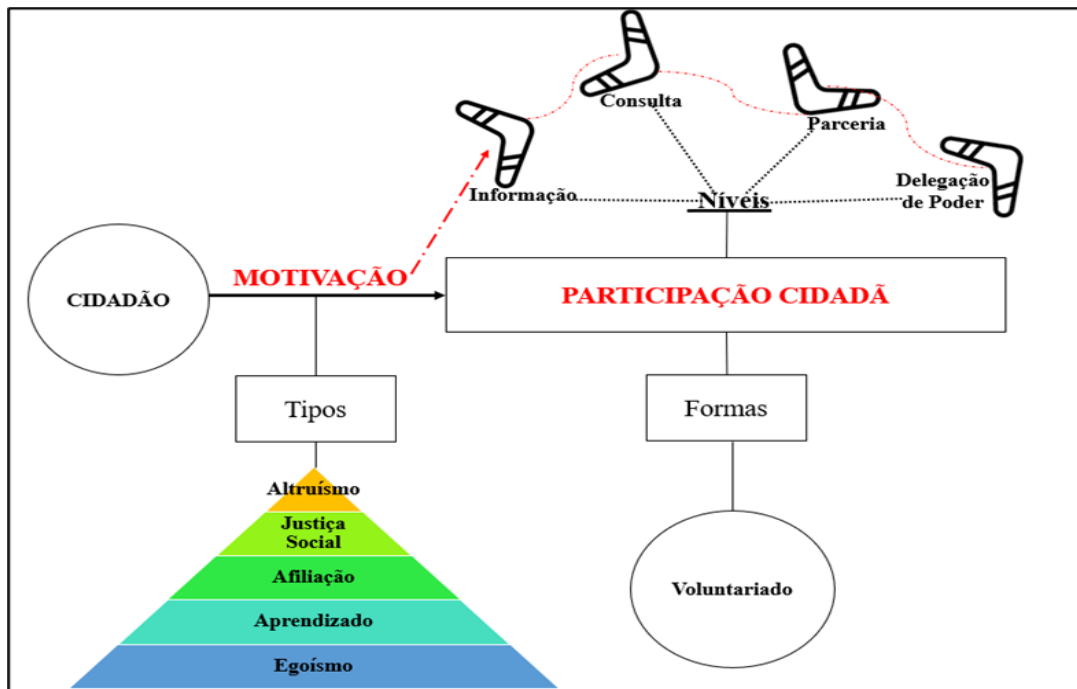
permitindo que os cidadãos forneçam feedback ao governo sobre questões previamente estabelecidas (Pateman, 1970; Arnstein, 2002; Fung, 2006; IAPP, 2007; Harbers, 2007; OCDE, 2011; Jo & Nabatchi, 2021; Alamoudi, Abidoye & Lam, 2022).

No terceiro nível, Parceria, os cidadãos colaboram com o governo na tomada de decisões e na identificação de soluções (Pateman, 1970; Arnstein, 2002; Fung, 2006; IAPP, 2007; Harbers, 2007; OCDE, 2011; Jo & Nabatchi, 2021; Alamoudi, Abidoye & Lam, 2022). Finalmente, o quarto nível, Delegação de Poder, confere aos cidadãos autonomia parcial ou total na tomada de decisões (Fung, 2006; Harbers, 2007; IAPP, 2007). Estes níveis de participação destacam a importância de proporcionar aos cidadãos diferentes maneiras de se envolver e contribuir para o bem-estar comunitário e a governança democrática.

Nessa perspectiva, este estudo sustenta a premissa crucial de que as motivações individuais exercem uma influência determinante na participação dos cidadãos em questões públicas, estabelecendo um ciclo contínuo semelhante ao movimento de um bumerangue. Analogamente, concebemos a motivação do cidadão como a força propulsora que impulsiona o arremesso do bumerangue, sendo suscetível a diversas intensidades e origens que podem instigar a participação por motivos diversos. Porém, independentemente da natureza específica do impulso, a relevância crucial reside na canalização eficaz dessa motivação em direção à participação (Amorim; Cavalcante, 2023).

Nesse sentido, alinhando-se à perspectiva de Holanda (2012), concordamos que é através da otimização do envolvimento individual que a verdadeira participação nas questões públicas facilita a promoção da cidadania, constituindo, por sua vez, a base para o engajamento contínuo. A seguir, demonstra-se na Figura 14 este pressuposto teórico descrito:

Figura 14- Pressuposto teórico



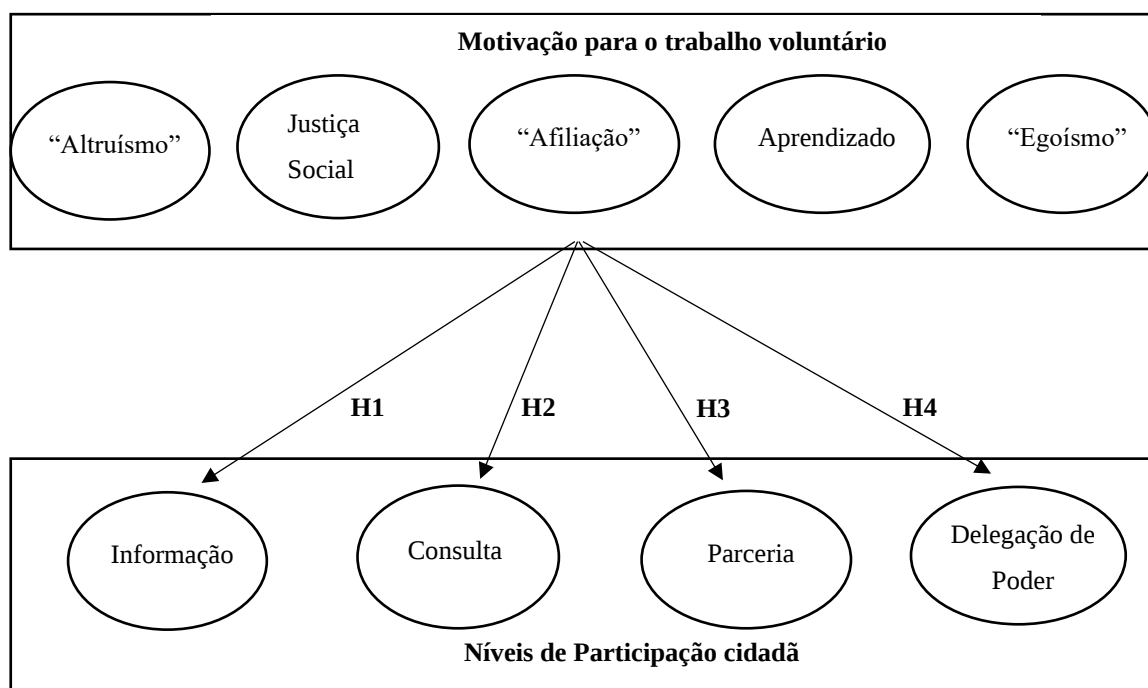
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como pode ser visualizado na Figura 14, ao buscar a mensuração do construto do voluntariado, optamos por uma análise centrada nas motivações específicas associadas a essa forma particular de engajamento cidadão. Com efeito, conforme a abordagem de Musick e Wilson (2008), reconhecemos que a compreensão de qualquer comportamento humano, incluindo a prática do voluntariado, está intrinsecamente ligada às intenções, razões e motivações subjacentes.

Nessa perspectiva, para a avaliação da motivação no trabalho voluntário, esta pesquisa adotou o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário, desenvolvido por Cavalcante (2016). Esse modelo, validado em contexto nacional, emprega uma abordagem quantitativa e multidimensional, identificando cinco fatores motivacionais entre os voluntários: “Altruísmo”, “Justiça social”, “Afiliação”, “Aprendizagem” e “Motivação Egoísta”.

Quanto à mensuração dos níveis de participação cidadã, empregamos uma escala que foi meticulosamente elaborada e validada durante a condução do Estudo III desta pesquisa. Assim, com o intuito de analisar a relação entre esses dois construtos, ou seja, a motivação para o voluntariado e os níveis de participação cidadã, apresentamos na Figura 15 o modelo teórico a ser testado neste estudo.

Figura 15-Modelo teórico e hipóteses de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Diante da estrutura representada na Figura 15, percebe-se, teoricamente, que distintos tipos de motivações desempenham um papel impulsionador na participação dos indivíduos em questões públicas. Dessa premissa, derivam quatro hipóteses de estudo, estabelecendo relações entre os fatores motivacionais ("Altruísmo", Justiça Social, "Afiliação", "Aprendizado" e "Egoísta") e os diversos níveis de participação cidadã ("Informação", "Consulta", "Parceria" e "Delegação de Poder"). Essas hipóteses são detalhadamente apresentadas no Quadro 24:

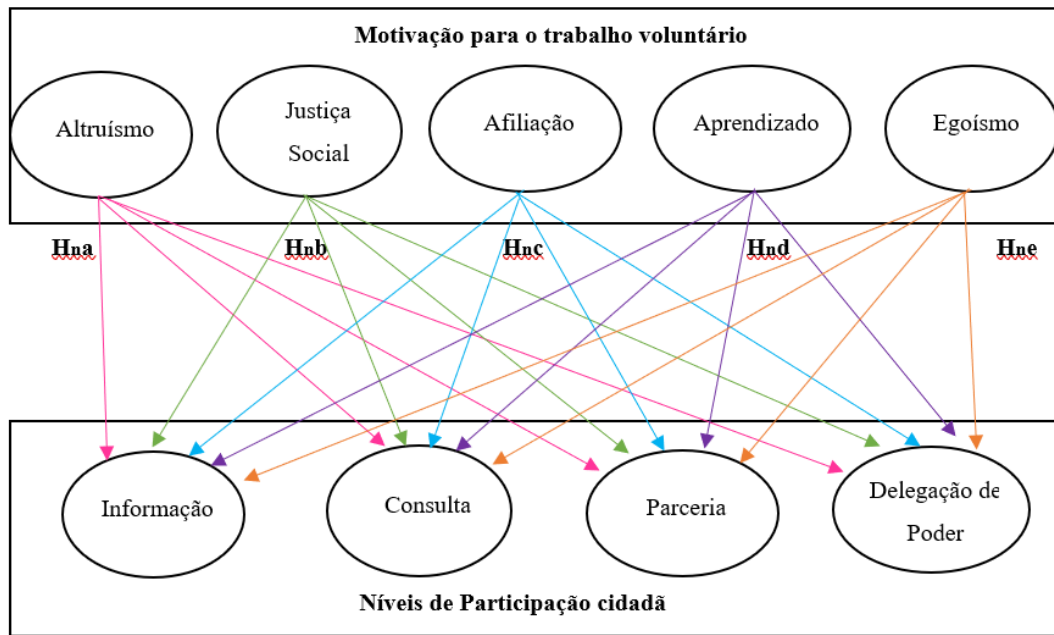
Quadro 24- Hipóteses de pesquisa

- H1: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível 'Informação' da Participação cidadã.**
H2: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível 'Consulta' da Participação cidadã.
H3: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.
H4: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.

Fonte: Elaboração própria (2023)

É importante ressaltar que, na construção teórica e interdependência dos fatores, os distintos tipos de motivações exercem influência nos diferentes níveis de participação, resultando nas sub-hipóteses de pesquisa que são ilustradas na Figura 16:

Figura 16-Sub hipóteses de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Diante do exposto, considerando o primeiro nível de participação cidadã, denominado “Informação”, trata-se de um relacionamento unidirecional, onde o Governo desempenha o papel de produtor e fornecedor de informações sobre questões de importância pública aos cidadãos. No entanto, apesar de aparentemente demonstrar os indivíduos em uma posição de maior passividade quando comparado a outros níveis, o fato é que a motivação para o envolvimento dos mesmos inicia com o interesse de se informar.

Nesse sentido, segundo Hustinx e Lammertyn (2003), pessoas que exercem trabalho voluntário são motivadas pelo desejo de adquirir informações precisas e atualizadas sobre questões relevantes, possibilitando uma compreensão mais profunda e informada dos assuntos que impactam diretamente o seu contexto social.

Complementarmente, estudos como os de Jenkins e Carpentier (2013), bem como Darch e Underwood (2010), demonstram que a motivação para a participação cidadã no nível de Informação pode estar ligada à crença na transparência governamental. Pois, os voluntários buscam ativamente se apropriar de informações claras e acessíveis, acreditando que o fácil acesso a dados governamentais fortalece a participação efetiva dos mesmos quanto cidadãos.

De acordo com Worthy (2010) a promoção da transparência é percebida como um catalisador para o desenvolvimento da participação cidadã, de modo que o acesso à informação, permite que os indivíduos compreendam as decisões governamentais, exerçam seus direitos de

forma mais consciente, e consequentemente estes se sentirão mais motivados a participar. Diante desses indícios, a primeira hipótese a ser testada por esta pesquisa é:

H1: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível “Informação” da Participação cidadã.

H1a: As motivações “Altruístas” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.

H1b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.

H1c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.

H1d: As motivações de “Aprendizado” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.

H1e: As motivações “Egoístas” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.

O nível de participação denominado no modelo de “Consulta”, marca uma transição para uma dinâmica bidirecional na qual os cidadãos têm a oportunidade de fornecer feedback aos gestores públicos. Contudo, embora os cidadãos tenham a possibilidade de expressar suas opiniões, não há garantia de que essas contribuições serão efetivamente consideradas no processo decisório.

Na presente perspectiva, destacam-se estudos que exploram a intrincada relação entre a motivação voluntária e a participação cidadã (Marques, 2016; Silva et al. 2020; Oliveira, 2019). Nesse sentido, pesquisa conduzida por Santos et al. (2015) sugere que voluntários motivados por valores de cidadania ativa e responsabilidade social manifestam um engajamento mais proativo na expressão de suas opiniões sobre questões governamentais.

Segundo Oliveira (2019), a motivação voluntária centrada na busca por mudanças positivas na sociedade está diretamente associada a uma maior disposição para participar quando consultados. Portanto, acredita-se que voluntários que se enxergam como agentes de transformação social percebem a oportunidade de expressar suas visões como uma extensão natural de seu compromisso com o bem coletivo.

Adicionalmente, estudos sobre participação cidadã conduzidos por Silva e Izá (2020) enfatizam que a motivação voluntária exerce uma influência direta na percepção da eficácia individual na formulação de políticas governamentais. Indivíduos mais motivados tendem a acreditar que suas opiniões são valorizadas e consideradas pelo governo, estimulando, por conseguinte, uma participação mais ativa por parte deles.

Por outro lado, os estudos de Silva et al. (2020) realçam que a motivação para o trabalho voluntário, quando centrada no desejo de contribuir para decisões que impactam a comunidade, está significativamente associada a uma participação mais ativa na fase de consulta. Assim, a percepção de que suas opiniões podem ser expressas, mesmo diante da incerteza sobre a efetiva

consideração de suas contribuições, proporciona ao voluntário um sentimento de pertencimento.

Diante do exposto, a segunda hipótese a ser testada por esta pesquisa está a seguir:

H2: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

H2a: As motivações “Altruístas” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

H2b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

H2c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

H2d: As motivações de “Aprendizado” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

H2e: As motivações “Egoístas” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.

No terceiro nível de participação, denominado “Parceria”, estabelece-se uma relação colaborativa entre cidadãos e governo, com a participação ativa de ambas as partes no processo de elaboração de políticas. Nesse cenário, os cidadãos engajam-se na construção de consenso e na produção de um acordo conjunto por meio de intensa negociação. Essa dinâmica reflete uma abordagem cooperativa e participativa na qual os interesses das duas partes são considerados para alcançar soluções mais abrangentes e eficazes.

A participação cidadã em parceria com o Estado, frequentemente, alcança níveis mais avançados, como a coprodução de políticas públicas. Nessa colaboração mais estreita entre cidadãos e instituições governamentais, ocorre uma interação mais profunda, envolvendo negociações, tomada de decisões conjuntas e implementação de ações coletivas. Logo, a motivação dos cidadãos desempenha um papel crucial nesse contexto, influenciando sua disposição para contribuir com ideias, recursos e esforços na consecução de objetivos comuns.

Estudos empíricos destacam que cidadãos motivados por um senso de responsabilidade cívica e pela busca de melhorias na comunidade têm uma propensão maior a participar ativamente em parcerias com o Estado (O’leary, 2005, Gastil; Levine, 2005; Bovaird; 2015). Ademais, de acordo com Nabatchi e Leighninger (2015), a confiança nas instituições governamentais e a percepção de que suas contribuições são valorizadas e efetivamente incorporadas aos processos decisórios também emergem como fatores motivacionais relevantes.

Adicionalmente, acredita-se que as motivações dos voluntários para a participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas podem impactar positivamente o processo de educação cívica (Verba et al., 1995; Kinyondo; Pelizzo, 2019). Os estudos demonstram que, ao buscarem compreender questões complexas, explorar soluções e promover discussões

informadas, os voluntários não apenas enriquecem seu entendimento individual, mas também oferecem à comunidade oportunidades valiosas para aprendizado prático sobre o funcionamento do governo, os desafios sociais e as diversas perspectivas existentes.

Nessa perspectiva, ao serem motivados a participar ativamente no processo de formulação de políticas públicas, os voluntários desempenham um papel fundamental no fortalecimento da educação cívica, capacitando não apenas a si mesmos, mas também contribuindo para o enriquecimento do conhecimento cívico na comunidade em geral. Dessa forma, evidências teóricas robustas sustentam a terceira hipótese desta pesquisa.

H3: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

H3a: As motivações “Altruístas” impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

H3b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

H3c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

H3d: As motivações de “Aprendizado” impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

H3e: As motivações “Egoístas” impulsionam o nível ‘Parceria’ da Participação cidadã.

E por fim, no que tange à quarta hipótese, esta associa o voluntariado ao nível de participação “Delegação de Poder”, que, por sua vez, denota aos cidadãos a autonomia de decisão. Assim, o grupo de interessados é autorregulado e detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.

Diante do exposto, o referido nível de participação representa o grau mais elevado de envolvimento cívico, conferindo aos cidadãos a capacidade de tomar decisões de maneira autônoma (Arnstein, 2002; Alamoudi; Abidoye; Lam, 2022). Nesse contexto, a motivação ao voluntariado desempenha um papel relevante ao influenciar diretamente a disposição dos indivíduos para assumirem responsabilidades de tomada de decisão.

Estudos, como os conduzidos por Smith e Johnson (2018) e Silva et al.(2020), indicam que voluntários frequentemente desenvolvem habilidades de liderança, pensamento crítico e gestão, características essenciais para a delegação eficaz de poder. Portanto, ao dedicarem tempo e esforço ao voluntariado, os indivíduos aprimoram suas competências, tornando-se mais propensos a assumir papéis de liderança em contextos participativos.

Além disso, a motivação subjacente ao voluntariado, seja ela centrada no “Altruísmo”, justiça social, “Afiliação”, “Aprendizado” ou “Motivação egoísta”, pode moldar a forma como os voluntários abordam a delegação de poder (Batson, 2002; Cavalcante, 2016). Por exemplo,

voluntários motivados pelo “Altruísmo” podem buscar oportunidades para capacitar outros cidadãos, promovendo uma cultura de autonomia e responsabilidade compartilhada (Clary *et. al.*,1999; Penner, 2002; Lautert, 2008; Wilson, 2008).

Assim, ao destacar o voluntariado como um precursor fundamental para participação cidadã no nível “Delegação de poder”, reconhecemos que a participação ativa e comprometida dos voluntários não apenas fortalece a capacidade da comunidade de tomar decisões autônomas, mas também estabelece um terreno fértil para o desenvolvimento de uma cultura participativa e democrática. Portanto, os estudos aqui citados evidenciam a possível relação que proporciona base para a quarta hipótese dessa pesquisa:

H4: As motivações para o trabalho voluntário impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

H4a: As motivações “Altruístas” impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

H4b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

H4c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

H4d: As motivações de “Aprendizado” impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

H4e: As motivações “Egoístas” impulsionam o nível ‘Delegação de Poder’ da Participação cidadã.

Diante dos modelos teóricos e hipóteses de pesquisa expostas, e que serão testados nesta pesquisa, passa-se a seguir para a apresentação da proposta metodológica.

5.3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa classifica-se como aplicada, pois esta, tendo por objetivo analisar a possível relação entre a motivação voluntária e os níveis de participação cidadã dos conselheiros atuantes no Orçamento democrático da Paraíba. Assim, espera-se que este estudo não apenas gere conhecimento, mas que possibilite aplicações práticas na direção de solução de problemas na relação Estado e sociedade (Silva; Menezes, 2007).

Quanto à abordagem do problema, considera-se a pesquisa quantitativa, tendo em vista que a mesma, a partir dos métodos estatísticos e ciências naturais, constitui relações entre dois fenômenos: motivação e a participação dos indivíduos. E, quanto aos objetivos da pesquisa, pode-se dizer que, com base em Lakatos e Marconi (2005), esta é descritiva, tendo em vista que

a mesma objetiva descrever os graus de participação, bem como os tipos de motivações dos cidadãos em se envolverem nas questões públicas.

Nessa perspectiva, o universo do estudo é constituído por 390 conselheiros voluntários, pertencentes aos 14 Conselhos Regionais do Orçamento Democrático do estado da Paraíba. No entanto, a amostra para a realização do estudo foi constituída por 201 conselheiros. Assim, ressalta-se que a coleta de dados foi realizada por meio de questionários distribuídos via aplicativos de mensagens, utilizando a plataforma Google Forms.

A escala foi construída pela integração de dois instrumentos distintos. O primeiro, desenvolvido e validado por Cavalcante (2016), teve como objetivo categorizar as motivações voluntárias. O segundo instrumento, elaborado e validado no Estudo II desta tese, concentrou-se na identificação dos níveis de participação cidadã.

Diante do exposto, segue no Quadro 25 abaixo as dimensões e fatores dos instrumentos utilizados para devidas coleta dos dados.

Quadro 25- Dimensões e fatores dos instrumentos utilizados

Questionário sobre os níveis de participação cidadã: uma escala de mensuração do tipo Likert, com pontuações variando de 0 a 10 (AMORIM; CAVALCANTE, 2023)		
Dimensão	Indicador	Descrição do Item
INFORMAÇÃO	INFO1	Busco me informar sobre os problemas sociais da minha comunidade.
	INFO2	Acredito que estar presente em assembleias públicas faz diferença nas decisões do Estado.
	INFO3	Sou um cidadão participativo quando escuto as propostas das autoridades competentes.
	INFO4	Participo com a implementação dos serviços públicos quando concordo com as decisões das autoridades competentes.
	INFO5	Participo como cidadão quando sou informado sobre as decisões do Estado sobre a minha comunidade.
CONSULTA	CONS1	Participo ativamente quando o Estado consulta minha opinião sobre questões públicas.
	CONS2	Compartilhar minhas ideias para resolução dos problemas públicos faz parte do meu exercício da cidadania.
	CONS3	Respondo questionários fornecidos pelos órgãos públicos para a melhoria dos serviços públicos.
	CONS4	Estou satisfeito em expressar minhas sugestões para enquetes do governo, mesmo que eu não tenha garantia de que serão colocadas em prática.
PARCERIA	PARC1	Busco monitorar se as minhas sugestões estão sendo aceitas para a melhoria dos serviços públicos.
	PARC2	Participo nas formulações de políticas públicas junto ao Estado.
	PARC3	Faço parte de ações realizadas em parcerias entre o Estado e cidadãos.
	PARC4	Participo de negociações com as autoridades competentes para decidir sobre as melhores opções nos serviços públicos.
	DDP1	Sou um cidadão participativo que busca soluções para os problemas sociais da minha comunidade.
	DDP2	Implemento projetos por conta própria para a melhoria da comunidade.
	DDP3	Tenho voz junto às autoridades públicas nas tomadas de decisões de políticas públicas.

DELEGAÇÃO DE PODER	DDP4	Tenho autonomia de decisão em algumas questões públicas da minha comunidade.
	DDP5	Existem serviços públicos na minha comunidade que eu tenho poder de decisão parcial ou total.
	DDP6	Busco promover ações de melhorias na minha comunidade sem esperar pelo Estado.
Questionário sobre motivações para o trabalho voluntário: uma escala de mensuração do tipo Likert, com pontuações variando de 0 a 10 (CAVALCANTE, 2016)		
Dimensão	Indicador	Descrição do Item
ALTRUISTA	ALT_1	Permaneci porque tenho conseguido ajudar pessoas.
	ALT_2	Permaneci porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.
	ALT_3	Permaneci porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.
	ALT_4	Permaneci porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor.
	ALT_5	Permaneci porque considero meu trabalho importante
JUSTIÇA SOCIAL	JUST_1	Permaneci porque sinto que estou ajudando as comunidades.
	JUST_2	Permaneci porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.
	JUST_3	Permaneci porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.
	JUST_4	Permaneci porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.
AFILIAÇÃO	AFIL_1	Permaneci porque estou com pessoas com os mesmos interesses.
	AFIL_2	Permaneci porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.
	AFIL_3	Permaneci porque estou fazendo novos amigos.
APRENDIZAGEM	APREN_1	Permaneci porque estou aprendendo a lidar com pessoas.
	APREN_2	Permaneci porque estou aprendendo novos conhecimentos.
	APREN_3	Permaneci porque estou tendo novos desafios e experiências.
	APREN_4	Permaneci porque estou aprendendo algo.
EGOÍSTA	EGO_1	Permaneci porque estou preenchendo o tempo livre.
	EGO_2	Permaneci porque estou sendo reconhecido.
	EGO_3	Permaneci porque estou me sentindo melhor como pessoa.
	EGO_4	Permaneci porque estou com boa autoestima.
	EGO_5	Permaneci porque me sinto importante fazendo esse trabalho.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Neste contexto, buscou-se explorar o que leva os voluntários a se envolverem em questões de interesse público, à luz das motivações, uma vez que estas desempenham um papel fundamental na orientação do comportamento humano. Logo, objetivando analisar a relação entre as motivações para o trabalho voluntário e a participação cidadã, foi utilizada uma combinação entre análises fatoriais e regressões múltiplas utilizando o software SPSS.

A próxima seção trará os resultados da pesquisa, abrangendo todos os procedimentos metodológicos mencionados até o momento.

5.4 RESULTADOS

A presente seção é dedicada a apresentar analiticamente os resultados obtidos. Inicialmente, apresenta-se uma análise exploratória dos dados e detalha-se o perfil da amostra. Logo em seguida, discorreram-se os resultados das análises fatoriais exploratórias (AFE) e análises fatoriais confirmatórias (AFC). Por fim, tem-se os testes das relações conjecturadas por meio de regressões lineares múltiplas.

5.4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

O processo inicial da análise exploratória dos dados começou com a verificação de possíveis valores ausentes no conjunto de dados. Identificou-se a ausência de um valor relacionado ao item DDP5 da escala de Delegação de Poder, e para lidar com isso, optou-se por substituir o valor ausente pela média do indicador ($M = 2,870$).

Em seguida, foram examinadas as características estatísticas, como médias, desvios padrão, valores mínimos, máximos e quartis, dos itens em cada dimensão das escalas de níveis de participação cidadã (consultar Apêndice A) e de motivação (ver Apêndice B). As respostas mantiveram-se dentro do intervalo esperado ($mín = 1$; $máx = 10$), indicando a ausência de outliers. Observou-se que as médias dos itens relacionados à informação, consulta e parceria foram consistentemente superiores a 6, sugerindo uma tendência dos conselheiros em concordar com essas afirmações.

No entanto, em relação aos itens de “Delegação de poder”, as médias ficaram abaixo de 5, indicando uma opinião desfavorável por parte dos respondentes. Adicionalmente, as médias de “Justiça social” e “Altruísmo” também foram inferiores a 5, enquanto as médias de “Afiliação”, aprendizado e “Egoísmo” permaneceram acima desse valor. Isso revela que os respondentes concordam mais, em média, com as três últimas dimensões do que com as duas primeiras (“Justiça social” e “Altruísmo”).

Na análise dos quartis, observou-se que, em geral, para dimensões com respostas menores, 75% dos respondentes (terceiro quartil) apresentaram respostas até 7 para os itens da

dimensão parceria. Para delegação de poder, “Altruísmo” e “Justiça social”, a pontuação foi de até 6. Destaca-se que na dimensão “Justiça social”, houve uma diferença no primeiro item (JUST_1), em que o terceiro quartil contempla respostas até 8.

Após essas análises iniciais das respostas, o estudo avançou para a investigação do perfil dos respondentes.

5.4.2 PERFIL DA AMOSTRA

O perfil sociodemográfico desta amostra foi delineado por meio de análises detalhadas das variáveis pertinentes, englobando gênero, estado civil, idade, escolaridade, renda familiar, ocupação e possíveis interconexões entre esses elementos, seus familiares e o envolvimento em atividades voluntárias. A Tabela 14 subsequente oferece uma visão abrangente das características sociodemográficas desta amostra, proporcionando insights detalhados sobre os indicadores mencionados anteriormente.

Tabela 13- Caracterização da amostra

Variável	<i>f</i>	%	Variável	<i>f</i>	%
<i>Gênero</i>			<i>Idade</i>		
Feminino	78	38,6	Até 20 anos	4	2
Masculino	124	61,4	De 21 a 30 anos	30	14,9
			De 31 a 40 anos	89	44,1
			Acima de 41 anos	79	39,1
<i>Renda mensal</i>			<i>Escolaridade</i>		
Até R\$ 1000	29	14,4	Ensino fundamental incompleto/completo	21	10,4
Entre R\$ 1000 e R\$ 3000	107	53	Ensino médio incompleto/completo	122	60,4
Entre R\$ 3000 e R\$ 5000	60	29,7	Ensino superior incompleto/completo	59	29,2
Acima de R\$ 5000	6	3			

Fonte: Elaboração própria (2023).

De acordo com a Tabela 14, dos 201 participantes acessados, os homens possuem maior representatividade (61,4%). A faixa etária mais expressiva corresponde àqueles de 31 a 40 anos (44,1%). No que concerne à escolaridade, a maioria possui ensino médio incompleto ou completo (60,4%). Embora tivesse a opção de pós-graduação, é interessante apontar que nenhum respondente indicou ter pós-graduação incompleta ou completa. Por fim, destaca-se que a faixa de renda mensal mais recorrente é entre R\$ 1000 e R\$ 3000 (53%).

Diante dos resultados expostos, torna-se relevante destacar que, no tocante ao aspecto de gênero, o achado que revela a predominância de homens entre os conselheiros voluntários na amostra analisada contraria as tendências observadas em pesquisas anteriores dedicadas ao voluntariado.

De maneira geral, essas pesquisas indicam uma participação mais frequente de mulheres nesse cenário (Alves; Cavalcante, 2018; Lemos et al., 2019; Lemos et al., 2020). Contudo, é crucial observar que tais estudos foram conduzidos em contextos distintos, predominantemente em organizações não governamentais, ao passo que a presente pesquisa concentrou-se em voluntários de uma instituição governamental, os conselhos regionais do ODE.

Além disso, a natureza institucional abordada, ou seja, os conselhos, desempenha um papel significativo, uma vez que, no contexto paraibano, ainda são influenciados pelo legado histórico do patriarcado, o que pode impactar nas dinâmicas de participação de gênero. Essa distinção contextual destaca a importância de considerar variáveis específicas ao interpretar resultados sobre a composição de gênero no voluntariado, ressaltando a influência das particularidades locais.

5.4.3 MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO: ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (AFE)

A AFE foi conduzida para checar a dimensionalidade das medidas (Tabela 15). Teoricamente, as dimensões são unifatoriais. Algumas dimensões, no entanto, dividiram-se em dois fatores e os itens apresentaram cargas fatoriais baixas ($\lambda < 0,5$). Diante disso, decidiu-se retirar as seguintes variáveis observadas: ALT1 da escala de “Altruísmo”, JUST_1 da escala de “Justiça social” e EGO_1 da escala de “Egoísmo”. Os índices de Kayser-Meyer-Olkin (KMO) permaneceram acima de 0,6, indicando adequação para seguir com a AFE. Apenas a dimensão “Justiça social” apresentou um valor um pouco abaixo desse parâmetro. Contudo, conforme indica Hair Jr. *et al.* (2010), é possível considerar aceitável. Os testes de esfericidade de Bartlett tiveram significância estatística, sugerindo que as estruturas correlacionais são adequadas para análise fatorial (Costa, 2011).

Tabela 14- Análise fatorial exploratória de Motivação

Item	H^2	Cargas fatoriais	KMO	Bartlett			V.Exp.	α
				χ^2	gl.	Sig.		
ALT_2	0,699	0,836	0,634	254,67	6	0,000	58,71	0,757
ALT_3	0,483	0,695						
ALT_4	0,566	0,753						

ALT_5	0,601	0,775							
JUST_2	0,473	0,688							
JUST_3	0,743	0,862		0,568	94,14	3	0,000	58,65	0,641
JUST_4	0,544	0,737							
AFIL_1	0,629	0,793							
AFIL_2	0,718	0,847		0,637	111,21	3	0,000	62,37	0,690
AFIL_3	0,524	0,724							
APREN_1	0,603	0,776							
APREN_2	0,471	0,687							
APREN_3	0,601	0,775		0,679	185,03	6	0,000	55,66	0,724
APREN_4	0,547	0,740							
EGO_2	0,582	0,763							
EGO_3	0,707	0,841							
EGO_4	0,650	0,806		0,719	219,24	6	0,000	58,92	0,764
EGO_5	0,419	0,647							

Nota: KMO = Kayser-Meyer-Olkin; χ^2 = Qui-quadrado; gl. = Graus de Liberdade; Sig. = significância; V.Exp. = Variância Explicada; α = Alfa de Cronbach.

Fonte: Elaboração própria (2023).

As variâncias explicadas são superiores a 50%, o que indica que os fatores explicam mais da metade da variação dos itens. As medidas também possuem consistência interna adequada, dado que os valores dos alfas de *Cronbach* são maiores do que o valor limítrofe de 0,6 (COSTA, 2011).

5.4.4 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (AFE)

O mesmo procedimento da etapa anterior foi seguido para examinar a estrutura fatorial das dimensões dos níveis de participação cidadã (Tabela 16). Identificou-se, novamente, que alguns itens possuíam cargas fatoriais baixas, isto é, menores do que 0,5, e carregavam em fatores diferentes. Por esse motivo, decidiu-se por removê-los, quais sejam: INFO1 da escola de informação, DDP1 e DDP5 da escala de delegação de poder. Isto feito, é possível verificar que os índices de KMO indicam que a estrutura é satisfatória para a análise de fatores e o teste de esfericidade de *Bartlett* corrobora esse aspecto ao indicar que a matriz de covariância não é uma matriz identidade.

Tabela 15- Análise fatorial exploratória de Níveis de Participação Cidadã

Item	H^2	Cargas fatoriais	KMO	Bartlett			V.Exp.	A
				χ^2	gl.	Sig.		
INFO2	0,543	0,737						
INFO3	0,716	0,846	0,697	229,365	6	0,000	58,50	0,757
INFO4	0,712	0,844						

INFO5	0,368	0,607						
CONS1	0,562	0,750						
CONS2	0,381	0,618						
CONS3	0,549	0,741	0,614	149,51	6	0,000	50,31	0,660
CONS4	0,520	0,721						
PARC1	0,461	0,679						
PARC2	0,594	0,771	0,612	152,07	6	0,000	51,35	0,678
PARC3	0,548	0,741						
PARC4	0,451	0,672						
DDP2	0,538	0,733						
DDP3	0,713	0,845	0,742	200,71	6	0,000	58,60	0,763
DDP4	0,578	0,760						
DDP5	0,515	0,718						

Nota: KMO = Kayser-Meyer-Olkin; χ^2 = Qui-quadrado; gl. = Graus de Liberdade; Sig. = significância; V.Exp. = Variância Explicada; α = Alfa de Cronbach.

Fonte: Elaboração própria (2023).

As variâncias explicadas também são satisfatórias, sinalizando que mais de 50% da variância é capturada pelos fatores (HAIR Jr. *et al.*, 2010). As dimensões também apresentam confiabilidade adequada, uma vez que os valores de alfa de *Cronbach* são superiores a 0,6 (Costa, 2011).

5.4.5 VALIDADE CONVERGENTE E DISCRIMINANTE DAS MEDIDAS

Averiguou-se também as validades convergentes e discriminantes dos construtos (Tabela 17). O primeiro aspecto foi conferido por meio da análise da variância média extraída (em inglês: AVE – *average variance extracted*), que indica a variância comum compartilhada entre os itens do fator em função da variância total. Tendo em vista que as AVEs ficaram acima de 0,5, pode-se concluir que há validade convergente, ou seja, mais de 50% da variância total dos itens decorre da variância comum e não da variância do erro (Fornell; Larcker, 1981).

A validade discriminante foi verificada ao comparar as raízes quadradas das AVEs com as correlações entre os construtos, conforme critério indicado por Fornell e Larcker (1981). As variáveis apresentaram validade discriminante, visto que atendem ao critério supracitado, exceto as variáveis aprendizado e consulta ($r = 0,912$) e “Egoísmo” e “Informação” ($r = 0,909$), que possuem uma correlação maior do que a raiz quadrada da AVE. Isso indica que esses itens não se diferenciam. Portanto, na etapa de teste das hipóteses, tais relações não serão consideradas. Menciona-se, ainda, que as confiabilidades compostas sugerem que as medidas possuem consistência interna, uma vez que todas são superiores a 0,7 (HAIR JR. *et al.*, 2010).

Tabela 16- Validade convergente e discriminante

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. “Altruísmo”	0,845								
2. Justiça social	0,433**	0,844							
3. “Afiliação”	0,283**	0,439**	0,864						
4. Aprendizado	0,198**	0,224**	0,487**	0,828					
5. “Egoísmo”	0,181*	0,226**	0,384**	0,428**	0,845				
6. Informação	0,149*	0,209**	0,368**	0,392**	0,909**	0,841			
7. Consulta	0,180*	0,207**	0,435**	0,912**	0,393**	0,420**	0,795		
8. Parceria	0,215**	0,430**	0,835**	0,378**	0,268**	0,358**	0,395**	0,802	
9. Delegação de poder	0,639**	0,779**	0,322**	0,153*	0,206**	0,233**	0,163*	0,352**	0,844
CC	0,909	0,880	0,898	0,897	0,908	0,905	0,873	0,878	0,908
AVE	0,714	0,712	0,746	0,685	0,714	0,708	0,632	0,644	0,713

Nota: Os valores diagonais representam as raízes quadradas da AVE. Abaixo da diagonal são as correlações.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ao examinarmos a Tabela 17, observamos com destaque os valores em negrito na diagonal principal, representando a raiz quadrada das Variâncias Extraídas (AVE). Logo, todos esses valores estão alinhados com o parâmetro de referência estabelecido em 0,7 (Hair, Jr. et al., 2010). Portanto, esses resultados representam a validade convergente do modelo, indicando uma relação coerente entre os itens que compõem cada construto.

Ao analisar os valores ao longo da diagonal principal, tanto no nível dos itens quanto dos fatores, na comparação com as correlações entre as variáveis latentes (valores fora da diagonal), torna-se evidente a validade discriminante do modelo. Essa análise, fundamentada nas diretrizes de Fornell-Lacker (1981) e Hair Jr. et al. (2010), sugere que os construtos são distintos entre si, reforçando a solidez do modelo na representação fiel das relações entre os diferentes elementos estudados.

Quanto às Variâncias Extraídas (AVE) dos fatores, evidenciadas na parte inferior da Tabela 17, indicam que todas as dimensões satisfazem os critérios estatísticos, uma vez que estão dentro da faixa de referência de 0,5. Nesse sentido, esse conjunto de resultados respalda a robustez estatística do modelo, sugerindo que a variabilidade capturada por cada construto é significativa e bem definida.

5.4.6 ANÁLISE DAS RELAÇÕES CONCEITUAIS

Conduziu-se análises de regressões lineares múltiplas (método *enter*) para averiguar se as dimensões de motivação explicam os níveis de participação cidadã. Primeiramente, analisou-se em que medida as dimensões de motivação influenciam o nível “Informação”.

Nessa etapa, a análise foi feita com quatro dimensões de motivação, visto que a dimensão “Egoísmo” é altamente correlacionada com o nível “Informação”, sendo consideradas variáveis sobrepostas. Assim, os resultados sugerem que há influência estatisticamente significativa das dimensões de motivação no nível de informação ($F(4, 196) = 12,054, p < 0,001; R^2_{\text{ajustado}} = 0,181$). A Tabela 18 demonstra os índices obtidos.

Tabela 17- Variáveis preditoras de Informação

Tabela 17 – Variáveis preditoras de infrequência			
Preditores	Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p-value</i>
	<i>B</i>		
(Constant)	-	8,262	0,000
“Altruísmo”	0,014	0,201	0,841
Justiça social	0,049	0,646	0,519
“Afiliação”	0,208	2,610	0,010
Aprendizado	0,277	3,763	0,000

Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme demonstra a Tabela 18, no nível inicial de participação, denominado "Informação", observa-se uma considerável influência das motivações "Afiliação" ($b = 0,208, p < 0,05$) e "Aprendizagem" ($b = 0,277, p < 0,001$). Nesse estágio, observa-se que os cidadãos buscam ativamente estabelecer conexões sociais (Afiliação), ao mesmo tempo em que demonstram interesse no autodesenvolvimento e na aquisição de competências específicas (Aprendizagem).

Nesse sentido, a necessidade fundamental de pertencimento, conforme proposto por Mostyn (1983) e Cavalcante (2016), destaca o desejo dos indivíduos de se conectarem a grupos sociais, participar de comunidades e sentir-se parte de algo maior. Portanto, a motivação "Afiliação" nesse nível reflete o anseio por conexões sociais no contexto da participação cidadã, proporcionando um senso de pertencimento a um determinado contexto (Cavalcante, 2016). Nessa perspectiva, os resultados apresentados estão em consonância com as conclusões de Ferraz (2017), uma vez que a autora ressalta que, além da contribuição dos voluntários para causas sociais, eles também atribuem grande valor à oportunidade de estabelecer novas amizades, fortalecer vínculos sociais e integrar-se a um grupo que compartilha interesses similares.

A motivação intrínseca para aprender, relacionada à "Aprendizagem", indica que, no estágio inicial, os cidadãos são impelidos a adquirir informações sobre questões públicas, políticas governamentais e processos decisórios (Hustinx; Lammertyn, 2003; Darch;

Underwood, 2010). Portanto, concordando com Jenkins e Carpentier (2013), infere-se que o desejo por aprendizados reflete a busca por conhecimento e desenvolvimento pessoal, permitindo que os voluntários participem de maneira informada no ambiente cívico.

Na sequência, buscou-se verificar em que medida as motivações explicavam o nível de consulta. Também é válido recapitular que a dimensão “Aprendizado” possui correlação alta com a dimensão “Consulta”, sendo esta relação não considerada nesta etapa. Assim, prosseguiu-se a análise com “Altruísmo”, “Justiça social”, “Afiliação” e “Egoísmo” enquanto variáveis preditoras.

Tabela 18- Variáveis preditoras de Consulta

Preditores	Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p-value</i>
	<i>B</i>		
(Constant)	-	6,542	0,000
“Altruísmo”	0,047	0,674	0,501
Justiça social	-0,016	-0,221	0,825
“Afiliação”	0,328	4,494	0,000
“Egoísmo”	0,262	3,899	0,000

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os resultados indicam que há influência dessas motivações no nível de “Consulta” ($F(4, 196) = 16,416, p < 0,001; R^2_{\text{ajustado}} = 0,236$). Conforme pode ser visto na Tabela 19, as variáveis que possuem influência estatisticamente significativa são “Afiliação” ($b = 0,328, p < 0,001$) e “Egoísmo” ($b = 0,262, p < 0,001$). “Altruísmo” ($b = 0,047, p > 0,05$) e “Justiça social” ($b = -0,016, p > 0,05$) não possuem efeito.

Assim, os indivíduos voluntários participam podem estar movidos por conexões sociais, bem como uma motivação “Egoísta”, onde os mesmos podem agir visando autoproteção ou a obtenção de vantagens pessoais (Cavalcante, 2016). Portanto, essa dualidade de motivações sugere um estágio intermediário em que os participantes começam a desempenhar um papel mais ativo, expressando suas opiniões e feedback ao serem consultados (Arnstein, 2002; Lima, 2021). A presença da motivação egoísta, por sua vez, pode indicar uma transição para uma participação mais assertiva, onde os cidadãos buscam não apenas informação, mas também dar suas respectivas opiniões visando o próprio benefício, estando este resultado de acordo com Silva, Paranhos e Nascimento (2013).

A terceira etapa contemplou as relações entre as cinco motivações e o nível de “Parceria”, conforme pode ser visto na Tabela 20.

Tabela 19- Variáveis preditoras de Parceria

Tabela 15- variáveis preditoras de Parceria			
Preditores	Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p-value</i>
	<i>B</i>		
(Constant)	-	4,815	0,000
“Altruísmo”	-0,052	-1,193	0,234
Justiça social	0,103	2,230	0,027
“Afiliação”	0,835	17,068	0,000
Aprendizado	-0,017	-0,355	0,723
“Egoísmo”	-0,059	-1,350	0,179

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os resultados também demonstram haver influência significativa ($F(5, 195) = 94,758$, $p < 0,001$; $R^2_{\text{ajustado}} = 0,701$). As variáveis que possuem influência com o terceiro nível de participação, denominado "Parceria", são a dimensão “Afiliação” ($\beta = 0,835$; $p < 0,001$) e a dimensão “Justiça social” ($\beta = 0,103$; $p < 0,05$), as demais não exercem influência, visto que os *p-values* são superiores a 0,05.

Nesse referido nível, os participantes engajam-se ativamente no processo de elaboração de políticas, trabalhando em colaboração com o governo e outros interessados. A motivação "Afiliação" continua a ser uma força impulsionadora, indicando a importância das relações sociais na colaboração efetiva. Além disso, a introdução da motivação "Justiça Social" destaca um compromisso com a equidade e a justiça nas decisões coletivas.

Percebe-se que os voluntários envolvidos nos conselhos possuem um nível de motivação voltada para a melhoria da localidade onde estão inseridos e para o auxílio a aqueles que se encontram em maiores necessidades, sejam em suas comunidades e municípios ou no contexto regional, considerando o campo de atuação dos conselheiros voluntários participantes deste estudo. Estes achados corroboram com os estudos anteriores realizados por Caldas (2020), Amorim (2018), Ferraz (2017) e Cavalcante (2016), pois, os cidadãos no nível de “Parceria” demonstraram não apenas buscar por conexão social, mas também a promoção de valores de justiça e igualdade.

Por fim, examinou-se a influência das cinco motivações no nível de “Delegação de poder”. A Tabela 21 demonstra os resultados, nos quais também pode-se observar as dimensões não significativas.

Tabela 20- Variáveis preditoras de Delegação de Poder

Tabela 20- Variáveis preditoras de Delegação de Poder			
Preditores	Coeficientes padronizados	<i>t</i>	<i>p-value</i>
	<i>B</i>		
(Constant)	-	-0,840	0,402
“Altruísmo”	0,380	9,049	0,000
Justiça social	0,643	14,368	0,000
“Afiliação”	-0,055	-1,165	0,246
Aprendizado	-0,055	-1,227	0,221

De acordo com o exposto, o modelo geral indica haver influência significativa ($F(5, 195) = 103,130, p < 0,001; R^2_{\text{ajustado}} = 0,719$). No nível mais avançado, "Delegação de Poder", as motivações "Altruísta" ($\beta = 0,380; p < 0,001$) e "Justiça Social" ($\beta = 0,643; p < 0,001$), emergem como os principais impulsionadores. Portanto, tal resultado reflete um compromisso dos voluntários com o bem coletivo, bem como com a equidade nas decisões tomadas pelo grupo de interessados.

Nesse sentido, pesquisas empíricas revelam o fator “Altruísta” como uma das principais motivações para o exercício do trabalho voluntário, corroborando os achados de Ageu (2015), Aquino (2015) e Lemos (2016), que desenvolveram estudos de motivação voluntária e identificaram em seus resultados o altruísmo como uma das maiores médias presentes nos voluntários. Assim, inferimos que tais motivações colaboram para criar um ambiente onde os participantes dedicam seus esforços à tomada de decisões que beneficiem a comunidade como um todo, alinhando-se com princípios de justiça e altruísmo.

Diante do exposto, objetivando facilitar a visualização dos resultados das hipóteses, elaborou-se o Quadro 26, que demonstra os pressupostos teóricos e seus respectivos *status* após os testes de regressão.

Quadro 26- Resumo dos status das hipóteses

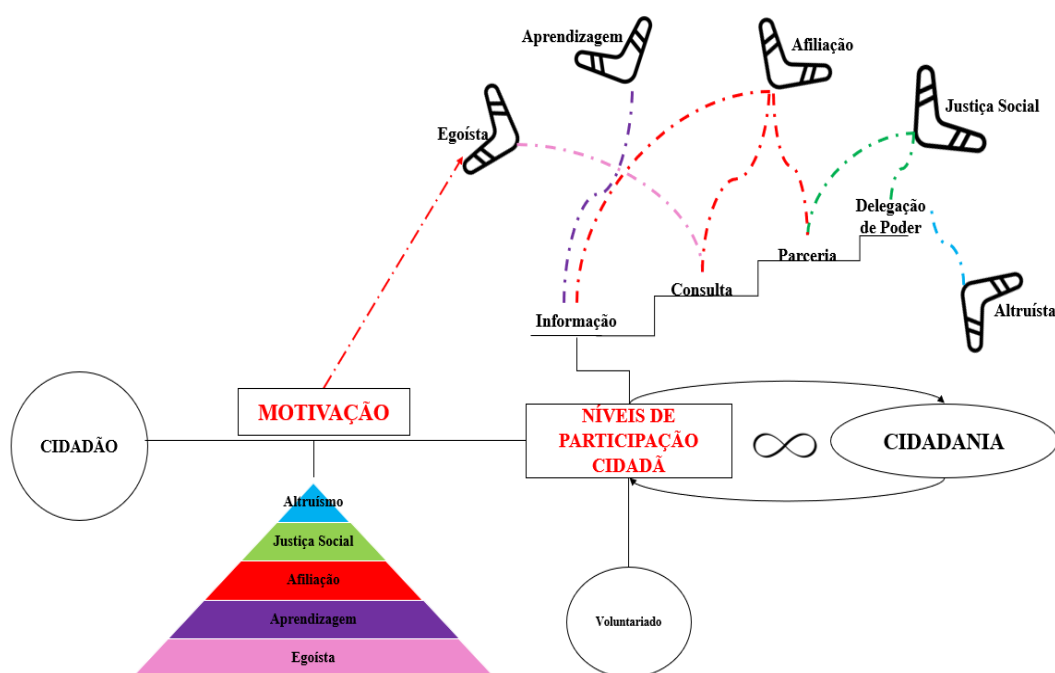
Pressuposto teórico	Status
H1a: As motivações altruístas impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.	Não suportada
H1b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.	Não suportada
H1c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.	Suportada
H1d: As motivações de aprendizado impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.	Suportada
H1e: As motivações egoístas impulsionam o nível ‘Informação’ da Participação cidadã.	Não foi possível ser testada (variáveis sobrepostas)
H2a: As motivações altruístas impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.	Não suportada
H2b: As motivações de “Justiça social” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.	Não suportada
H2c: As motivações “Afiliação” impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.	Suportada
H2d: As motivações de aprendizado impulsionam o nível ‘Consulta’ da Participação cidadã.	Não foi possível ser testada (variáveis sobrepostas)

H2e: As motivações egoístas impulsionam o nível 'Consulta' da Participação cidadã.	Suportada
H3a: As motivações altruístas impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.	Não suportada
H3b: As motivações de "Justiça social" impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.	Suportada
H3c: As motivações "Afiliação" impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.	Suportada
H3d: As motivações de aprendizado impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.	Não suportada
H3e: As motivações egoístas impulsionam o nível 'Parceria' da Participação cidadã.	Não suportada
H4a: As motivações altruístas impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.	Suportada
H4b: As motivações de "Justiça social" impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.	Suportada
H4c: As motivações "Afiliação" impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.	Não suportada
H4d: As motivações de aprendizado impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.	Não suportada
H4e: As motivações egoístas impulsionam o nível 'Delegação de Poder' da Participação cidadã.	Não suportada

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diante do exposto, ao resgatarmos o objetivo desse estudo: Testar a relação entre os níveis de participação cidadã dos voluntários conselheiros e as suas motivações, identificamos que os testes de regressões múltiplas realizadas confirmaram as seguintes relações positivas: o nível 1 de participação (Informação) é influenciado pelas motivações "Aprendizagem" e "Afiliação"; o nível 2 de participação (Consulta) está relacionado com as motivações "Afiliação" e "Egoísta"; o nível 3, denominado "Parceria", está vinculado aos fatores motivacionais "Afiliação" e "Justiça Social"; e o nível 4 (Delegação de Poder) demonstrou ser influenciado pelas motivações "Altruísta" e "Justiça Social", conforme pode ser visualizada na Figura 17 a seguir:

Figura 17- Modelo teórico



Fonte: Elaboração própria (2023)

Nesse sentido, com base na análise dos resultados, destaca-se uma progressão em que motivações mais egocêntricas parecem impulsionar os estágios iniciais de participação, ao passo que motivações mais altruístas e voltadas para a justiça social emergem como catalisadores nos estágios mais avançados. Isso sublinha a importância de compreender as motivações subjacentes no desenvolvimento e na sustentabilidade do engajamento cívico, indicando que a evolução das motivações está correlacionada com o nível em que o cidadão se propõe a participar das questões públicas

Em suma, a participação cidadã desempenha um papel crucial no fortalecimento e exercício da cidadania. Quando os cidadãos se envolvem ativamente na vida política e social, eles têm a oportunidade de exercer seus direitos e responsabilidades de forma efetiva, promovendo a inclusão social, participação democrática e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através do empoderamento dos cidadãos e do fortalecimento de valores democráticos, a participação cidadã se torna uma ferramenta fundamental para a promoção e fortalecimento da cidadania. Dito isto, concordamos com Pestoff (2012) de que o engajamento cidadão tem a capacidade de inovação em prol da produção do bem público, de modo a promover o envolvimento e elevar os níveis de participação, coprodução e cidadania.

Nessa perspectiva, reconhecemos a necessidade de um maior aprofundamento nos estudos sobre a motivação para a participação cidadã, uma vez que estas configuram-se como impulso para o engajamento dos cidadãos e na efetivação da participação e exercício da cidadania. No entanto, para além das motivações intrínsecas dos indivíduos em participar, o estado pode estimular os cidadãos promovendo espaços participativos, contribuindo para atender a expectativa dos cidadãos e aperfeiçoando as políticas públicas.

Com isto, considerando o potencial dos espaços para participação, como por exemplo do orçamento participativo, citamos o fato destes aproximarem os cidadãos das questões públicas, oportunizando-os de serem parte da solução dos problemas. Logo, não podemos desconsiderar a problemática no Brasil dos cidadãos conseguirem participar de maneira significativa, sendo rejeitado ou desconhecido por meio dos indivíduos os arranjos participativos existentes.

Diante do exposto e da defesa da premissa de que estamos tratando de um ciclo onde participação gera exercício de uma cidadania ativa, e esta última gera um ambiente propício à participação, torna-se relevante compreender esse processo para analisar as limitações dos projetos participativos e, conseqüentemente, visar uma melhoria no seu desenho.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo envolveu as temáticas: motivação para o trabalho voluntário e os níveis de participação cidadã. Contudo, ambos os construtos alicerces deste trabalho não foram abordados de maneira desconexa ou ainda como assuntos complementares, antes, buscou-se analisar as possíveis relações entre os mesmos, sobretudo, no contexto dos Conselhos do orçamento democrático do Estado da Paraíba.

Nesse sentido, esta pesquisa, baseando-se em autores como Musick e Wilson (2008) , bem como Pinsky e Pinsky (2016), defende a premissa de que o voluntariado é um terreno fértil para a participação cidadã, que por sua vez fortalece a prática ativa da cidadania, gerando uma retroalimentação entre os mesmos. Assim, este estudo parte do pressuposto de que o desenvolvimento de trabalho voluntário torna as pessoas mais conscientes da natureza estrutural dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas, ensina habilidades cívicas, e envolve as pessoas mais intensamente na vida organizacional das organizações em que atuam, permitindo que as mesmas aprendam mais sobre as questões e políticas locais.

Portanto, para o alcance do objetivo desse estudo: Testar a relação entre os níveis de participação cidadã dos voluntários conselheiros e as suas motivações foram realizadas análises fatoriais exploratórias (AFE), bem como testes das relações conjecturadas por meio de regressões lineares múltiplas. Em síntese ao anteriormente exposto, os testes realizados confirmaram as seguintes relações positivas: o nível 1 de participação (Informação) é influenciado pelas motivações "Aprendizagem" e "Afiliação"; o nível 2 de participação (Consulta) está relacionado com as motivações "Afiliação" e "Egoísta"; o nível 3, denominado "Parceria", está vinculado aos fatores motivacionais "Afiliação" e "Justiça Social"; e o nível 4 (Delegação de Poder) demonstrou ser influenciado pelas motivações "Altruísta" e "Justiça Social".

Nessa perspectiva, constatou-se que a partir da análise das regressões do modelo, foram confirmadas oito sub-hipóteses, revelando uma relação positiva entre os níveis de participação cidadã e os tipos de motivações subjacentes. Assim, pôde-se observar que nos estágios iniciais de participação, notadamente nos níveis de "Informação" e "Consulta", foi identificada uma associação com motivações de natureza egocêntrica, como a "Egoísta", "Aprendizagem" e "Afiliação". Isso sugere que a motivação inicial impulsionada por interesses pessoais, como autoproteção ou vantagens individuais pode influenciar o cidadão a se envolver nas questões públicas em níveis menores.

No entanto, à medida que a participação avança para os estágios mais elevados, como "Parceria" e "Delegação de Poder", as motivações mais voltadas ao bem-estar do próximo, como "Altruísta" e "Justiça Social", emergem como fatores preponderantes. Essa transição indica que os cidadãos têm maior probabilidade de se tornarem mais participativos, engajando-se em processo decisório quando suas motivações incluem preocupações mais amplas com o bem-estar coletivo e a equidade social. Complementarmente, essa mudança sugere ainda que, à medida que os cidadãos se envolvem mais profundamente em questões públicas, o desejo de contribuir para o bem comum se torna uma força motivadora preponderante.

Nesse sentido, destacamos empiricamente o respaldo ao modelo teórico proposto por Amorim e Cavalcante (2023). O argumento central desse modelo defende uma relação positiva entre os diversos tipos de motivações voluntárias, o nível de participação dos cidadãos e, por conseguinte, a maneira como sua cidadania é exercida. Dessa forma, sustentamos a premissa de que estamos diante de um ciclo contínuo no qual a participação gera cidadania, e esta última

retorna, estimulando ainda mais a participação, denominando esse processo como "efeito bumerangue".

Diante do exposto, é importante salientar que este estudo não visa fornecer uma resposta definitiva às indagações fundamentais que o permeiam, mas sim oferecer *insights* que estimulem a continuidade da reflexão e do debate sobre a participação cidadã. Assim, reconhecemos que o mesmo apresenta limitações, sendo a primeira delas a desafio inerente de capturar um fenômeno intrinsecamente subjetivo por meio de métodos quantitativos.

Contudo, os resultados obtidos revelaram que a escala empregada pode fornecer *insights* valiosos para gestores públicos e conselhos regionais do ODE, possibilitando um acompanhamento mais eficaz de seus voluntários. Além disso, há a perspectiva de alcançar aprimoramentos significativos nas atividades voluntárias, visando a redução de problemas relacionados à desistência de conselheiros e a um planejamento mais eficiente na gestão das pessoas envolvidas nos conselhos.

Embora Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021) tenham validado anteriormente a escala utilizada, é pertinente notar que essas validações ocorreram em contextos vinculados a organizações não governamentais. Este fato pode limitar a generalização da compreensão dos sentimentos dos pesquisados, especialmente considerando o ambiente governamental.

Uma limitação adicional identificada nesta pesquisa está associada à alta correlação entre as variáveis da escala referente aos níveis de participação e da escala das motivações. Essas observações suscitam a possibilidade de um viés no método comum, dado que a coleta de todas as variáveis ocorreu de forma simultânea, conforme alertado por Podsakoff et al. (2013).

Diante dessas limitações, sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de coletas das variáveis independentes e dependentes de forma separada, mantendo o mesmo grupo de respondentes. Essa abordagem pode contribuir para mitigar o impacto potencial desse viés, fornecendo uma compreensão mais precisa das relações entre as variáveis em estudo.

Além disso, diante do resultado que evidenciou a sobreposição do nível "Informação" ao fator de motivação "Egoísta" e do nível de participação "Consulta" à motivação "Aprendizagem", comportando-se como se fossem o mesmo fenômeno, sugere-se uma análise mais específica dessas variáveis. Essa análise detalhada visa aprimorar as métricas, permitindo que essas variáveis se diferenciam de maneira mais clara e precisa.

Por fim, ressalta-se que os resultados apresentados destacam a intrincada dinâmica das motivações individuais para a participação cidadã, reforçando-nos a importância de estratégias diferenciadas para fomentar a participação em diferentes estágios, considerando as diversas motivações que impulsionam o comportamento cidadão.

Nesse contexto, este trabalho aspira contribuir ao fornecer informações relevantes para gestores públicos de voluntários e para a sociedade civil, uma vez que os insights oferecidos por este estudo visam ajudar na compreensão dos determinantes motivacionais que influenciam o engajamento voluntário, além de proporcionar perspectiva para futuras pesquisas nesse campo. Adicionalmente, espera-se que essas descobertas sirvam de base para governos que buscam desenvolver meios participativos, promovendo maior envolvimento e desempenho cidadão no âmbito da gestão pública.

REFERÊNCIAS

- AGEU, J. D. **Motivações de permanência no trabalho voluntário: um estudo na fundação Cidade Viva João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2015.
- AGUIAR, C. C.; DA CUNHA, F. S. **A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 71, 2017.
- ALAMOUDI, A. K.; ABIDOYE, R. B.; LAM, T. YM. **O impacto das medidas de gestão das partes interessadas no nível de participação dos cidadãos na implementação de cidades inteligentes e sustentáveis**. Sustentabilidade, v. 14, n. 24, p. 16617, 2022.
- ALMEIDA, M. F. **Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: um estudo exploratório**. Análise Social, 219, li (2.º), ISSN online 2182-2999. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Portugal, 2016.
- ALVES, J. A. G. R.; PEREIRA, L. M. L.; CAVALCANTE, C. E. **Luzes em Unísono: Gestão de Pessoas no Voluntariado Informal**. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 2455-2479, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50673/luzes-em-unissono--gestao-de-pessoas-novoluntariado-informal>. Acesso em: 3 ago. 2022.

AMORIM, A. F. A.; CAVALCANTE, C. E. **Efeito bumerangue entre a participação cidadã e a cidadania**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 17, n. 3, p. 198-214, 2023.

AMORIM, A. F. A. **Semeando no voluntariado para colher cidadania: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no Estado da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

AQUINO, M. A. G. DE. **Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da fundação Cidade Viva**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

AQUINO, M. A. G. de; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; MENDES, J. da S. **Em Busca de Retenção: Voluntários em uma Ong Brasileira**. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 144-164, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56953/em-busca-de-retencao--voluntarios-em-umaong-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Participe. Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação. Ano 2, Nr. 2, p. 4-13. Jan. 2002.

ASTIN, A.W.;SAX, L. J. **How undergraduates are affected by service participation**. Journal of College Student Development, 39(3), p. 251-263, 1998.

BARDDAL, Fabiana Marissa Etzel; TORRES, Ricardo Lobato. **Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, p. e20190045, 2020.

BATSON, C. Daniel; AHMAD, Nadia; TSANG, Jo–Ann. **Four motives for community involvement**. Journal of Social Issues, v. 58, n. 3, p. 429-445, 2002.

BINGHAM, Lisa Blomgren; NABATCHI, Tina; O'LEARY, Alecrim. **A nova governança: Práticas e processos para a participação dos stakeholders e dos cidadãos no trabalho do governo**. Revista de Administração Pública, v. 65, n. 5, p. 547-558, 2005.

BORGES, Gislaine; NETO, Luis Moretto. **Governança em saúde pública: mecanismos e critérios avaliativos em processos de participação cidadã**. Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle, v. 9, n. 3, p. 27-44, 2020.

BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G. G.; LOEFFLER, E; PARRADO, S. **Activating citizens to participate in collective co-production of public services**, Journal of Social Policy, v. 44, n. 1, p. 1–23, 2015.

CAETANO, B. P. **Uma proposta para participação cidadã na solução de problemas da sociedade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

CALDAS, P. T. **Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações**. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2020.

CARBALLAL, L. B. **El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología**. Revista Katál. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 235-240. Jul./dez. 2009.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação de Voluntários: teoria e prática**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

_____. **Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil**. Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n38, p.161-182, jul./dez. 2013.

CAVALCANTE, C. E.; SOUZA, W. J.; BAPTISTA, C. S.; NASCIMENTO, M. A. A. **Elementos do trabalho voluntário: motivos e expectativas na pastoral da criança de João Pessoa/PB**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 10, n. 1, p. 98-110, 2011. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5231/elementos-do-trabalho-voluntario--motivos-e-expectativas-na-pastoral-da-crianca-de-joao-pessoa-pb>>. Acesso em Março/2023.

CICOGNANI, E.; PIRINI, C.; KEYES, C.; JOSHANLOO, M.; ROSTAMI R.; NOSRATABADI, M. **Participação social, senso de comunidade e bem-estar social: um estudo sobre estudantes universitários americanos, italianos e iranianos**. Pesquisa de Indicadores Sociais , v. 89, n. 1, pág. 97-112, 2008.

CLARY, E. Gil; SNYDER, Mark. **The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations**. Current directions in psychological science, v. 8, n. 5, p. 156-159, 1999. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20182591> 1999 Acesso em Março/2023

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DAFT, Richard I. tradução Robert Brian Taylor. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DARCH, Colin; UNDERWOOD, Peter. **Freedom of information in the developing world: demand, compliance and democratic behaviours**. Chandos Publishing [Imprint], 2010

EVANGELISTA, D. **Voluntariado e desenvolvimento social**. In: Perez, C. e Junqueira, L. P. (orgs). Voluntariado e a gestão das políticas sociais. São Paulo: Futura, 2002.

FERRAZ, T. V. **Por Civismo ou Por Amor? Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba**. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERREIRA, M. F.; CARRARA, K. **Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes**. Psicologia Argumento, v. 27, n. 58, 2009.

FERREIRA, M.R.; PROENÇA, T.; PROENÇA, J. F. **As motivações no trabalho voluntário**. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, v. 7, n. 3, p. 43-53, 2008.

FISCHER, L. R.; SCHAFFER, K. B. **Older volunteers: a guide to research and practice**. London: Sage, 1993.

FLANAGAN, C. A.; BOWES, J. M.; JONSSON, B., CSAPO, B.; SHEBLANOVA, E. **Ties that bind: Correlates of adolescents' civic commitments in seven countries**. Journal of Social Issues, 54(3), 457-475, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORNELL, Claes; LARCKER, David F. **Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error**. Journal of marketing research, v. 18, n. 1, p. 39-50, 1981.

GASTIL, J. LEVINE, P. **The deliberative democracy handbook: Strategies for effective civic engagement in the twenty-first century**. Jossey-Bass, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 6th ed. London: Pearson, 2010.

HELLER, K. **Consultation: Psychodynamic, behavioral, and organizational development perspectives**. K., Heller, RH, Price, S., Reinharz, S., Riger, A., Wandersman, TA d'Aunno,(Eds.), Psychology and Community Change: Challenges of the Future, p. 229-286, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Homem Cordial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

HUSTINX, Lesley; LAMMERTYN, Frans. **Collective and reflexive styles of volunteering: A sociological modernization perspective**. Voluntar: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 14, p. 167-187, 2003.

JENKINS, H.; CARPENTIER, N. **Teorizando intensidades participativas: uma conversa sobre participação e política**. Convergência, v. 19, n. 3, p. 265-286, 2013.

KINYONDO, A. I.; PELIZZO, R. **Enhancing Citizen Participation for Development in Tanzania**. Otoritas: Jurnal Ilmu Pemerintahan, v. 9, n. 1, p. 1-11, 2019.

LANDIM, L. **Quem dá e quem não dá, eis a questão**. Insight Inteligência, Rio de Janeiro, 2000.

LEMO, S. L. L. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade Viva**. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; VALE, S. C.; ALVES, J. A. G. R.. **"Apaixonei-me e Quero Conhecer Você": Estudo Longitudinal sobre Motivação de Recém-Voluntários**. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1-28, jul./ago. 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54380/-apaixonei-mee-quero-conhecer-voce---estudo-longitudinal-sobre-motivacao-de-recem-voluntarios>. Acesso em: 3 ago. 2023.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; LEITE, L. M. P.. **Estudo Longitudinal com Candidatos Voluntários em uma Fundação Brasileira**. Revista Alcance, Itajaí, v. 27, n. 2, p. 233-250, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59922/estudo-longitudinal-com-candidatosvoluntarios-em-uma-fundacao-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MARQUES, M. J. R. **As motivações para o voluntariado: estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior politécnico**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14831/1/MARIA_MARQUES.pdf>. Acesso em Maio/2021.

MARTINS, J. de S. **Para compreender e temer a exclusão social**. Vida Pastoral, XLV, 239, São Paulo, Editora Paulus, Nov./Dez., p. 3-9. 2004.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe; VARELA, Carmen Augusta. **Motivação em programas de voluntariado empresarial: um estudo de caso**. Revista Organizações em Contexto online, v. 9, n. 17, p. 229-246, 2013. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carmen_augusta_varela_motivacao_em_programas_de_voluntariado_empresarial.pdf>. Acesso em Maio/2022.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. Editora Atlas SA, 2000.

MELO, G. C. **Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Acesso em, v. 25, n. 08, 2015. Disponível em: <https://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem>. Acesso em Abril/2021.

MILANI, C.R.S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. Revista de Administração Pública, v. 42, p. 551-579, 2008.

MILLIGAN, C.; FYFE, N. R. **Preserving Space for Volunteers: Exploring the Links between Voluntary Welfare Organisations, Volunteering and Citizenship**. Urban Studies, vol. 42, n. 3, p. 417-433. Mar. 2005.

MILLS, S.; W., Catherine. **Brands of youth citizenship and the politics of scale: National Citizen Service in the United Kingdom**. Political Geography, v. 56, p. 66-76, 2017.

MORGAN, W.; STREB, M. **Building citizenship: How student voice in service- learning develops civic values**. Unpublished manuscript, 2000.

- MOSTYN, B. **The meaning of volunteer work: a qualitative investigation**. In: Hatch, S. (org) *Volunteers: patterns, meanings & motives*. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.
- MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile**. Indiana, University Press: 2008.
- NABATCHI, T.; LEIGHNINGER, M. **Participação pública para a democracia do século 21**. John Wiley e Filhos, 2015.
- NIEMI, R.; CHAPMAN, C. **The Civic Development of 9th through- 12th Grade Students in the United States: 1996**. Washington, D.C.: National Center for Educational Statistics, U.S. Department of Education., 1998.
- OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. **Democracia digital e participação cidadã: o sistema estadual de participação popular e cidadã da gestão do governo de Tarso Genro/RS (2011-2014)**. 2019.
- OLIVEIRA-SILVA, L. C.; ARAÚJO, M. R. M.; BARBOSA, I. H. A. **Motivação para o trabalho voluntário: proposição de um modelo compreensivo**. *Avances en Psicología Latino Americana*, v. 40, n. 2, 2022.
- ONU. **Measuring volunteering: a practical toolkit**. A joint project of independent sector and United Nations volunteers. In A. Dingle (ed.), *United Nation*, Germany, 2001.
- PARAÍBA. **Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018**. Institucionaliza o Orçamento Democrático no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2018. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2019/01/Diario-Oficial-30-12-2018-Total.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.
- PENNER, L. A. **Dispositional and Organizational Influences on Sustained Volunteerism: An Interactionist Perspective**. *Journal of Social Issues*, 58: 447–467, 2002. doi: 10.1111/1540-4560.00270.
- PESTOFF, V. **Co-production and third sector social services in Europe: Some concepts and evidence**. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, n. 4, p. 1102-1118, 2012.
- PICCOLI, P.; GODOI, C. K. **Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita**. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11204/8113>>. Acesso em: Maio/2021.
- PINSKY, C. B; PINSKY, J. **A história da cidadania**. São Paulo, Editora Contexto, 2016.
- PODSAKOFF, P. M., MACKENZIE, S. B., LEE, J.-Y., PODSAKOFF, N. P. **Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and**

recommended remedies. Journal of Applied Psychology, 88(5), 879–903. 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879>> Acesso em Novembro/2023.

PROCOPIUCK, M.; MEYER JR., V. **Gestão estratégica em ambiência de trabalho voluntário.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58, 2011.

REIS, E. **Cidadania: história, teoria e utopia.** In: Pandolfi, D. C. (orgs). Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 248p, 1999.

ROBERTS, N. **“Public deliberation in an age of direct citizen participation”.** The American Review of Public Administration, 34 (4), pp. 315-353. 2004.

SABIONI, M.; FERREIRA, M. A. M.; REIS, A. de O. **Racionalidades na motivação para a participação cidadã na responsabilidade social: uma experiência local brasileira.** Cadernos EBAPE. BR, v. 16, p. 81-100, 2018.

SANTOS, Ednia Patricia Silvestre dos. **A participação da sociedade civil nos conselhos municipais de Araruna: Exercício de Cidadania?.** 2024.

SANTOS, N. C. dos; CORREIA, D. A.; SPERS, V. R. E.; CREMONEZI, G. O. G.; CASTRO, D. S. P. de; OSWALDO, Y. C. **A retenção de talentos não remunerados: um modelo de gestão dos voluntários que atuam no Terceiro Setor Brasileiro.** Revista Organizações em Contexto, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 47-80, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38661/a-retencao-de-talentos-nao-remunerados--ummodelo-de-gestao-dos-voluntarios-que-atuam-no-terceiro-setor-brasileiro->. Acesso em: 3 ago. 2023.

SILVA, J. B.; IZÁ, A. de O. **A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal para a administração pública.** Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas–Unifafibe, v. 8, n. 2, p. 83-111, 2020.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 3º Ed. Ver. Atual. 2005.

SILVA, D. PARANHOS, R., SETTI, G., NASCIMENTO, W. **Teoria democrática contemporânea modelo democrático competitivo e modelo democrático popular.** Em Tese, v. 10, n. 1, p. 1-27, 2013.

SILVA, M. L. dos S.; SANTANA, R. H. de; ALMEIDA, J. Á. J. de; SILVA, F. F. **Motivação para o trabalho voluntário: Estudo de caso na Fundação Alice Figueira.** Caderno Profissional de Administração UNIMEP, Piracicaba, v. 9, n. 2, p. 1-24, ago./nov. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61056/motivacao-para-o-trabalho-voluntario--estudode-caso-na-fundacao-alice-figueira>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SILVEIRA, J. D. **Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania.** IN: Perez, C., & Junqueira, L. P. (orgs). Voluntariado e a gestão das políticas sociais. São Paulo: Futura, 2002.

SMITH, A. **Civic engagement in the digital age**. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project. 2013.

SOUZA, L. M. de; LAUTERT, L. **Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos**. Rev Esc Enferm USP, v. 42, n. 2, p. 371-376, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000200022>. Acesso em Abril/ 2022.

SOUZA, L. M de; LAUTERT, L; HILLESHEIN, E. F. **Trabalho voluntário, características demográficas, socioeconômicas e autopercepção da saúde de idosos de Porto Alegre**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 3, p. 561-569, 2010. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300003>. Acesso em Abril/ 2022.

SOUZA; W. J.; MEDEIROS, J. P. **Trabalho Voluntário: motivos para sua realização**. Revista de Ciências da Administração. V. 14, nº 33, p. 93-102, 2012.

TAMAYO, A.; PASCHOAL, T. **Impacto dos Valores Laborais e da Interferência da Família: Trabalho no Estresse Ocupacional**. Psic.: Teor. E Pesq., n.21, v.2, maio, 2005, p.173-180. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200007>. Acesso em: Janeiro/2022.

TEODÓSIO, A. dos S. **Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social**. XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Recife: ANPAD, 2002. Disponível em:<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-gpg-1872.pdf>>. Acesso em Janeiro/2022.

VALE, S. C. do. **Religiosidade e engajamento no trabalho voluntario**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press. 1995

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WANDERSMAN, A.; FLORIN, P. **Citizen participation and community organizations**. In: Handbook of community psychology. Springer, Boston, MA, p. 247-272, 2000.

WARREN, Mark E. **Democracy and Association**. Princeton University Press, 2001.

WARREN. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI/Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século 21**. Política & Sociedade, v. 13, n. 28, p. 13, 2014

WORTHY, B. **Mais aberto, mas não mais confiável? O efeito da Lei de Liberdade de Informação de 2000 sobre o governo central do Reino Unido**. Governança, v. 23, n. 4, p. 561-582, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS INTEGRATIVA

Nesta tese, propomos uma reflexão sobre a participação cidadã, fundamentada no individualismo metodológico de Hayek, com foco nos "indivíduos em sociedade" e suas ações sociais como unidade de análise. Essa escolha decorre da convicção de que, embora existam ações coletivas, são os indivíduos que desempenham papéis centrais na interação com instâncias do núcleo público e privado para a prestação de serviços públicos na sociedade.

Sob essa perspectiva, abordamos a participação dos cidadãos nas questões públicas em colaboração com o Estado, afastando-nos da concepção de forças opostas. Amparados na Teoria da interdependência de Salamon (1995), acreditamos na efetividade da prestação de serviços públicos por meio do trabalho conjunto e da divisão de responsabilidades entre cidadãos e governo.

Nesse sentido, desenvolvemos quatro estudos que proporcionaram uma análise abrangente dos níveis de participação cidadã, destacando diversas perspectivas e contextos. No Estudo 1, a revisão sistemática da literatura resultou na construção de um framework, evidenciando a complexidade da participação e ressaltando sua importância em sociedades democráticas.

Os estudos analisados na RSL revelaram uma possível relação entre participação cidadã e o exercício da cidadania, argumentando que a participação dos cidadãos estimula a cidadania ativa, e esta, por sua vez, promove mais participação. Por isso, sustentamos a premissa de que a relação entre estes construtos não é um efeito dominó, mas sim um "efeito bumerangue", proporcionando uma retroalimentação entre essas variáveis.

Observamos, contudo, que a participação cidadã não se limita a um conceito dicotômico, apresentando diferentes formas e níveis em sua prática. E, portanto, defendemos a ideia de que é possível gerar um maior exercício da cidadania ativa estimulando níveis mais elevados de participação. Logo, as lacunas identificadas no Estudo 1 apontaram para a necessidade de uma escala de participação cidadã que permitisse testar empiricamente tais afirmações.

O Estudo 2 abordou o desenvolvimento e validação empírica de um modelo multidimensional para mensurar os níveis de participação cidadã, resultado de uma revisão sistemática. As análises confirmaram a retenção dos quatro fatores previamente desenvolvidos,

com ajuste ótimo. A escala final, composta por 17 itens distribuídos em quatro subescalas, passou por refinamentos e apresentou validade convergente, discriminante e consistência interna.

Ressaltamos ainda que o Estudo 2 se propôs a preencher lacunas no conhecimento vigente, oferecendo uma ferramenta estratégica aplicável tanto na gestão pública quanto na privada. O instrumento almeja proporcionar uma melhor compreensão da participação cidadã, trazendo implicações para organizações, governos e instituições públicas. Nesse contexto, o próximo passo da pesquisa consistiu na aplicação do instrumento, concentrando-se nos níveis de participação dos indivíduos na sociedade.

O Estudo 3 teve como objetivo mensurar os níveis de participação cidadã dos conselheiros no âmbito do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB). Os resultados destacam que as dimensões "Informação" e "Consulta" apresentaram as maiores médias, revelando a importância do fornecimento de informações confiáveis para incentivar a participação cidadã. No entanto, as dimensões "Parceria" e "Delegação de Poder" apresentaram médias inferiores.

Esses resultados indicam desafios na colaboração ativa entre cidadãos e o Estado, bem como na autonomia de decisão dos cidadãos. Isso destaca a necessidade de superar obstáculos para alcançar parcerias mais eficazes e promover maior participação dos cidadãos na governança local. Logo, a análise comparativa revela uma tendência de diminuição nas médias conforme os níveis de participação avançam.

O estudo conclui que a pesquisa fornece informações relevantes sobre os níveis de participação cidadã no ODE-PB, enfatizando a importância da transparência, acesso à informação e superação de desafios para promover parcerias eficazes e delegação de poder aos cidadãos. Além disso, sugerem-se futuras pesquisas para entender a falta de significância atribuída a certas variáveis, investigar as razões por trás das médias mais baixas em "Parceria" e "Delegação de Poder", testar a escala em diferentes contextos geográficos e explorar a relação entre motivação para trabalho voluntário e participação cidadã.

O Estudo 4 testa a relação entre os níveis de participação cidadã e as motivações dos voluntários conselheiros que atuam nos Conselhos do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB). Nesse sentido, através de regressões lineares múltiplas foram confirmadas oito sub-hipóteses, evidenciando relações positivas entre os construtos.

O estudo reconhece limitações, como a natureza subjetiva capturada por métodos quantitativos e a alta correlação entre variáveis, sugerindo coletas separadas para futuras

pesquisas. Ademais, os resultados indicam a importância de estratégias diferenciadas para fomentar a participação em diferentes estágios, considerando as diversas motivações que impulsionam o comportamento cidadão. Desta forma, o trabalho aspira contribuir fornecendo insights para gestores públicos, sociedade civil e governos que buscam desenvolver meios participativos na gestão pública.

Por fim, mediante os quatro estudos que compõem esta tese, constatou-se que os estágios iniciais, especialmente os níveis de "Informação" e "Consulta", apresentaram uma associação com motivações egocêntricas, tais como "Egoísta", "Aprendizagem" e "Afiliação". Conforme ocorre a transição para estágios mais avançados, notadamente "Parceria" e "Delegação de Poder", observa-se uma correlação com motivações mais altruístas e ligadas à "Justiça Social". Portanto, estes resultados consolidam a confirmação da relação intrínseca entre motivação e participação cidadã. A trajetória delineada sugere um processo evolutivo em que a motivação inicial, muitas vezes vinculada a interesses pessoais, atua como ponto de partida para o engajamento cívico. À medida que essa participação se aprofunda, as motivações evoluem, direcionando-se para valores mais coletivos e o bem comum.

Diante do exposto, ao explorarmos a analogia do bumerangue como metáfora para compreender a relação entre motivação, participação cidadã e cidadania no início deste trabalho, confirmamos a intrincada natureza circular desse fenômeno. Seguindo a linha de raciocínio embasada na teoria do Individualismo Metodológico de Hayek, percebemos que as motivações individuais desempenham um papel relevante no lançamento do ciclo, impulsionando os cidadãos a se envolverem nas questões públicas. Esse envolvimento, por sua vez, gera o exercício da cidadania, estabelecendo um elo constante de retroalimentação. Assim, podemos assumir que tal constatação fortalece a compreensão de que a participação cidadã atua como um reflexo das motivações individuais, e, por sua vez, a cidadania ativa alimenta o ciclo, criando um processo autossustentável.

Em última análise, a validação desta interconexão entre motivação e participação cidadã destaca a importância de adotar abordagens holísticas no estímulo à participação cívica, transcendendo uma perspectiva fragmentada de eventos isolados. Esta compreensão mais abrangente viabiliza o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para impulsionar o envolvimento dos indivíduos, considerando cuidadosamente as complexidades inerentes aos diversos estágios de participação.

Além disso, a confirmação dessa relação é relevante para fortalecer a base de sociedades democráticas. Ao reconhecer que a motivação individual é o motor que impulsiona a

participação ativa e a cidadania, os formuladores de políticas, gestores públicos e pesquisadores podem direcionar esforços para nutrir e canalizar essas motivações de maneira construtiva. Isso contribui para a construção de uma cultura cívica sólida, na qual os cidadãos se tornam agentes ativos na formulação e implementação de políticas públicas.

Dito isso, esperamos que esta pesquisa forneça ferramentas práticas para a promoção de uma participação cidadã mais robusta. Pois, a compreensão do "efeito bumerangue" sugere que investir na motivação dos indivíduos pode gerar benefícios duradouros, criando um ciclo virtuoso de envolvimento cívico. Dessa forma, ao compreender e aplicar essa dinâmica, pode-se promover uma sociedade mais participativa, responsável e capaz de influenciar positivamente o curso de seu desenvolvimento político e social.

REFERÊNCIAS GERAIS

AGEU, J. D. **Motivações de permanência no trabalho voluntário: um estudo na fundação Cidade Viva João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2015.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Statistical methods for the social sciences**. Pearson, 2012.

AGUIAR, C. C.; DA CUNHA, F. S. **A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 71, 2017.

ALAMOUDI, A. K.; ABIDOYE, R. B.; LAM, T. YM. **O impacto das medidas de gestão das partes interessadas no nível de participação dos cidadãos na implementação de cidades inteligentes e sustentáveis**. Sustentabilidade, v. 14, n. 24, p. 16617, 2022.

ALMEIDA, M. F. **Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: um estudo exploratório**. Análise Social, 219, li (2.º), ISSN online 2182-2999. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Portugal. 2016.

ALVES, J. A. G. R.; PEREIRA, L. M. L.; CAVALCANTE, C. E. **Luzes em Unísono: Gestão de Pessoas no Voluntariado Informal**. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 2455-2479, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50673/luzes-em-unissono--gestao-de-pessoas-novoluntariado-informal>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ALVES, M. A. A. **Terceiro Setor: o dialogismo polêmico**. 2002. 348 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas – Área de Concentração: Organizações, Recursos Humanos e Planejamento) – EAESP/FGV, São Paulo, 2002.

AMORIM, A. F. A. **Semeando no voluntariado para colher cidadania: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no**

Estado da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

AMORIM, A. F. A.; CAVALCANTE, C. E. **Efeito bumerangue entre a participação cidadã e a cidadania.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 17, n. 3, p. 198-214, 2023.

ANDRADE, V. R. P. de. **Sistema penal Máximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANHEIER, H. K. **Nonprofit Organizations: theory, management, policy.** London: Routledge, 2005.

AQUINO, M. A. G. DE. **Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da fundação Cidade Viva.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

AQUINO, M. A. G. de; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; MENDES, J. da S. **Em Busca de Retenção: Voluntários em uma Ong Brasileira.** Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 144-164, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56953/em-busca-de-retencao--voluntarios-em-umaong-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ARAVENA, J. A. L.; SILVA, E. A. F. **Democratic Deliberation and Governance in Local Citizen Participation.** The Case of the Communal Councils of Civil Society (COSOC), BíoBío, Chile. Desafíos, v. 32, n. 2, p. 127-164, 2020.

ARENDT, H. **O que é política?.** Editora Bertrand Brasil, 2018.

ARNSTEIN, S. R. **A ladder of citizen participation.** Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

_____. **A escada da participação cidadã.** Participe. Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação. Ano 2, Nr. 2, p. 4-13. Jan. 2002.

ARRABACA, F. J. C.; BASE, R. L. **Citizen's Level of Participation and Satisfaction in the Conduct of Barangay Assembly: A Case of One Philippine LGU.** Jurnal Ilmiah Peuradeun, v. 8, n. 2, p. 377-396, 2020.

ASTIN, A.W.; SAX, L. J. **How undergraduates are affected by service participation.** Journal of College Student Development, 39(3), p. 251-263, 1998.

BARDDAL, Fabiana Marissa Etzel; TORRES, Ricardo Lobato. **Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, p. e20190045, 2020.

BATSON, C. Daniel; AHMAD, Nadia; TSANG, Jo-Ann. **Four motives for community involvement.** Journal of Social Issues, v. 58, n. 3, p. 429-445, 2002.

BELMONTE, J. A. T.; NERIA, B. L. **La incidencia de la participación ciudadana en la eficiencia: El caso del Fondo de Infraestructura Social Municipal (FISM) en Hidalgo.** *Gestión y política pública*, v. 30, n. 1, p. 101-125, 2021.

BINGHAM, Lisa Blomgren; NABATCHI, Tina; O'LEARY, Alecrim. **A nova governança: Práticas e processos para a participação dos stakeholders e dos cidadãos no trabalho do governo.** *Revista de Administração Pública*, v. 65, n. 5, p. 547-558, 2005.

BISHOP, P. D., Glynn. **Mapping public participation.** *Australian Journal of Public Administration*, v.61, n.1, p.14-29, 2002.

BISTAFFA, B. C. **Incorporação de indicadores categóricos ordinais em modelos de equações estruturais.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

BOTELHO, L. L.R.; DE ALMEIDA CUNHA, C. C.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** *Gestão e sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G. G.; LOEFFLER, E; PARRADO, S. **Activating citizens to participate in collective co-production of public services.** *Journal of Social Policy*, v. 44, n. 1, p. 1–23, 2015.

BROWN, Timothy A. **Confirmatory factor analysis for applied research.** Guilford publications, 2015.

BULGARIM, M. C. C. *et al.* **Orçamento familiar e controle social - instrumentos de organização da sociedade: Cidadão – O Controlador Social.** Brasília/DF: 2011.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis.** London: Heinemann, 1979.

CAETANO, B. P. **Uma proposta para participação cidadã na solução de problemas da sociedade.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

CALDAS, P. T. **Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações.** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2020.

CAPARAS, M. V. G.; AGRAWAL, A. **Why citizens participate in local governance: A case of two Philippine LGUs.** *International Journal of Public Administration*, v. 39, n. 12, p. 952-962, 2016.

CARBALLAL, L. B. **El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología.** *Revista Katál.* Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 235-240. Jul./dez. 2009.

CAROTHERS, T.; BRECHENMACHER, S. **Why words like participation may lose their magic.** *Media Asia*, v. 41, n. 4, p. 305-307, 2014.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação de Voluntários: teoria e prática**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

_____. **Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil**. Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n38, p.161-182, jul./dez. 2012.

CAVALCANTE, C. E.; SOUZA, W. J.; BAPTISTA, C. S.; NASCIMENTO, M. A. A. **Elementos do trabalho voluntário: motivos e expectativas na pastoral da criança de João Pessoa/PB**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 10, n. 1, p. 98-110, 2011. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5231/elementos-do-trabalho-voluntario--motivos-e-expectativas-na-pastoral-da-crianca-de-joao-pessoa-pb>>. Acesso em Março/2023.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. **Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático**. ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II, 2006.

CICOGNANI, E.; PIRINI, C.; KEYES, C.; JOSHANLOO, M.; ROSTAMI R.; NOSRATABADI, M. **Participação social, senso de comunidade e bem-estar social: um estudo sobre estudantes universitários americanos, italianos e iranianos**. Pesquisa de Indicadores Sociais , v. 89, n. 1, pág. 97-112, 2008.

CLARY, E. Gil; SNYDER, Mark. The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. **Current directions in psychological science**, v. 8, n. 5, p. 156-159, 1999. Disponível em<https://www.jstor.org/stable/20182591> 1999 Acesso em Março/2023.

COMPARATO, F. K. A nova cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p. 85-106, 1993. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005> Acesso em Abril/2021.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. Atlas, 2009.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DAFT, Richard I. tradução Robert Brian Taylor. **Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DARCH, Colin; UNDERWOOD, Peter. **Freedom of information in the developing world: demand, compliance and democratic behaviours**. Chandos Publishing [Imprint], 2010.

DEMO, P. **Cidadania pequena - Fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Autores Associados, Campinas, 2001.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The new public service: serving, not steering**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2003.

DOOLITTLE, A.; FAUL, A. C. **Civic engagement scale: A validation study**. Sage Open, v. 3, n. 3, p. 2158244013495542, 2013.

DORSNER, Claire. **Exclusão social e participação em projetos de desenvolvimento comunitário: evidências do Senegal**. Política Social e Administração, v. 38, n. 4, pág. 366-382, 2004.

ELO, S.; KYNGÄS, H. **The qualitative content analysis process**. Journal of advanced nursing, v. 62, n. 1, p. 107-115, 2008.

ESAU, M. V. Citizen participation and the poor: a participatory approach to achieving political, social and economic freedom?. Politikon, v. 34, n. 2, p. 187-203, 2007.

ELSTUB, Estêvão. **Democracia deliberativa e participativa**. O manual de Oxford de democracia deliberativa, p. 186-202, 2018.

EVANGELISTA, D. **Voluntariado e desenvolvimento social**. In: Perez, C. e Junqueira, L. P. (orgs). Voluntariado e a gestão das políticas sociais. São Paulo: Futura, 2002.

FERRAZ, T. V. **Por Civismo ou Por Amor? Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba**. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERREIRA, M. F.; CARRARA, K. **Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes**. Psicologia Argumento, v. 27, n. 58, 2009.

FERREIRA, M.R.; PROENÇA, T.; PROENÇA, J. F. **As motivações no trabalho voluntário**. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, v. 7, n. 3, p. 43-53, 2008.

FISCHER, L. R.; SCHAFFER, K. B. **Older volunteers: a guide to research and practice**. London: Sage, 1993.

FISHKIN, J. S. **When the people speak: Deliberative democracy and public consultation**. Oxford University Press, 2009.

FLANAGAN, C. A.; BOWES, J. M.; JONSSON, B., CSAPO, B.; SHEBLANOVA, E. **Ties that bind: Correlates of adolescents' civic commitments in seven countries**. Journal of Social Issues, 54(3), 457-475, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORNELL, Claes; LARCKER, David F. **Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error**. Journal of marketing research, v. 18, n. 1, p. 39-50, 1981.

FUNG, A. **Varieties of participation in complex governance**. Public Administration Review, v. 66, n. s1, p. 66-75, 2006.

GASTIL, J. LEVINE, P. **The deliberative democracy handbook: Strategies for effective civic engagement in the twenty-first century**. Jossey-Bass, 2005.

- GAVENTA, J.; TANDON, R. **Engajamento dos cidadãos em um mundo globalizado**. Globalizando cidadãos: novas dinâmicas de inclusão e exclusão, v. 7, p. 3, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GORDON, V.; OSGOOD JR, J. L.; BODEN, D. **The role of citizen participation and the use of social media platforms in the participatory budgeting process**. International Journal of Public Administration, v. 40, n. 1, p. 65-76, 2017.
- GUTTMAN, A.; THOMPSON, D. **Democracia e Desacordo**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1996.
- HABERMAS, J. **A political constitution for the pluralist world society?**. Journal of Chinese Philosophy, v. 34, n. 3, 2007.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 6th ed. London: Pearson, 2010.
- HAN, H. How. **Organizations Develop Activists: Civic Associations and Leadership in the 21st Century**. Oxford University Press, 2014.
- HARBERS, Imke. **Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City**. Political Studies, v. 55, p. 38-58, 2007.
- HELLER, K. **Consultation: Psychodynamic, behavioral, and organizational development perspectives**. K., Heller, RH, Price, S., Reinharz, S., Riger, A., Wandersman, TA d'Aunno,(Eds.), Psychology and Community Change: Challenges of the Future, p. 229-286, 1984.
- HICKEY, S.; MOHAN, G. **Towards participation as transformation: critical themes and challenges**. Participation: From tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development, p. 3-24, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Homem Cordial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- HOSKINS, B. L. **Draft framework on indicators for Active Citizenship**. Ispra: CRELL. 2006.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/59922/estudo-longitudinal-com-candidatosvoluntarios-em-uma-fundacao-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- HU, Li-tze; BENTLER, Peter M. **Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives**. Structural equation modeling: a multidisciplinary journal, v. 6, n. 1, p. 1-55, 1999.
- HUSTINX, Lesley; LAMMERTYN, Frans. **Collective and reflexive styles of volunteering: A sociological modernization perspective**. Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, v. 14, p. 167-187, 2003.
- IAPP, IAP. **Core Values for Public Participation**. Colorado: International Association for Public Participation, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

JENKINS, H.; CARPENTIER, N. **Teorizando intensidades participativas: uma conversa sobre participação e política**. *Convergência*, v. 19, n. 3, p. 265-286, 2013.

JO, S.; NABATCHI, T. **Different processes, different outcomes? Assessing the individual-level impacts of public participation**. *Public Administration Review*, v. 81, n. 1, p. 137-151, 2021.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Individualismo interativo: um ensaio sobre o individualismo metodológico de Hayek**. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 37, n. 1, p. 101-128, 2007.

KINYONDO, A. I.; PELIZZO, R. **Enhancing Citizen Participation for Development in Tanzania**. *Otoritas: Jurnal Ilmu Pemerintahan*, v. 9, n. 1, p. 1-11, 2019.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for Conducting Systematic Reviews**. Keele, United Kingdom, Keele University, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

KRAWCZYK, K. A.; SWEET-CUSHMAN, J. **Understanding political participation in West Africa: the relationship between good governance and local citizen engagement**. *International Review of Administrative Sciences*, v. 83, n. 1_suppl, p. 136-155, 2017.

KWAK, S. **Deconstructing the multi-layered nature of citizen participation in Vietnam: conceptual connotations, discourses of international development, and the country's institutional context**. *Asian Journal of Political Science*, v. 27, n. 3, p. 257-271, 2019.

LA DUE LAKE, Ronald; HUCKFELDT, Robert. **Social capital, social networks, and political participation**. *Political psychology*, v. 19, n. 3, p. 567-584, 1998.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. Atlas, v. 3, n. 4.2, p. 1, 2007.

LANDIM, L. **Quem dá e quem não dá, eis a questão**. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, 2000.

LEE, J.; KIM, S. **Citizens' e-participation on agenda setting in local governance: Do individual social capital and e-participation management matter?** *Public Management Review*, v. 20, n. 6, p. 873-895, 2017.

LE MOS, S. L. L. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade Viva**. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; LEITE, L. M. P. Estudo Longitudinal com Candidatos Voluntários em uma Fundação Brasileira. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 27, n. 2, p. 233-250, mai./ago. 2020. Disponível em<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/59922/estudo-longitudinal-com-candidatosvoluntarios-em-uma-fundacao-brasileira>> Acesso em: 3 ago. 2023.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; VALE, S. C.; ALVES, J. A. G. R.. **"Apaixonei-me e Quero Conhecer Você": Estudo Longitudinal sobre Motivação de Recém-Voluntários**. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1-28, jul./ago. 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54380/-apaixonei-mee-quero-conhecer-voce---estudo-longitudinal-sobre-motivacao-de-recem-voluntarios>. Acesso em: 3 ago. 2023.

LUNDÅSEN, S. **Civil society and political participation: What type of political participation is influenced by community level involvement in civil society?**. Swiss Political Science Review, v. 21, n. 1, p. 140-157, 2015.

MARQUES, M. J. R. **As motivações para o voluntariado: estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior politécnico**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em:<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14831/1/MARIA_MARQUES.pdf>. Acesso em Maio/2023.

MARSCHALL, M. J. **Citizen participation and the neighborhood context: a new look at the co-production of local public goods**. Political Research Quarterly, v.57, n.2, p.231-244, Jun. 2004.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. de S. **Para compreender e temer a exclusão social**. Vida Pastoral, XLV, 239, São Paulo, Editora Paulus, Nov./Dez., p. 3-9. 2004.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe; VARELA, Carmen Augusta. **Motivação em programas de voluntariado empresarial: um estudo de caso**. Revista Organizações em Contexto online, v. 9, n. 17, p. 229-246, 2013. Disponível em:<http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carmen_augusta_varela_motivacao_em_programas_de_voluntariado_empresarial.pdf>. Acesso em Maio/2022.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. Editora Atlas SA, 2000.

MELO, G. C. **Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Acesso em, v. 25, n. 08, 2015. Disponível em<<https://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem>>. Acesso em Abril/2021.> Acesso em Julho 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto & contexto-enfermagem, v. 17, p. 758-764, 2008.

- MILANI, C.R.S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias.** Revista de Administração Pública, v. 42, p. 551-579, 2008.
- MILLIGAN, C.; FYFE, N. R. **Preserving Space for Volunteers: Exploring the Links between Voluntary Welfare Organisations, Volunteering and Citizenship.** Urban Studies, vol. 42, n. 3, p. 417-433. Mar. 2005.
- MILLS, S.; W., Catherine. **Brands of youth citizenship and the politics of scale: National Citizen Service in the United Kingdom.** Political Geography, v. 56, p. 66-76, 2017.
- MISES, L.V. **Ação Humana: Um tratado de economia.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.
- MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity.** Routledge, 2003.
- MONTEIRO, R. A. de P.; CASTRO, L. R. de. **A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens.** Revista Psicologia Política, v. 8, n. 16, p. 271-284, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200006>. Acesso em: Abril/2023.
- MORGAN, W.; STREB, M. **Building citizenship: How student voice in service- learning develops civic values.** Unpublished manuscript, 2000.
- MOSTYN, B. **The meaning of volunteer work: a qualitative investigation.** In: Hatch, S. (org) *Volunteers: patterns, meanings & motives.* Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.
- MOUFFE, C. **The democratic paradox.** Verso, 2000.
- MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile.** Indiana, University Press: 2008.
- NABATCHI, T.; LEIGHNINGER, M. **Participação pública para a democracia do século 21.** John Wiley e Filhos, 2015.
- NELSON, N.; WRIGHT, S. **Poder e desenvolvimento participativo: Teoria e prática.** Publicação ITDG, 1995.
- NIEMI, R.; CHAPMAN, C. **The Civic Development of 9th through- 12th Grade Students in the United States: 1996.** Washington, D.C.: National Center for Educational Statistics, U.S. Department of Education., 1998.
- OLIVEIRA, V. G. de. **Democracia digital e participação cidadã: o sistema estadual de participação popular e cidadã da gestão do governo de Tarso Genro/RS (2011-2014).** 2019.

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; ARAÚJO, M. R. M.; BARBOSA, I. H. A. **Motivação para o trabalho voluntário: proposição de um modelo compreensivo**. *Avances en Psicología Latino Americana*, v. 40, n. 2, 2022.

ONU. **Measuring volunteering: a practical toolkit**. A joint project of independent sector and United Nations volunteers. In A. Dingle (ed.), United Nation, Germany, 2001.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Citizens as partners: Information, consultation and public participation in policy-making**. Paris: OECD, 2001.

PARAÍBA. **Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018. Institucionaliza o Orçamento Democrático no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências**. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2018. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2019/01/Diario-Oficial-30-12-2018-Total.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento Democrático Estadual**. João Pessoa, 2020a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/orcamento-democratico-estadualempossa-conselheiros-eleitos>. Acesso em: set. 2023.

PARÉS, M. **Participación y evaluación de la participación**. In: *Participación y calidad democrática: Evaluando las nuevas formas de democracia participativa*. Ariel, p. 15-28, 2009.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press, 1970.

PENNER, L. A. **Dispositional and Organizational Influences on Sustained Volunteerism: An Interactionist Perspective**. *Journal of Social Issues*, 58: 447–467, 2002. doi: 10.1111/1540-4560.00270.

PESTOFF, V. **Co-production and third sector social services in Europe: Some concepts and evidence**. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, n. 4, p. 1102-1118, 2012.

PICCOLI, P.; GODOI, C. K. **Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita**. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11204/8113>>. Acesso em: Maio/2021.

PIMENTA, F. G. G. ; MENDES, W. A. ; Ferreira, M.A.M. ; SILVA, E. A. **Engajamento cidadão e processos decisórios: abordagem a partir do federalismo brasileiro**. *Estudos do CEPE*, v. 1, p. 137-150, 2016. B2, ISSN 1982-6729, fonte Qualis/CAPES (2020).

PINSKY, C. B; PINSKY, J. **A história da cidadania**. São Paulo, Editora Contexto, 2016.

PODSAKOFF, P. M., MACKENZIE, S. B., LEE, J.-Y., PODSAKOFF, N. P. **Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and**

recommended remedies. Journal of Applied Psychology, 88(5), 879–903. 2013. Disponível em<<https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879>> Acesso em Novembro/2023.

PROCOPIUCK, M.; MEYER JR., V. **Gestão estratégica em ambiência de trabalho voluntário.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58, 2011.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: the collapse and revival of American community. New York: Simon and Schuster, 2000.

REIS, E. **Cidadania: história, teoria e utopia.** In: Pandolfi, D. C. (orgs). Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 248p, 1999.

ROBERTS, N. **Public deliberation in an age of direct citizen participation.** The American Review of Public Administration, 34 (4), pp. 315-353. 2004.

ROTHBARD, Murray N. **Concorrência e os economistas.** Revista Trimestral de Economia Austríaca , v. 15, n. 4, pág. 396, 2012.

ROWE, G.; FREWER, L. J. **A typology of public engagement mechanisms.** Science, Technology, and Human Values, v.30, n.2, p.251-290, 2005.

SABIONI, M.; FERREIRA, M. A. M.; REIS, A. de O. **Racionalidades na motivação para a participação cidadã na responsabilidade social: uma experiência local brasileira.** Cadernos EBAPE. BR, v. 16, p. 81-100, 2018.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Transnationally.** Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, 9, 213-248, 1998.

SALAMON, L. **Partners in public service: Government-nonprofit relations in the modern welfare state.** Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1995.

SALOMÓN, A. L. **Retratos da participação cidadã em nível local durante o primeiro peronismo.** História Unisinos, v. 20, n. 1, p. 84, 2016.

SANTOS, N. C. dos; CORREIA, D. A.; SPERS, V. R. E.; CREMONEZI, G. O. G.; CASTRO, D. S. P. de; OSWALDO, Y. C. **A retenção de talentos não remunerados: um modelo de gestão dos voluntários que atuam no Terceiro Setor Brasileiro.** Revista Organizações em Contexto, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 47-80, jul./dez. 2015.
Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38661/a-retencao-de-talentos-nao-remunerados--ummodelo-de-gestao-dos-voluntarios-que-atuam-no-terceiro-setor-brasileiro->. Acesso em: 3 ago. 2023.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e o átomo da sociologia. Um individualismo metodológico moderado?.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 2, p. 323-347, 2016.

SENADO FEDERAL, 2022. **PORTAL E-CIDADANIA.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/20/cresce-participacao-popular-no-portal-e-cidadania>>. Acesso em Julho 2022.

SILVA JÚNIOR, E. J. **A contribuição da democracia participativa na construção de outro modelo de gestão pública: a implementação do orçamento democrático no Estado da Paraíba (2011-2014).** 2014.

SILVA, D. PARANHOS, R., SETTI, G., NASCIMENTO, W. **Teoria democrática contemporânea modelo democrático competitivo e modelo democrático popular.** Em Tese, v. 10, n. 1, p. 1-27, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 3º Ed. Ver. Atual. 2005.

SILVA, J. B.; IZÁ, A. de O. **A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal para a administração pública.** Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas–Unifafibe, v. 8, n. 2, p. 83-111, 2020.

SILVA, M. L. dos S.; SANTANA, R. H. de; ALMEIDA, J. Á. J. de; SILVA, F. F. **Motivação para o trabalho voluntário: Estudo de caso na Fundação Alice Figueira.** Caderno Profissional de Administração UNIMEP, Piracicaba, v. 9, n. 2, p. 1-24, ago./nov. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61056/motivacao-para-o-trabalho-voluntario--estudode-caso-na-fundacao-alice-figueira>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SILVEIRA, J. D. **Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania.** IN: Perez, C., & Junqueira, L. P. (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais.* São Paulo: Futura, 2002.

SMITH, A. **Civic engagement in the digital age.** Washington, DC: Pew Internet & American Life Project. 2013.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. **Enhancing collaborative innovation in the public sector.** Administration & society, v. 43, n. 8, p. 842-868, 2011.

SOUZA, L. M de; LAUTERT, L; HILLESHEIN, E. F. **Trabalho voluntário, características demográficas, socioeconômicas e autopercepção da saúde de idosos de Porto Alegre.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 3, p. 561-569, 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300003>. Acesso em Abril/ 2022.

SOUZA; W. J.; MEDEIROS, J. P. **Trabalho Voluntário: motivos para sua realização.** Revista de Ciências da Administração. V. 14, nº 33, p. 93-102, 2012.
SPIVAK, G. C. *A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present.* Harvard University Press, 1999.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; RÖCKE, Anja. **Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo.** Sociologias, v. 14, p. 70-116, 2012.

STERN, M. J.; FULLERTON, A. S. **The network structure of local and extra-local voluntary participation: the role of core social networks.** Social Science Quarterly, v. 90, n. 3, p. 553-575, 2009.

TAMAYO, A.; PASCHOAL, T. **Impacto dos Valores Laborais e da Interferência da Família: Trabalho no Estresse Ocupacional**. Psic.: Teor. E Pesq., n.21, v.2, maio, 2005, p.173-180. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200007>. Acesso em: Janeiro/2022.

TEODÓSIO, A. dos S. **Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social**. XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Recife: ANPAD, 2002. Disponível em:< <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-gpg-1872.pdf>>. Acesso em Janeiro/2022.

TILLY, Carlos. **Movimentos sociais como política**. Revista brasileira de Ciência política, n. 3, p. 133-160, 2010.

TURNER, B. S. **The erosion of citizenship**. British Journal of Sociology, v. 52, n. 2, p. 189–210, 2001.

VALE, S. C. do. **Religiosidade e engajamento no trabalho voluntário**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press. 1995.

VERBA, S. **Would the dream of political equality turn out to be a nightmare?**. Perspectives on politics, v. 1, n. 4, p. 663-679, 2003.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WALTERS, L. C.; AYDELOTTE, J.; MILLER, J. **Putting more public in policy analysis**. Public Administration Review, v.60, n.4, p.349-359, 2000.

WANDERSMAN, A.; FLORIN, P. **Citizen participation and community organizations**. In: Handbook of community psychology. Springer, Boston, MA, p. 247-272, 2000.

WANG, Qi; WALTMAN, Ludo. **Large-scale analysis of the accuracy of the journal classification systems of Web of Science and Scopus**. Journal of informetrics, v. 10, n. 2, p. 347-364, 2016.

WARREN, Mark E. **Democracy and Association**. Princeton University Press, 2001.

WARREN. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI/Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século 21**. Política & Sociedade, v. 13, n. 28, p. 13, 2014.

WHITE, M. D.; MARSH, E. E. **Content Analysis: A Flexible Methodology**. Trends in Library, v. 55, n. 1, p. 22-45, 2006.

WORTHY, B. **Mais aberto, mas não mais confiável? O efeito da Lei de Liberdade de Informação de 2000 sobre o governo central do Reino Unido**. Governança, v. 23, n. 4, p. 561-582, 2010.

ZHANG, H.; BABAR, M. A.; SAY, P. **Identification of relevant studies in software engineering**. Information Technology and Software, v. 53, no. 6, p. 625-637, 2011.

APÊNDICE A – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA ESCALA DE NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Estatísticas	Informação				
	INFO1	INFO2	INFO3	INFO4	INFO5
Média	6,69	7,63	8,15	8,41	8,45
Desvio Padrão	1,71	1,68	1,69	1,59	1,58
Mínimo	2	1	2	1	4
Máximo	10	10	10	10	10
1º quartil (25%)	6	7	7	8	8
2º quartil (50%)	7	8	8	9	9
3º quartil (75%)	8	9	10	10	10

Estatísticas	Consulta			
	CONS1	CONS2	CONS3	CONS4
Média	7,36	7,46	7,12	7,76
Desvio Padrão	1,31	1,38	1,98	1,67
Mínimo	3	3	1	1
Máximo	10	10	10	10
1º quartil (25%)	7	7	6	7
2º quartil (50%)	8	8	8	8
3º quartil (75%)	8	8	8	9

Estatísticas	Parceria			
	PARC1	PARC2	PARC3	PARC4
Média	6,01	6,01	6,11	6,21
Desvio Padrão	1,37	1,50	1,74	1,83
Mínimo	3	2	1	1
Máximo	10	10	10	10
1º quartil (25%)	5	5	5	5
2º quartil (50%)	6	6	6	6
3º quartil (75%)	7	7	7	7

Estatísticas	Delegação de Poder					
	DDP1	DDP2	DDP3	DDP4	DDP5	DDP6
Média	4,47	4,07	3,59	3,00	2,87	4,46
Desvio Padrão	1,54	1,66	1,87	1,92	1,80	1,99
Mínimo	2	1	1	1	1	1
Máximo	10	8	8	10	9	10
1º quartil (25%)	4	3	2	1	1	3
2º quartil (50%)	4	4	4	3	3	4
3º quartil (75%)	5	5	5	4	4	6

APÊNDICE B – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA ESCALA DE MOTIVAÇÃO

Estatísticas	“Altruísmo”				
	ALT_1	ALT_2	ALT_3	ALT_4	ALT_5
Média	3,41	3,26	4,70	3,64	4,37
Desvio Padrão	1,99	1,77	2,01	1,95	2,19
Mínimo	1	1	1	1	1
Máximo	10	9	10	9	10
1º quartil (25%)	2	2	3	2	3
2º quartil (50%)	3	3	5	3	4
3º quartil (75%)	5	5	6	5	6

Estatísticas	Justiça Social			
	JUST_1	JUST_2	JUST_3	JUST_4
Média	6,41	4,65	4,26	3,96
Desvio Padrão	1,76	1,55	1,77	1,95
Mínimo	2	1	1	1
Máximo	10	10	8	9
1º quartil (25%)	5	3	3	2
2º quartil (50%)	7	5	4	4
3º quartil (75%)	8	6	6	6

Estatísticas	“Afiliação”		
	AFIL_1	AFIL_2	AFIL_3
Média	6,21	6,14	6,16
Desvio Padrão	1,47	1,58	1,74
Mínimo	3	1	1
Máximo	10	10	10
1º quartil (25%)	5	5	5
2º quartil (50%)	6	6	6
3º quartil (75%)	7	7	7

Estatísticas	Aprendizado			
	APREN_1	APREN_2	APREN_3	APREN_4
Média	7,41	7,48	7,14	7,58
Desvio Padrão	1,35	1,33	1,98	1,62
Mínimo	3	3	1	1
Máximo	10	10	10	10
1º quartil (25%)	7	7	6	7
2º quartil (50%)	8	8	8	8
3º quartil (75%)	8	8	9	9

Estatísticas	“Egoísmo”				
	EGO_1	EGO_2	EGO_3	EGO_4	EGO_5
Média	6,94	7,64	8,08	8,28	8,39
Desvio Padrão	1,65	1,60	1,55	1,42	1,45
Mínimo	3	2	2	1	4
Máximo	10	10	10	10	10
1º quartil (25%)	6	7	7	8	8
2º quartil (50%)	7	8	8	9	9
3º quartil (75%)	8	9	9	9	9

APÊNDICE C – PUBLICAÇÃO DO ENSAIO TEÓRICO DA TESE

Publicado: 26 de outubro de 2023

<https://periodicos.uff.br/pca/article/view/59632>



periodicos.uff.br — Privado

Revista Pensamento Contemporâneo em Administração

Início / Arquivos / v. 17 n. 3 (2023) / Ensaaios/Essays

Efeito bumerangue entre a participação cidadã e a cidadania

Amanda Florense Alves Amorim
UFPB

Carlos Eduardo Cavalcante
UFPB
<https://orcid.org/0000-0003-1861-0459>

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v17i3.59632>

Resumo

A participação cidadã sob a lente do Individualismo metodológico de Hayek demonstra que são os indivíduos quem tem a capacidade de agir e interagir, sendo estes agentes de mudança no contexto social. Nesse sentido, os tipos de motivações dos mesmos em se envolverem nas questões públicas da sua comunidade impactam os diferentes níveis de participação. Ademais, a premissa que norteia este ensaio é a ideia de que maiores níveis de participação estimulam a democracia para o exercício de uma cidadania ativa, e esta cidadania oportuniza mais participação, gerando assim o que chamamos de efeito bumerangue.
